



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

**POR TRÁS DAS GRADES: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE
ADOLESCENTES, PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E SEXUALIDADE EM UM CENTRO
SOCIOEDUCATIVO DE JOÃO PESSOA/PB**

INGRYDY PATRYCY SCHAEFER PEREIRA

JOÃO PESSOA/PB

2015

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

POR TRÁS DAS GRADES: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE
ADOLESCENTES, PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E SEXUALIDADE EM UM CENTRO
SOCIOEDUCATIVO DE JOÃO PESSOA/PB

INGRYDY PATRYCY SCHAEFER PEREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Pedro Francisco Guedes do Nascimento

Co-orientadora: Luciana Maria Ribeiro de Oliveira

JOÃO PESSOA/PB

2015

P436p Pereira, Ingrydy Patrycy Schaefer.
 Por trás das grades: um estudo antropológico sobre
 adolescentes, privação de liberdade e sexualidade em
 um centro socioeducativo de João Pessoa-PB /
 Ingrydy Patrycy Schaefer Pereira.- João Pessoa, 2015.
 123f.
 Orientador: Francisco Guedes do Nascimento
 Coorientadora: Luciana Maria Ribeiro de
 Oliveira Dissertação (Mestrado) -
 UFPB/CCHLA
 1. Antropologia. 2. Privação de liberdade. 3. Adolescentes.
 4. Sexualidade.

UFPB/BC

CDU: 39(043)

INGRYDY PATRYCY SCHAEFER PEREIRA

**POR TRÁS DAS GRADES: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE
ADOLESCENTES, PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E SEXUALIDADE EM UM CENTRO
SOCIOEDUCATIVO DE JOÃO PESSOA/PB**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Francisco Guedes do Nascimento
Departamento de Ciências Sociais/PPGA/UFPB
(Orientador)

Profa. Dra. Luciana Maria Ribeiro de Oliveira
Departamento de Ciências Sociais /PPGA/UFPB
(Co-orientadora)

Profa. Dra. Mónica Franch de Lourdes Gutiérrez
Departamento de Ciências Sociais/ PPGA/UFPB
(Examinadora Interna)

Profa. Dra. Nádia Elisa Meinerz
Instituto de Ciências Sociais /PPGAS/UFAL
(Examinadora Externa)

JOÃO PESSOA/PB

2015

A Carlos Caldeira, o Rubião (in memorian).

AGRADECIMENTOS

Como é gratificante chegar a este momento em que a nossa única preocupação é não esquecer aquelas pessoas que contribuíram para a realização do nosso trabalho. Embora a escrita dessa dissertação tenha sido realizada individualmente, ela não poderia ter se concretizado sem a ajuda de outras pessoas, que mesmo sem entender o porquê e o para quê, dedicaram o seu tempo e as suas histórias para que eu pudesse seguir adiante.

A Ele, meu Pai Celestial, pelo dom da vida.

Aos militantes da árdua missão de “ressocializar”, Cláudia Naíza, Denise Carvalho e Rildo Lima, meus sinceros agradecimentos. Obrigada por acreditar no meu trabalho e abrir as portas da FUNDAC quando precisei.

Aos profissionais do CSE, muito obrigada. Algumas pessoas estiveram mais perto durante esta trajetória, por isso, agradeço em especial ao trio de pedagogas Rose, Uegylla e Cleide, que tão carinhosamente me acolheram e pacientemente contribuíram nesta pesquisa. Aos queridos Felipe e Adjamim, que mesmo com personalidades tão distintas me ensinaram que é preciso acreditar no outro. A vocês, obrigada por compartilhar suas histórias de vida e intramuros comigo.

Devo um agradecimento especial às amigas Mirella Braga, Luzicleide Sousa e Julyana Lira, que apesar de um oceano de distância, estiveram a ouvir minhas aflições, inquietações e devaneios em momentos (in)apropriados na escrita deste trabalho.

Aos meus orientadores, Pedro Guedes e Luciana Ribeiro, pelas direções teórico-metodológicas que foram imprescindíveis para minha formação e para a conclusão deste trabalho. Às professoras Mônica Franch e Nádia Meinerz, pela disponibilidade em compor esta banca.

À querida e singular professora Luziana Ribeiro, por me apresentar à Antropologia.

À minha família, minha base maior. Obrigada pelo apoio e amor incondicional de sempre.

Ao meu “mimoso”, meu Luciano, pela motivação diária e bom humor constante. Que possamos juntos, continuar a alcançar novas vitórias, você com as suas “rochas” e eu com os meus “humanos”. Obrigada pela inspiração de dedicação e amor àquilo que faz.

Aos adolescentes internos do CSE e seus familiares, muito obrigada. Sem as vozes de vocês, este trabalho não seria possível acontecer.

Amadurecência

*O primeiro senso é a fuga.
Bom, na verdade é o medo,
Daí então, a fuga.
Evoca-se na sombra uma inquietude,
Uma alteridade disfarçada,
Inquilina de todos os nossos riscos,
A juventude plena e sem planos se esvai
Aborto certas convicções.
Abordo demônios e manias.
Flagelo-me.
Exponho cicatrizes.
E acordo os meus, com muito mais cuidado,
Muito mais atenção!
E a tensão que parecia nunca não passar,
O ser vil que passou para servir,
Pra discernir, harmonizar.
Toda terra que devo doar.
Todo voto que devo parir.
Não dever ao devir,
Nunca deixar de ouvir,
Com outros olhos!*

(OTM)

RESUMO

Este trabalho dissertativo traz discussões antropológicas acerca do modo como os adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade no Centro Socioeducativo Edson Mota- CSE, localizado em João Pessoa, PB, se percebem nas suas relações sociais estabelecidas em seu cotidiano a partir do aprisionamento, e como lidam com questões relativas à sua sexualidade, tendo em vista que estão inseridos em uma instituição arraigada de dispositivos de controle, disciplina e exercício de poder. A falta de elementos específicos no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA que garantam o exercício da sexualidade desses adolescentes, gera inúmeras discussões sobre o que de fato se constitui como direitos ou como regalia para esses indivíduos. Por meio do trabalho etnográfico, com a utilização das técnicas da observação participante e de diálogos informais estabelecidos com os internos, evidenciou-se que tais indivíduos exercem sua sexualidade, seja ela legalmente ou não, segundo os trâmites institucionais. O trabalho de campo junto à análise teórica revelaram que por trás das grades de uma prisão e sob o olhar panóptico estatal, esses adolescentes vivenciam sua sexualidade controlada, direcionada aos espaços e as formas pré-determinadas. Nessa perspectiva, ao longo desta dissertação, busca-se apresentar, sobretudo, os desafios e embates teórico-metodológicos de um fazer antropológico no campo da sexualidade de indivíduos privados de sua liberdade.

Palavras-chave: Privação de liberdade. Adolescentes. Sexualidade.

ABSTRACT

This dissertation brings anthropological discussions about how teenagers in compliance of deprivation of freedom in the Edson Mota Socio- Education Center- CSE, located in João Pessoa, PB, are perceived in their social relations in their daily lives from imprisonment, and how they deal with matters relating to their sexuality, given that they live in an entrenched institution of control devices, discipline and exercise of power. The lack of specific elements in the Statute of Children and Adolescents-ECA to ensure the exercise of these adolescents sexuality, generates a lot of discussion about what actually constitutes as rights or as a bonus for these individuals. Through ethnographic work, using the techniques of participant observation and informal dialogues established with the inmates, it became clear that such individuals exercise their sexuality, whether legally or not, according to institutional procedures. The field work with the theoretical analysis revealed that behind bars of a prison and under the state panopticon look, these teenagers experience their controlled sexuality, directed to the spaces and the predetermined shapes. From this perspective, along this dissertation, we try to present all the challenges and theoretical and methodological conflicts of an anthropological work in the field of sexuality deprived of their liberty.

Key-words: Privation of freedom. Adolescents. Sexuality.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância

BEMFAM - Bem-Estar Familiar no Brasil

CEA - Centro Educacional do Adolescente.

CEJ - Centro Educacional do Jovem

CSE - Centro Socioeducativo Edson Mota

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

DSTs - Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

FONACRIAD - Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

FEBEM - Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor

FEBEMMA - Fundação de Bem-Estar do Menor Alice de Almeida

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FUNDAC - Fundação para o Desenvolvimento da Criança e do Adolescente

GEV- Grupo de Estudos sobre Violência

ONG - Organização Não-Governamental

PIA - Plano Individual de Atendimento

SAM - Serviço de Assistência do Menor

SDH - Secretaria de Direitos Humanos

SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Preliminares	12
Quando o “ <i>campo é minado</i> ”: percursos teórico-metodológicos.....	14
Observação participante: estratégias do método em ação	17
CAPÍTULO 1. QUEM SÃO ESSES “SUJEITOS”?	26
1.1 Adolescência ou Juventude: (in)definições teóricas	27
1.2 Eles são os “ <i>mofis</i> ”: entre a adolescência, a criminalidade e a identidade desviante.....	30
1.3 “ <i>Isso aqui é solidão, é vergonha</i> ”: a internação como um rito de passagem.....	40
CAPÍTULO 2. CENTROS SOCIOEDUCATIVOS: CRECHES, ESCOLAS OU PRISÕES?	50
2.1 Da arte de governar: adolescentes delinquentes nas mãos de quem?	50
2.2 “ <i>Casa nova, velhos hábitos</i> ”: entre o educativo, o civilizador e o depósito de refúgio humano	55
CAPÍTULO 3. PESQUISANDO A SEXUALIDADE DOS “MOFIS”	70
3.1 Antropologia e Sexualidade: breves considerações teóricas	71
3.2 Quando a pesquisa é sobre sexualidade e os pesquisados são os adolescentes “ <i>mofis</i> ”: desafios etnográficos.....	74
3.3 Afinal, é direito ou privilégio? O exercício da sexualidade de adolescentes internos	80
3.4 A sexualidade em três vozes e três atos	85
3.4.1 Visitas íntimas - “ <i>30 minutos não dá pra fazer nada</i> ”.....	86
3.4.1 Masturbação- “ <i>Quando eles veem mulher, ficam doido</i> ”	96
3.4.3 Relações Homoeróticas - “ <i>Bicha aqui na cadeia é ouro</i> ”	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS	110

INTRODUÇÃO

Preliminares

Desde 2011 que pesquisar sobre os chamados adolescentes em conflito com a lei tornou-se um “objetivo” para mim. Objetivo? Não sei se é esta a palavra certa a ser usada. Talvez “desafio”, pois foi isso que me veio à cabeça quando ingressei no Grupo de Pesquisa sobre Violência- GEV no período de minha graduação em Serviço Social, pela Universidade Federal da Paraíba.

Este grupo tinha por objetivo o estudo de crianças e adolescentes no contexto de violência. Mas para minha surpresa, essas crianças e esses adolescentes eram “menores bandidos”, sim, eram os *mofis*¹ que já haviam me assaltado algumas vezes na rua. Eram aqueles que passavam diariamente nos jornais sensacionalistas² do meio-dia sendo expostos por terem roubado ou matado alguém de maneira bárbara, eram aqueles temidos e odiados pela sociedade, principalmente porque a lei os considera penalmente inimputáveis. Na volta para casa, após o primeiro dia de encontro do GEV, com o livro *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault nas mãos, pois lê-lo, seria a primeira atividade do grupo, me questionava se era realmente este “campo minado” que queria percorrer. Pensava não ser melhor procurar outro grupo, talvez um que estudasse os Programas de Transferência de Renda ou as Teorias Marxistas, já que eram temas exaustivamente explanados nas aulas de graduação em Serviço Social. Bom, pensei e percebi que não poderia deixar escapar essa chance e aceitei o meu primeiro “desafio”.

Nos anos seguintes, o desejo de estar neste campo e pesquisar estes indivíduos, refugos da sociedade moderna (BAUMAN, 2005) foi se consolidando em minha trajetória acadêmica, e já não me enxergava a pesquisar outro tema que não fosse a vida desses adolescentes. Assim, foram os dois anos de Iniciação Científica (2011-2012: *A vida após a desinternação: sonhos, medos e o que se apresenta como possibilidade?* 2012-2013: *Mães que choram, mães que persistem: uma análise da medida socioeducativa de internação pelo olhar das mães*), meu Trabalho de Conclusão de Curso (2013: *Um papo cabeça: Prevenção às DSTs/AIDS com adolescentes internos do CEA*) e finalmente, minha pesquisa de dissertação de Mestrado.

¹ Ao longo desta dissertação adotarei em alguns momentos o termo “mofis” – categoria nativa – ao me referir aos adolescentes em conflito com lei, visto eles serem assim conhecidos e chamados entre seus pares e pela sociedade local (cidade de João Pessoa). Esse termo será melhor abordado e explicado no Capítulo 1 deste trabalho.

² No meio televisivo, os jornais sensacionalistas são as principais fontes de informações das famílias brasileiras. A mídia sensacionalista utiliza de temas chocantes e tendenciosos (como por exemplo, a exarcebada violência), que buscam apreender a atenção dos telespectadores.

O desejo de pesquisar sobre sexualidade e adolescentes em contexto de privação de liberdade se deu no período em que eu estava a desenvolver uma intervenção (PEREIRA, 2013) sobre prevenção às DSTs e AIDS no Centro Educativo do Adolescente- CEA, uma das instituições que recebem adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa³ de privação de liberdade em João Pessoa, Paraíba. Na ocasião, cumpria meu Estágio Supervisionado, obrigatório a todo estudante de Serviço Social, numa ONG pioneira na área de planejamento familiar e saúde sexual e reprodutiva, a BEMFAM- Bem-Estar Familiar no Brasil⁴. Assim, mais um “desafio” estava sendo colocado diante de mim: levar os trabalhos dessa ONG para dentro dos muros do CEA. Essa façanha engendraria meu Trabalho de Conclusão de Curso, que a todo custo, queria discutir a vida intramuros de adolescentes privados de liberdade. Como a prevenção às DSTs e a AIDS contemplava um dos trabalhos desenvolvidos pela BEMFAM, resolvi discutir tal tema com os internos do CEA através de grupos focais. Com o projeto de intervenção aprovado pela BEMFAM e pela direção do CEA, me surge o terceiro “desafio”: falar sobre sexualidade com esses adolescentes.

O fato de que estaria naquele momento estreitando relações com os internos, que apesar do pouco tempo, faria parte do cotidiano deles, que estaria estabelecendo diálogos sobre sua vida e sua intimidade, me tirou o sono várias noites anteriores a intervenção. Mal poderia imaginar que a partir daquele momento, eu estaria começando a me tornar a **pesquisadora do sexo dos mofis**.

Foram os discursos proferidos pelos internos nos momentos de encontro dos grupos focais; foram os olhares de alguns profissionais quando me ouviam falar de sexualidade; foi a relutância da direção em aceitar a distribuição de folhetos explicativos sobre o uso correto do preservativo; foi o sumiço de um painel explicativo sobre DSTs e AIDS, desenvolvido pelos internos no fim dos encontros do primeiro grupo, antes mesmo de ser colado em uma das paredes da Instituição para que todos os outros internos tivessem acesso a ele, e a negação à visita íntima sob alegação da falta de estrutura, que despertaram o meu interesse e minha *vontade de saber* sobre o exercício da sexualidade de adolescentes dentro de instituições de

³ A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH, 2013) divulgou um levantamento que mostra que até o segundo semestre de 2013, 23.066 adolescentes estão restritos ou privados de liberdade e (internação, internação provisória e semiliberdade).

⁴ Fundada em 1965, a BEMFAM é uma organização não governamental brasileira de ação social e sem fins lucrativos da sociedade civil, que se dedica à defesa e promoção dos direitos sociais, sexuais e reprodutivos e a oferta de serviços e produtos de relevante cunho social para o desenvolvimento individual e coletivo. Através de seus programas de parcerias, a BEMFAM desenvolve ações nas áreas de: Defesa de Direitos Sexuais e Reprodutivos; Saúde Reprodutiva; Concepção e Anticoncepção; Anticoncepção de Emergência; Sexualidade; Diversidade Sexual; Relações e Violência de Gênero; Atenção Pós-Aborto; Adolescência; Doenças Sexualmente Transmissíveis; HIV/AIDS; e, Tuberculose (BEMFAM, 2009).

privação de liberdade. Instituições estas, mencionadas por Foucault (1986) como *disciplinares*, arraigadas de mecanismos de controle e vigilância que buscam corpos dóceis e submissos; consideradas ainda por Goffman como *totais*, cuja característica principal é a de ser um local onde muitos “indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (2001, p.11), ocasionando a *mortificação do eu* e a *desculturação dos indivíduos*.

Volto ao campo de pesquisa em junho de 2014 com algumas mudanças bastante significativas: agora, encontrava-se ali, com um caderninho de anotações e um lápis, uma antropóloga em formação, cheias de dúvidas quanto à sua nova formação, e não mais, uma assistente social, cuja principal função era garantir o direito à informação sobre saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes internos. Ademais, o CEA⁵ cederá lugar a uma nova Instituição, com novos profissionais, numa nova estrutura. Agora, os adolescentes sentenciados a cumprirem medida de privação de liberdade estavam no Centro Socioeducativo Edson Mota-CSE, cujo nome homenageia um agente⁶ morto em serviço no ano de 2012. O novo prédio foi construído e entregue em novembro do ano de 2013.

Quando o “campo é minado”: percursos teórico-metodológicos

Início de tarde em João Pessoa, final de outono e sob um sol escaldante, dirijo-me até o CSE para encontrar o diretor da Instituição, onde apresentaria a proposta de pesquisa.

Enquanto caminhava a passos longos, não sei se para fugir do sol ou para me livrar do local que se encontrava ermo, pensava como seriam os próximos meses nos quais estaria cercada por aqueles muros brancos, longos e altos, e que insistiam em me fazer companhia até a entrada do CSE. À medida que caminhava, trazia à memória as recomendações etnográficas que havia estudado nas aulas Antropologia, arquitetando então, meios para colocá-las em prática.

Assim, foi inevitável pensar nos autores lidos em sala de aula. Questionava o Malinowski (1978) e sua insistência na observação participante, e como isso foi enfatizado por meu orientador; pensava em Clifford Geertz (1989) e em como descrever densamente;

⁵ O CEA atualmente recebe adolescentes que estão no período provisório, isto é, esperando a sentença do juiz. Este período, por lei, não deve ultrapassar 45 dias. Porém, na prática pode durar até seis meses.

⁶ Edson Mota, agente social, foi morto quando levava um adolescente para uma consulta médica fora do CEA. Seu percurso foi interrompido quando dois homens tentaram resgatar o adolescente que estava dentro do carro. Como não parou o veículo, o agente foi alvejado e morto no local. Edson Mota, segundo os demais agentes sociais, tornou-se “um herói”, cuja memória deve ser lembrada sempre, por este motivo, o novo Centro recebeu o seu nome.

pensava em Cardoso de Oliveira (2000) e no seu conselho etnográfico de *olhar, ouvir e escrever*; pensava ainda no Foote-Whyte (2005) em Sociedade de Esquina, e desejava que um *Doc* aparecesse em minha pesquisa de campo e “me abrisse as portas”; pensava em Victor Turner (1974) e seus ritos de passagem, sim, a internação daqueles adolescentes era um rito de passagem. Também não pude deixar de pensar nele, no Michel Foucault (1982, 1984, 1985, 1986) que tanto fez parte de minhas leituras e fundamentações teóricas ao longo desses anos estudando aprisionamento. Lembrei-me ainda dos diversos artigos, dissertações e teses que traziam o adolescente em conflito com a lei e/ou encarceramento como campo de estudo e que me ajudaram a pensar melhor sobre meu objeto de investigação. (LEMGRUBER, 1999; RIBEIRO DE OLIVEIRA, 2006, 2014; RIBEIRO, 2009; BIONDI, 2010; MOREIRA, 2011).

Ao mesmo tempo, recordei minhas leituras no curso de Serviço Social e percebi o quanto elas foram importantes e imprescindíveis para estabelecer uma análise crítica daquilo que se estabeleceria como sujeitos de minha pesquisa; sim, pobreza, exclusão social, violência e violação de direitos, faziam parte da trajetória daqueles adolescentes também. Minhas lembranças teóricas foram interrompidas quando me dei conta que estava em frente ao portão de entrada do CSE.

Identifiquei-me na guarita, minha entrada foi autorizada e logo aquela sensação de familiaridade que eu pensava ter, visto que frequentava esses espaços há alguns anos, foi substituída por uma sensação de estranhamento. Aquele não era o ‘CEA’ em que estava habituada a ir, tudo estava diferente, tudo estava novo e limpo. As paredes estavam pintadas, havia um jardim no pátio, cartazes coloridos preenchiam as paredes da escola, eu não conhecia muitos profissionais que estavam lá, e aquele diretor não era o diretor do antigo CEA, com quem passava horas conversando depois de minhas pesquisas.

Entretanto, aquele *cheiro de opressão* continuava o mesmo. Lembrei-me naquele momento de um interlocutor de uma das pesquisas (MOREIRA, 2011) que li sobre instituições de privação de liberdade, que falava sentir este cheiro quando voltou à Instituição que esteve interno por anos, o mesmo cheiro que eu sentia quando ia a campo. Um cheiro que permanecia em minha memória mesmo quando eu já não estava entre os muros da **prisão**⁷.

⁷ Neste trabalho, serei fiel a alguns termos nativos utilizados por meus interlocutores nos momentos de conversas em minha pesquisa, embora muitos deles não estejam de acordo com a nomenclatura proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA no que tange à socioeducação. Dessa maneira, utilizarei em certos momentos a palavra cadeia ou prisão, ao invés de internação/centro socioeducativo, a palavra crime, ao invés de atos infracionais, ou ainda a palavra preso, ao invés de interno, por exemplo. Para a identificação, tais termos estarão em **negrito**.

Ali, naquele momento, me senti uma estrangeira e percebi que muito haveria ter que ser feito até eu atingir o escopo de minha investigação.

Pesquisar em uma instituição de privação de liberdade e sobre a sexualidade de adolescentes não seria tarefa fácil, sobretudo pelas diferenças existentes entre a pesquisadora e os seus pesquisados. Diferenças estas, que insistiam em deixar claro que minha presença naquele ambiente seria passageira, o que reafirmava mais ainda minha posição de estrangeira⁸, pois apesar de próximos a eles, eu estava ao mesmo tempo bastante distante, isto é, distante da realidade que eles viviam, distante do que eles eram.

Tais diferenças eram marcadas, sobretudo, pelo gênero, pela idade, pela classe social e pela história pessoal. Eu, uma mulher, de batom na boca e roupas devidamente limpas e engomadas para dar início à pesquisa referente a um curso de pós-graduação, e acima de tudo, tinha garantido o direito de ir e vir. Eles, homens, de baixa escolaridade e privados de sua liberdade, vestiam um uniforme azul como todos os outros que ali estavam internos, talvez, a única vaidade fosse as tatuagens com os símbolos das facções criminosas e que eles faziam questão de exibir, afirmando sua identidade desviante⁹. O que precisei fazer em primeiro lugar, foi estabelecer vínculos.

Mas como estabelecer vínculos com indivíduos **presos** e considerados “perigosos” pela sociedade e por aqueles que trabalham na função de ressocializá-los? Como falar de sexualidade em um campo, que segundo uma interlocutora, é bastante “minado”, além do fato de que o horário, a ordem, a punição e a disciplina existente em tal campo, fazem parte de um controle que funciona como um microscópio de comportamento, que buscam fabricar corpos dóceis e submissos? (Foucault, 1986). Como ser aceita e falar sobre sexo com estes adolescentes sem me tornar vulnerável, principalmente por ser mulher e estar lidando com homens?

Sem dúvidas, estes e outros questionamentos me cercaram à medida que ia ao encontro dos internos. A prática e a experiência etnográfica iam se cruzando à medida que surgiam embates em minha pesquisa. A minha estratégia enquanto pesquisadora, para poder ser aceita entre o grupo e então ganhar a confiança dos internos para só depois investigar aquilo que pretendia, se deu pela observação, aproximação e participação no cotidiano dos adolescentes dentro da Instituição.

⁸ Durante os meses em que estive no CSE, identifiquei-me com a condição de “estrangeiro” elaborado por Zaluar (2009). Para a autora, o pesquisador continua sendo estrangeiro e, portanto, nunca deixam de existir diferenças culturais, éticas e morais que o distanciam dos sujeitos de sua pesquisa.

⁹ Ver Capítulo 1.

Observação participante: estratégias do método em ação

Sabe-se que a observação participante consolidou-se a técnica metodológica que mais caracteristicamente identifica o método etnográfico. Concorro com Neves (2008), que se na etnografia existe algum grau de instrumentalização dos sujeitos, ela começa pelo próprio etnógrafo. Nessa perspectiva, na etnografia o pesquisador acaba tornando-se principal instrumento de pesquisa, ou seja, através da observação participante e da interação com os sujeitos pesquisados, o pesquisador torna-se a maior fonte de dados. Assim, no trabalho etnográfico, o pesquisador não é apenas aquele que elabora a pesquisa, que decide as estratégias e o tempo, bem como aquele que analisa os dados, ele é também o próprio instrumento de sua recolha. Essa concentração de papéis atribuídos ao pesquisador irá exigir uma capacidade de partilhar estilos de vida, modos de pensar e agir distintos dos seus. Para tanto, o pesquisador necessita estabelecer relações de sociabilidade e confiabilidade com os sujeitos.

Dessa maneira, entre junho e novembro de 2014 passei a fazer parte do cotidiano do CSE a fim de estabelecer relações e ganhar a confiança dos atores sociais presentes ali. A construção de vínculos não só com os internos, mas com seus familiares e com os profissionais que lá estavam, foi indispensável para a realização do meu trabalho etnográfico, permitindo-me a descoberta progressiva de novos modos de pensar e agir em determinadas situações, além da produção de interpretações das concepções dos outros sobre as suas experiências, isto é, sobre o “ponto de vista do nativo”¹⁰ (GEERTZ, 1998).

Minha inserção no âmbito de privação de liberdade foi me despertando ao longo do período de pesquisa, nuances que iriam além daquilo que se estabeleceria como o escopo primordial de minha investigação. A observação e convivência constante, não só com os adolescentes internos, mas com todo o corpo funcional, nos mais distintos espaços do CSE, me sensibilizou para a visualização dos *imponderáveis da vida real* (MALINOWSKI, 1978) que engendravam o cotidiano daquele lugar. Meu olhar enquanto pesquisadora possibilitou-me observar as relações de poder exercidas entre os profissionais, e entre estes e os internos e seus familiares nos dias de visitas; as práticas de intervenção baseadas no exercício da disciplina e do adestramento; o “vigiar e o punir”; as alianças e os grupos formados em luta da sobrevivência local; os diversos discursos sobre o estado de permanência e/ou afastamento

¹⁰ Leal (2003) mostra que “buscar o ponto de vista do nativo” é, sobretudo, buscar o significado que têm os comportamentos e práticas para os próprios praticantes, tendo em vista tais práticas estão organizadas em função de regras e valores incorporados nos sujeitos.

das práticas ilícitas e claro, como a sexualidade é representada pelos adolescentes internos, por seus familiares, particularmente, suas companheiras, e por aqueles que trabalham na função de ressocializá-los.

Esta inserção me fez perceber ainda, que tal âmbito, muitas vezes limita o pesquisador a realizar seus objetivos previstos, devido às regras e imposições da Instituição, o que acabou por comprometer em certas ocasiões meu trabalho empírico. Assim, fui obrigada em alguns momentos a subverter a regra metodológica do binômio da observação participante, optando, por vezes, ora observar, ora participar.

Dessa maneira, senti-me obrigada nos primeiros contatos com o CSE a fazer uma observação silenciosa e discreta (ZALUAR, 2009), para só então poder ser aceita e participar de algumas atividades junto com os internos. A minha participação no trabalho de campo tornou-se conflituosa em certas ocasiões, sobretudo, por ser mulher, sendo limitada a circular livremente pela Instituição, especialmente nas Alas, o que foi explicitado pelo diretor em nosso primeiro encontro. Sob negociações, consegui entrar algumas vezes, todavia, com a presença dos agentes ou de um funcionário do CSE.

Nas minhas primeiras semanas de campo, a observação do cotidiano dos adolescentes tornou-se a minha única tarefa. Sob os olhares dos internos quase sempre arredios e curiosos, observava as aulas na escola, as oficinas de violão e de artes plásticas, os dias de visita dos familiares, bem como os casais que se formavam nestes dias e que timidamente demonstravam afeto, através de abraços e carícias, quando possível, observava também os atendimentos pedagógicos e médicos, observava a dinâmica para resolução de possíveis conflitos, enfim, observava o cotidiano do CSE.

Destarte, tal observação me possibilitava o registro imediato, em um bloquinho de anotações, das expressões, dos acontecimentos, das falas e atitudes significativas dos meus interlocutores e do contexto a sua volta. Fora do campo, escrevia em meu diário todos os acontecimentos do dia minuciosamente, reservando este para os assuntos mais íntimos. O uso do gravador¹¹ durante esses momentos poderia intimidar meus interlocutores, por isso, optei por não usá-lo inicialmente.

Nessa perspectiva, posso afirmar que durante esses meses a pesquisar, a observação, configurou-se numa das atividades mais eficaz em minha pesquisa, fazendo-me enxergar a possibilidade de distintas interpretações, além de me tornar conhecida pelos internos e estabelecer vínculos, onde logo passei a ser chamada pelo meu nome e não apenas como “a

¹¹ Nas minhas últimas semanas de pesquisa no CSE, a partir da autorização do Diretor e da negociação com os internos, passei a usar o gravador em alguns encontros com eles devido à grande quantidade de informações.

pesquisadora” ou “*a doutora*”, já que fui orientada a andar de jaleco¹² pela direção da Instituição. A partir disso, passei a ser apresentada aos familiares, às companheiras e seus filhos em dias de visitas, a participar das aulas de violão não mais como observadora, mas integrante da turma, enquanto eles tocavam, muitas vezes arrisquei cantar, fazia com eles os artesanatos feitos de papel que eles pacientemente construía por horas para entregar aos familiares nos dias de visita ou para servir como objeto de troca dentro da Instituição (capítulo 3). Com o tempo, o nível de relacionamento se intensificava a ponto de ser questionada quando nossos encontros voltariam a ocorrer.

Assim, meu papel dentro do CSE foi se alargando, além de pesquisadora, passei a ser uma possível correspondente dos pedidos dos internos para a direção e demais profissionais. Muitas vezes, os internos pediram que eu levasse suas demandas sobre a possibilidade de atendimentos psicológicos e/ou sociais, já que havia algum tempo que eles não ocorriam; pediram para que eu viabilizasse na secretaria uma ligação telefônica para seus familiares ou um atendimento médico, já que estavam a sentir dores no corpo; pediram até que eu interviesse no cardápio da comida¹³ que lhes era oferecida, já que não suportavam comer a mesma coisa todos os dias.

Inconscientemente, meu contato com internos acabou me legitimando um “falso poder”¹⁴. Por vezes, esclareci que não tinha como atender alguns de seus pedidos, já que não trabalhava ali, e estava a ser uma “estranha no ninho”; por vezes, tentava e servia de porta-voz para os internos, como por exemplo, para a possibilidade de um atendimento médico ou uso do telefone, mas logo minha tentativa era ceifada quando ouvia: “*Moça, isso é frescura*¹⁵, *eles querem é passear... aprenda!*”¹⁶. Mesmo com os meus esclarecimentos de que eu não teria poder para atender alguns de seus pedidos e os insucessos de minhas tentativas, esses momentos serviram para fortalecer os laços de confiança entre mim e os adolescentes.

¹² Utilizei o jaleco apenas uma vez, quando entrei em uma das Alas na companhia de um profissional. O uso do jaleco é bastante comum entre as mulheres do CSE, sendo a mim incumbida a sua utilização, principalmente nos momentos que eu adentrasse nas alas. De acordo com Chazan (2005) o uso do jaleco atribui aos profissionais um *status*, bem como a diferenciação de papéis, atribuindo-lhe a este o saber e o poder. No caso do CSE, seu uso estava ligado principalmente, como uma maneira de se proteger, guardando o corpo das mulheres profissionais de possíveis olhares advindos dos adolescentes internos.

¹³ Embora haja cozinha e refeitório no CSE, as refeições são trazidas por uma empresa terceirizada e os internos comem dentro das alas.

¹⁴ Esse “falso poder” que me foi atribuído, também se deu pelo fato dos internos saberem que mais do que uma estudante e pesquisadora de Antropologia, quem estava ali era uma Assistente Social, logo, poderia ser usada e solicitada para responder suas demandas ou levá-las para a direção.

¹⁵ Muitos profissionais do CSE não levavam a sério os pedidos dos internos. Para eles, eram mentiras ou exageros que só serviam como desculpas para os internos quererem sair das Alas.

¹⁶ Fala de um agente social quando notifiquei um pedido de um interno que sentia dores devido um cirurgia para reconstruir ossos de sua face.

Em alguns momentos desta pesquisa, tentei fazer entrevistas individuais, que logo mostraram-se pouco rentáveis no processo de coleta de material empírico. Das poucas tentativas que busquei, a conversa tornou-se rapidamente monossilábica. Concordo com Ribeiro de Oliveira (2006) ao ressaltar que em pesquisas feitas com os que estão “fora da lei”, trabalhar em grupos parece fundamental, uma vez que os que estão inseridos nele se encontram na mesma situação, o que tornará mais fácil a compreensão do que está sendo relatado.

Assim, para assegurar o bom andamento da pesquisa, optei por me dirigir e conversar com os adolescentes enquanto estavam dentro da Ala da Rouparia¹⁷, só assim, conseguiria ter todos reunidos de uma vez só. Nesses encontros com o grupo de internos, tentei estabelecer uma conversa dinâmica, interativa, “uma relação de escuta ativa, tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário” (BOURDIEU, 1997). Todavia, para dispensar a presença de agentes sociais em nossos encontros, presença esta que, muitas vezes, censuravam os internos, com olhares e gestos que os faziam calar-se diante de mim, uma grade me separava dos adolescentes. O lado de fora em que me posicionei sentada sobre um tijolo, nestes encontros, dava-me a sensação de liberdade, embora estivesse rodeada de muros altos e sob a vigilância panóptica¹⁸ do CSE. Para Simões e Souza (1997), o pesquisador deve ter a sensibilidade de perceber questões importantes durante sua permanência no campo, para que a pesquisa obtenha resultados mais próximos ao recorte pretendido, a começar pelo local onde serão realizadas as entrevistas ou conversas informais com os interlocutores, favorecendo assim, um encontro empático entre o pesquisador e o pesquisado. Esta estratégia me fez permanecer longos momentos a sós com os internos, o que possibilitou uma maior interação entre nós. Além disso, ali havia o sentimento de pertencimento territorial. Eles estavam no “lugar” deles, se comportavam da maneira que queriam, sem a necessidade da formalidade e da disciplina que muitas vezes são impostas quando vão ao encontro de algum profissional dentro do CSE.

Estes momentos sem a presença dos agentes sociais, e o fato de os internos perceberem que meu contato com eles não tinha a intenção de educar ou punir, mas apenas

¹⁷ Selecionei uma Ala para manter uma maior aproximação com um grupo de internos, já que era inviável eu conseguir dialogar com todos que estavam na Instituição, sobretudo pela dinâmica do Centro. Optei por uma Ala que foi adaptada da Lavanderia, e continha 9 adolescentes que foram selecionados pela direção por terem bom comportamento ou por estarem ameaçados de morte. Ao longo deste trabalho, irei me referir a este local como a “Rouparia”, pois era assim chamada pelos internos e pelos demais profissionais do CSE.

¹⁸ O efeito mais importante do dispositivo Panóptico (FOUCAULT, 1986) é induzir no indivíduo que se encontra aprisionado, um estado permanente e consciente da visibilidade, assegurando o funcionamento automático do poder. É essencial que o prisioneiro sinta-se vigiado, sem a necessidade de realmente sê-lo, ocorrendo o bom comportamento sem o uso da força.

dialogar e conhecer seu cotidiano dentro do CSE, me possibilitou o conhecimento das histórias, comportamentos e trajetórias de alguns dos adolescentes que lá se encontravam. Esses momentos também serviram para ouvirmos músicas, para fazermos os artesanatos, para falarmos das suas vidas pregressas (antes do **aprimoramento** imposto), para falarmos dos medos e pensamentos durante o processo de clausura, assim como as expectativas para o retorno ao convívio na sociedade, e ainda, para falarmos sobre como eles lidavam com a sua sexualidade. Apesar das diferenças que faziam questão de se mostrar entre nós, pude estimular algumas confidências dos internos, no que tange sua vida fora e dentro dos muros da **prisão**.

Da mesma maneira, busquei estratégias que possibilitassem minha aproximação com os familiares dos internos, especialmente, as esposas, uma vez que escutá-las seria indispensável para a análise dos meus dados no que diz respeito às práticas sexuais dentro do CSE.

Tentar estabelecer conversas nos momentos em que elas estavam com os internos tornou-se inviável. Tentei então, por vezes, me aproximar nos momentos em que elas estavam a esperar a revista íntima, todavia, a conversa era rapidamente interrompida pela rápida dinâmica deste processo. Nestas ocasiões, ouvia apenas as histórias narradas pelas visitantes, sobretudo, sobre os constrangimentos causados por esta revista¹⁹.

Assim, minha única alternativa foi estabelecer vínculos com as esposas dos internos antes de elas chegarem ao CSE, pois só assim teria tempo e oportunidade de ouvi-las sem interrupções. Como estratégia, passei a pegar o transporte coletivo usado por elas para chegarem à Instituição. Era comum nos dias de visitas encontrar vários familiares, a maioria deles, mulheres, que, carregadas de sacolas plásticas cheias de alimentos e materiais de limpeza e higiene, iam ao encontro do seu adolescente **preso**. Passei então a observar as jovens mulheres e suas sacolas, e rapidamente buscava sentar ao seu lado e tentar estabelecer um diálogo.

Este momento tornou-se a parte mais difícil, pois teria que ser sutil na minha aproximação, não deixando transparecer meu desejo em saber de sua vida íntima neste primeiro contato. Passava minutos ao lado delas, em silêncio, buscando encontrar a melhor maneira de iniciar um diálogo, até que vejo nas tatuagens marcadas em seu corpo, nos cabelos tingidos e na barriga das jovens grávidas, características que permitiram através do elogio, uma possibilidade de lograr êxito na minha tentativa de aproximação. Além disso, sempre

¹⁹ Cabe destacar que já existe um projeto de lei que proíbe a revista íntima em alguns presídios brasileiros, a fim de garantir a integridade física dos visitantes, bem como evitar constrangimentos.

oferecia ajuda para levar as pesadas sacolas até o CSE, já que do local da parada do ônibus até a Instituição era um percurso razoavelmente longo. Assim, com o tempo, pude tornar-me conhecida entre as jovens mulheres e conhecê-las melhor, isto é, como se chamavam, quem visitavam, de onde vinham, suas histórias de vida e suas percepções acerca do exercício da sexualidade sob a vigilância da Instituição.

Como referido no início deste tópico, a incursão etnográfica exige do pesquisador uma interação com os atores sociais no campo que ele investiga. Dessa forma, os profissionais que ali estavam, também faziam parte deste cenário, sendo então necessário o estabelecimento de relações com estes, uma vez que estão ali – ou deveriam estar – para viabilizar os direitos dos adolescentes, a incluir, os direitos relativos à sexualidade. Sem dúvida, o estreitamento de laços com a parte técnica da instituição – principalmente, a equipe pedagógica –, me abriu as portas em alguns momentos em que estava a pesquisar.

Essa aproximação com meus interlocutores foi também despertando questões quanto ao meu comportamento ético dentro do campo de pesquisa. Muitas vezes ouvia deles em nossos encontros – *“Boy, ela vai entregar isso pra juíza”*, *“Isso é para quê? Pode sujar²⁰ pra mim?”*; *“Cuidado com o que você vai escrever, posso perder meu emprego”*; *“Ela é limpeza²¹, pode falar”* ou ainda, *“Pode contar, não tem problema, ela só está fazendo uma pesquisa”*.

Tais discursos reafirmavam ainda mais a necessidade do estabelecimento de relações de confiança entre nós para a continuidade do andamento de minha pesquisa etnográfica. Assim, precisei deixar claro meu compromisso ético enquanto pesquisadora, garantindo o anonimato dos meus interlocutores²², para garantir o sigilo de quem proferiu tais discursos, a fim de não comprometê-los. Sobre esta dimensão ética, Laraia (1994) mostra que quando ganhamos a confiança de nossos informantes estabelecemos com eles um acordo de honra, onde trocamos as informações e a confiança de nossos informantes pela nossa discrição. Assim, por mais interessantes que fossem alguns dos discursos dos meus interlocutores, precisei ponderar e avaliar aquilo que seria utilizado como dados de análise, mantendo assim, o meu compromisso ético com a pesquisa social e, sobretudo, com meus interlocutores.

Em muitas ocasiões em que estava presente no CSE, deparei-me não só com discursos denunciante, mas com práticas que iam contra aquilo que sustentava os pilares do sistema

²⁰ A palavra “sujar” no contexto de internação dos adolescentes está ligada a possibilidade de prejudicar a vida do interno dentro do CSE.

²¹ Ao contrário da palavra “sujar”, “ser limpeza” para os internos é não oferecer perigo, é não comprometer para a direção as suas falas e/ou ações.

²² Pontuo que utilizarei nomes fictícios neste trabalho, a fim de garantir o anonimato dos meus interlocutores. Todavia, ressalto que os funcionários do CSE que participaram da minha pesquisa, serão identificados por letras, garantindo assim, o sigilo sobre quem proferiu o discurso.

socioeducativo. Por vezes, precisei ser discreta, fingindo não *olhar, ouvir e escrever* certas práticas, para que minha pesquisa não fosse comprometida. Parafraseando Ribeiro de Oliveira (2014), embora eu estivesse recheada de fatos sigilosos, ilícitos e bastante comprometedores, não estava a fazer uma investigação policial ou reportagens jornalísticas com o intuito de colher informações incriminadoras para serem denunciadas à justiça no que tange ao trabalho socioeducativo. Dessa maneira, optei nesta pesquisa, por analisar aquilo que não viesse a comprometer os sujeitos envolvidos nela.

Outra questão relevante e que tange a dimensão ética desta pesquisa, diz respeito a minha abordagem no contato com os internos. Embora estivesse assegurada pela Instituição para desenvolver meu trabalho, ele só seria possível a partir do consentimento, do desejo dos internos em falarem comigo. Assim, sempre que me aproximava deles quando estavam em suas atividades diárias ou até mesmo nas Alas, além de me apresentar, questionava-lhes sobre a disposição de estarem participando desse processo investigativo. Busquei acima de tudo, suavizar a formal relação que se estabelece muitas vezes entre pesquisador e grupo pesquisado e estabelecer, como supracitado, relações de empatia e confiança, a partir de diálogos e abordagens que retirassem qualquer “empoderamento” advindo do papel de “ser pesquisador”.

Nessa perspectiva, ao longo desta dissertação buscarei descrever o processo no qual teoria e prática se encontram e dialogam com as inquietações, (in) certezas e desassossegos que perpassam no turbulento caminho da pesquisa de campo. Concorro com Geertz (2002) que pesquisar e observar, ser de lá e estar cá, registrar lá e escrever cá, ouvir teorias e conceitos nativos e pensar conceitos e teorias antropológicas são tensões que nunca de desfazem (mesmo quando se pesquisa **criminosos**).

Desse modo, as discussões antropológicas que trago nesta dissertação estão alicerçadas em três capítulos que discutem os adolescente privados de liberdade e a maneira como se percebem nas relações sociais estabelecidas em seu cotidiano, e ainda, como lidam com questões relativas à sua sexualidade, uma vez que estão internos em uma instituição arraigada de dispositivos de controle, disciplina e exercício de poder.

No primeiro capítulo, “Quem são esses sujeitos?”, realizo uma breve discussão teórica que me guiou para escolha do termo “adolescente” para referir-me aos internos do CSE, busquei ainda, através das falas desses sujeitos, apresentar suas experiências e trajetórias, que perpassaram entre o início de sua “carreira desviante” até a sua internação no CSE, sendo esta última, considerada, como um rito de passagem na vida desses indivíduos.

No capítulo dois, intitulado “Centros Socioeducativos: creches, escolas ou prisões?” contextualizo como se deu a socioeducação ao longo dos anos em nosso país, evidenciando as “diversas mãos” por quais passaram os adolescentes em conflito com a lei até o advento do ECA. Apresento ainda, o CSE enquanto espaço arraigado de características que colocam em questão o ideal educativo proposto através da ressocialização de indivíduos que se encontram fora da lei.

No terceiro e último capítulo, “Pesquisando a sexualidade dos *mofis*”, analiso como a sexualidade é apresentada e representada no âmbito do CSE, tendo em vista não só os adolescentes internos como protagonistas deste cenário, mas sua família, sobretudo, as companheiras, bem como os profissionais que trabalham na Instituição. Neste capítulo, apresento, através da voz dos diferentes sujeitos desta pesquisa, as percepções da sexualidade no CSE fincadas, em suma, a partir de três práticas sexuais, a saber: relações heterossexuais (por meio da visita íntima), masturbações e relações homoeróticas, que foram descritas por meio de discursos manifestos e sentimentos visualizados, a partir de um fazer etnográfico acompanhado de uma tentativa de interpretação de uma antropóloga que se aventurou a pesquisar as práticas sexuais de adolescentes **presos**.

CAPÍTULO 1

QUEM SÃO ESSES “SUJEITOS”?

1.1 Adolescência ou Juventude: (in) definições teóricas

Uma das minhas inquietações teóricas ao longo deste trabalho culmina na utilização do termo adolescência ou juventude para denominar os sujeitos da minha pesquisa. Ao optar por falar de adolescência, as justificativas de situação peculiar elaboradas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990), somada às diversas transições típicas desta fase da vida do indivíduo seriam bastante pertinentes. Todavia, não poderia deixar de considerar que ao falar em juventude, estaria tratando de uma categoria sociocultural no qual meus interlocutores também estão inseridos.

De fato, concordo com Léon (2005) que os conceitos de adolescência e juventude correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional, que através das diferentes épocas e processos históricos e sociais vieram adquirindo denotações e delimitações diferentes. Assim, vamos observando as distintas concepções entre as diversas pesquisas sociais que buscam dar conta desta etapa da vida que se situa entre a infância e a vida adulta.

Disciplinarmente, temos de um lado a Psicologia junto à Psicanálise, que tradicionalmente discutem o conceito de adolescência numa perspectiva de transformações corporais advindas da puberdade, e significações sociais que moldam o comportamento do sujeito, ou seja, nesta fase, se adquirem as características sociais e psicológicas da condição adulta construídas socialmente. Nessa perspectiva construtivista, Machado Pais (1990) afirma que,

muito embora a puberdade, em si, seja um processo biológico universal, a adolescência só começou a ser vulgarmente encarada como fase da vida quando, na segunda metade do século XIX, os problemas e tensões a ela associados a tornaram objeto de consciência social. O envolvimento dos jovens em grupos de amigos e os comportamentos que começaram a ser identificados como fazendo parte de uma cultura adolescente foi fonte de preocupações, tanto de educadores como de reformistas de meados do século passado (p.148).

Adolescência vem do latim *adolescencia*, *adolecer*. Na perspectiva de Léon (2005), as formas de conceituar, delimitar e olhar de maneira abrangente a adolescência devem considerar a “multiplicidade de fatores, características e elementos, uns mais destacados que outros, mas que transitam pela ênfase nas transformações físicas, biológicas, intelectuais e

cognitivas, de identidade e personalidade, sociais e culturais, morais e de valor” (LÉON, 2005, p. 13).

O termo adolescência ganha notoriedade no Brasil, a partir da década de 80 em decorrências dos movimentos e reivindicações da sociedade civil em favor dos direitos das crianças e dos adolescentes. Em 1990, com a regulamentação do ECA, o campo da proteção à criança e ao adolescente permite a institucionalização de projetos existentes nas lutas pela reforma das ações legais de proteção, providenciando também as ferramentas necessárias para sua efetivação (ALVIM, 2002).

Do outro lado, temos as disciplinas das Ciências Sociais, como a Sociologia e Antropologia, que discutem analiticamente a categoria juventude, abarcada a estrutura social como os valores e a cultura particular dos sujeitos jovens nos processos de transformações sociais contemporâneos. Na sua conceituação de juventude, Ribeiro de Oliveira mostra que essa categoria,

é mais do que uma característica puramente biológica e inata, ela está enraizada na construção social, no que se educa culturalmente para que os jovens se apresentem de tal ou qual forma e nas expectativas criadas em torno de suas condutas juvenis. Aspectos esses que variam de cultura para cultura, de indivíduo para indivíduo, de relação para relação. Dessa forma, a juventude é uma noção que não pode ser definida a partir de critérios exclusivamente biológicos, psicológicos, jurídicos ou sociológicos, mas sim da inter-relação entre essas diferentes dimensões (2006, p.26).

Dessa maneira, para autora, a categoria juventude, produto da construção social, assumiu inúmeros significados, formulados no contexto de circunstâncias particulares, a saber: econômicas, políticas, culturais, sociais, históricas, relacionais que a fazem, por si só, uma categoria sujeita a mudanças ao longo do tempo.

Corroborando esta ideia, Abramo (1994), em seus estudos sobre juventude na contemporaneidade, assinala que a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conceitos e significados sociais desses processos se modifica de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas.

O termo juventude no Brasil começa a ser utilizado e pesquisado veementemente em meados da década de 50, quando se começa a associar a condição juvenil à rebeldia dos jovens transgressores e revolucionários. Nesta década, os jovens já começam a se mobilizar para mudança social no país (ABRAMO, 1997). Nas décadas de 60 e 70, as manifestações

juvenis, oriundas dos movimentos pacifistas e movimento *hippie*, ganham força no cenário político brasileiro em detrimento à ordem estabelecida pelos regimes autoritários. Segundo Ribeiro de Oliveira, neste período os jovens de classes populares ficam à margem, dando visibilidade aos “jovens de classe média, estudantes secundaristas e universitários, bem vestidos e irreverentes com questionamentos políticos e culturais estruturados em busca da construção de uma nova sociedade”. (2006, p.29).

Já na década de 80, com a democracia instaurada no país, a juventude brasileira aparece indiferente ao cenário político, preocupando-se então, com os prazeres individuais típicos do sistema capitalista. Na década de 90, a partir dos “caras pintadas” temos a volta da juventude nas ruas. Todavia, segundo Abramo (1997), as participações nas movimentações de rua pelo *impeachment* de Fernando Collor de Melo, então Presidente da República, foram largamente desqualificadas por apresentarem mais dimensão de “festa” do que de “efetiva” politização. Na atualidade, ser jovem se transformou numa pretensão social, dá-se agora, ênfase à busca de uma juventude eterna.

Dessa maneira, podemos perceber que ao longo dos anos, o conceito de juventude de nosso país, transitou a partir de ideais de força, lutas sociais, rebeldia, ruptura e hedonismo, definitivamente marcada pelas diferenças de gênero, classe social, cultura, etnia, etc.

Nesta batalha de argumentos teóricos existente entre tais disciplinas, a categoria etária também se coloca como um componente válido na conceituação e diferenciação dos termos adolescência e juventude. Por lei, o ECA considera adolescentes, indivíduos com faixa etária entre 12 e 18 anos de idade. Pesquisadores considerados referência nesta temática (ABRAMO, 2005; LÉON, 2005), definem que a juventude é concebida entre 15 aos 24 anos de idade. Todavia, segundo tais autores, por si só, a categoria etária não é suficiente para a análise do adolescente e do juvenil, mas é necessária para marcar algumas delimitações básicas referentes a este período vivido pelos indivíduos.

Com isso, nota-se que em nossa cultura os termos adolescência e juventude, ora se completam, ora disputam por diferentes abordagens. Tais diferenças e semelhanças acabam não sendo claras, evidenciando a imprecisão e a ambiguidade dessas categorias que mostram acima de tudo, que estão longe de serem universais. Para Frota (2007), concluir definições para tais concepções na contemporaneidade evidencia-se uma tarefa impossível de seguir adiante, entretanto, a multiplicidade de vivências e significados, ancorados nas múltiplas historicidades não podem ser deixadas de lado.

Nessa perspectiva, ao longo desta dissertação, mesmo não estando à vontade com tais (in)definições teóricas, e mesmo sendo pouco utilizada entre as pesquisas antropológicas, optarei pela categoria adolescência para referir-me à atual fase que se encontram os sujeitos de minha pesquisa. Caminharei na perspectiva de Ariès (1978) quando traz a concepção de adolescência a partir de um processo vivido com características únicas, distintas dos outros momentos do desenvolvimento humano. Apoiar-me-ei no conceito de adolescência observado por Oliveira (2013) como período de unidade e diversidade, ou seja, é necessário observar a adolescência como uma unidade em relação a outros grupos etários distintos, bem como observar as diversidades “existentes entre os jovens dentro do mesmo grupo, conforme os determinados atributos sociais: como classe, como grupo social, com determinadas experiências de vida” (OLIVEIRA, 2013, p.61). Utilizarei para construção desse trabalho, o conceito legalmente instituído pelo ECA, que denomina adolescentes como indivíduos pertencentes a faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos de idade e que portanto, estão num estado peculiar de desenvolvimento. Utilizarei tal termo, sobretudo, por ele ser usado entre meus interlocutores, isto é, entre os profissionais do CSE²³ e entre os próprios internos, que se colocam como pertencentes a esta categoria.

Porém, não podemos tomar a adolescência como um processo homogêneo, visto que é atravessada por diversidades e desigualdades. Devemos analisar a partir da existência de adolescência(s), em decorrência da pluralidade de contextos e conceitos que se distinguem a partir de aspectos sociais, econômicos e culturais.

Portanto, neste trabalho, utilizo o termo adolescente ainda, para indicar alguns dos interlocutores de minha pesquisa que compartilham determinada faixa etária, a saber: entre 15 e 17 anos de idade; e que possuem determinadas características consideradas comuns, a saber: adolescentes homens, pobres, pardos ou negros, de baixa escolaridade, que cometeram atos infracionais, que estão privados de sua liberdade, e que de alguma forma buscam exercer sua sexualidade independentemente do contexto de privações que vivenciam.

Neste primeiro capítulo, além desta breve discussão teórica que me guiou para escolha do termo “adolescente” para referir-me aos internos do CSE, trarei reflexões que buscam apresentar as experiências e trajetórias desses indivíduos, que perpassam entre o início de sua carreira desviante, isto é, no mundo da criminalidade até a sua internação no CSE.

²³ Acredito que o motivo do termo adolescência e não juventude ser utilizado com mais frequência na Socioeducação, dá-se, sobretudo, pela nomenclatura utilizada para denominar os menores de 18 anos que cometeram alguma conduta tipificada com delituosa, assim, passam a ser chamados de adolescentes autores de atos infracionais.

1.2 Eles são os “*mofis*”: entre a adolescência, a criminalidade e a identidade desviante

Em 2012, com a parceria de uma pesquisadora do GEV, escrevi um artigo (PEREIRA; GALVES, 2012) que refletia sobre o aumento da violência e de mortes envolvendo os adolescentes na grande João Pessoa, particularmente, aqueles adolescentes egressos do então CEA. O trabalho se desenvolveu a partir de uma pesquisa realizada nos meios de comunicação vinculados ao jornalismo policial, que apresentavam matérias que mostravam os crimes e mortes ocorridos na cidade. Entre Janeiro de 2010 e Janeiro de 2012, período temporal delimitado para nossa pesquisa, 31 adolescentes²⁴ egressos do CEA morreram de forma violenta.

O interesse em discutir tal problemática foi nutrido a partir do impacto causado na sociedade pela repercussão do envolvimento crescente de adolescentes na criminalidade²⁵ nos últimos anos, divulgados a partir dos meios de comunicação em geral. No meio televisivo, surgiu nesta época, o jargão “*mofi*”, denominação regional para “*meu filho*”, proferido cotidianamente por um repórter local²⁶ nos momentos de apreensão desses adolescentes, o que acabou se popularizando na sociedade e curiosamente, entre os próprios adolescentes envolvidos no **crime**, apreendidos pela polícia e/ou privados de liberdade. A escuta desta expressão tornou-se, na época desta pesquisa, e na minha atual pesquisa no CSE, tão corriqueira, que não poderia deixar despercebido o uso deste termo como uma das formas de denominar os sujeitos de minha pesquisa.

Assim, os “*mofis*” passaram a ser sinônimo de **bandidagem** em João Pessoa, são eles os adolescentes que matam, que assaltam, que traficam drogas, que sequestram. Não basta ser apenas “*mofi*”, precisa se comportar como um “*mofi*”. As roupas e sandálias que usam, a posição do boné na cabeça, o corte de cabelo, a maneira como falam, como andam e as músicas que escutam, testificam a *performance* e o pertencimento dos indivíduos a este grupo. Ao longo do meu trabalho campo, por vezes, fui identificada como a pesquisadora dos “*mofis*”, ou ainda, como a **pesquisadora do sexo dos mofis**.

²⁴ Cabe destacar, que este dado pode estar subestimado, uma vez que muitas informações dos adolescentes mortos neste período em João Pessoa, não foram devidamente esclarecidas, como por exemplo, se eram egressos do CEA ou não.

²⁵ De acordo com Waiselfisz (2015), no período de 1980 a 2013, as causas externas de mortalidade aumentaram drasticamente. Os homicídios, passam de 0,7% para 13,9% no total de mortes de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade. Em 2013, 3.749 adolescentes entre 16 e 17 anos de idade foram assassinados em nosso país.

²⁶ Na tentativa de conhecer mais sobre o assunto, busquei entrar em contato com o jornalista responsável pela criação do termo, porém, não tive sucesso.

Buscar justificativas que explicam o envolvimento de adolescentes na criminalidade tem sido uma tarefa bastante comum entre as pesquisas no meio acadêmico, entre as principais discussões com os que lidam com as Políticas Públicas voltadas às crianças e adolescentes que se encontram em vulnerabilidade social e entre a própria sociedade²⁷, que se vê refém da exarcebada violência que se instaurou não só em nossa cidade, mas nos grandes centros urbanos. A pobreza, a exclusão social, a fragilidade dos vínculos afetivos, a evasão escolar, o desemprego, as más companhias, o uso de drogas, a rebeldia, a identidade criminosa, a escolha pela vida “fora da lei” por prazer, são algumas das justificativas que mobilizam e dividem opiniões quando se fala do adolescente autor de atos infracionais.

Mas afinal, o que leva um adolescente a se envolver na criminalidade?

Dos 31 adolescentes egressos do CEA mortos entre 2010-2012 (conforme pesquisa referida no início deste tópico), 63,3% eram pardos ou negros, 80,6% foram mortos na periferia e 58% das mortes estavam relacionadas ao uso, dívida e/ou tráfico de drogas. Traçando um perfil a partir da análise documental de aproximadamente 100 adolescentes que se encontravam internos no CEA até o ano de 2013, Souza (2014) mostra que 70% dos internos possuíam renda familiar menor ou até um salário mínimo; 66% eram criados apenas pelas mães ou avós; 93% disseram ter feito uso de alguma droga e 23% desses adolescentes eram analfabetos.

A partir dos dados apresentados acima, podemos observar que a pobreza, falta de escolaridade, quebra de vínculos afetivos, uso de drogas, entre outros, fazem parte da realidade de adolescentes que estão envolvidos no crime ou privados de liberdade. De fato, tais vulnerabilidades podem desencadear uma série de comportamentos que os colocam em risco frente à criminalidade, todavia, não podemos tomar como parâmetro absoluto tais vulnerabilidades para justificar as condutas desses indivíduos. Associar pobreza e exclusão social com o crime tem levantado várias questões delicadas que exigem um maior cuidado na argumentação de tal associação. Ao insistirmos nessa relação de causa e efeito, ou seja, “todo pobre tende a ser criminoso”, estamos segundo Zaluar (1996), corroborando e reforçando a opção preferencial pelos pobres que a polícia e a justiça brasileira vêm fazendo ao longo dos

²⁷ Segundo Waiselfisz (2012), numa pesquisa divulgada pelo IPEA, onde se perguntava aos entrevistados sobre o medo em relação a serem vítimas de assassinato, categorizando as respostas em muito medo, pouco medo e nenhum medo, 79% da população entrevista diz ter muito medo de ser assassinada; 18,8%, diz ter pouco medo; e apenas 10,2% manifestaram nenhum medo. Ainda, Teresa Caldeira (2000) traz a discussão da segregação social e violência urbana, demonstrando o surgimento na década de 1990 dos chamados “enclaves fortificados”, que nada mais são do que espaços privatizados, fechados e monitorados, povoados por uma parcela da população que se sente ameaçada com o crime e com a violência e preferem abandonar os espaços de livre acesso e circulação, característicos da vida urbana e dos espaços públicos modernos.

anos, ou seja, estaríamos reforçando preconceitos e injustiças sociais que criminalizam a pobreza.

De acordo com Ribeiro de Oliveira (2006) não podemos afirmar que a razão de um adolescente estar na criminalidade encontra-se apenas na sua trajetória de vida na miséria e na falta de oportunidade para ascender tal posição, uma vez que existem jovens na mesma posição social que não se envolveram em delitos e atitudes de violência, da mesma maneira que há também, jovens de conduta ilícitas protegidos pelos muros altos de seus condomínios de luxo²⁸. Com isso, prefiro então, pensar num conjunto de situações e comportamentos, isolados ou combinados entre si, que colocam tais adolescentes em uma “trajetória desviante”, não deixando de desconsiderar também, seu prazer por “viver no mundo do crime”, como pude analisar em minha experiência etnográfica.

Há de se destacar também que por vezes, afirmamos que estes indivíduos estão excluídos da sociedade, o que acaba nos limitando a enxergar ou perceber que eles estão sim inseridos em um determinado contexto social, isto é, eles estão inseridos dentro da comunidade em que vivem, dentro dos grupos de pares, mesmo que estes estejam “fora da lei” e que suas condutas sejam criminalizadas. Acredito que seja mais viável caminhar na perspectiva de que tais indivíduos estão excluídos do contexto em que me encontro inserida, da mesma forma que eu encontro-me excluída do contexto que eles pertencem.

O trabalho de campo etnográfico me ensinou a relativizar aquilo que tomei outrora, como caráter absoluto ou difícil de ser contestado em minhas discussões sobre os fatores responsáveis por levar adolescentes a cometerem atos infracionais. Não se trata de achar “que tudo é relativo”, mas a partir do trabalho de campo, tentei seguir o conselho de DaMatta (2000) e me colocar no lugar dos sujeitos de minha pesquisa para, a partir do ponto de vista deles, (re) avaliar os meus próprios conceitos, deixando de lado as noções pré-concebidas e focando nas diferenças, não hierarquizando, ou tendo uma posição como superior, e outra, como inferior.

Apoiei-me, sobretudo, no ensinamento de Geertz (2001): “argumentos variados para fins variados”, ou seja, o trabalho de campo no CSE me possibilitou uma série de posicionamentos distintos, engendrados a partir da observação e da escuta da trajetória e vivência dos meus interlocutores, como podemos observar no relato abaixo referente ao meu primeiro contato com o ambiente escolar do CSE:

²⁸ Ver *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, de Tereza Caldeira, 2000.

Segunda-feira, 21 de julho de 2014. Hoje dediquei-me a conhecer o funcionamento da escola no Centro. Convidada por uma pedagoga, aceitei observar uma aula que estava acontecendo pela manhã. Com a permissão do professor e dos quatro internos que estavam presentes, entro e sento-me numa cadeira sem dizer nada, apenas observo e claro, sou bastante observada pelos adolescentes, que não tiravam o olho principalmente, do meu lápis e da minha caderneta. A aula era de história, e o professor introduzia o assunto lendo o título do capítulo presente no livro: “Trabalho: sangue, suor e lágrima”. Não demorou muito para que um adolescente interrompesse o professor. Sorrindo, ele diz: *professor, cada um trabalha do jeito que quer e se quiser. Tem outras maneiras de viver e ganhar dinheiro bem mais fácil, sem precisar suar a camisa. O senhor escolheu estar aí, trabalhando suado e tá ganhando pouco. Lá fora eu ganhava em uma semana, o dobro do que o senhor passa pra ganhar num mês. O tráfico era o meu trabalho, eu tinha grana pro que eu quisesse, eu escolhi o mais fácil.*

O desconforto do professor com a fala do interno foi perceptível aos meus olhos. Sem questionar o adolescente, ele segue a aula adiante [...] (relato extraído do meu diário de campo).

A partir do relato acima, surge uma questão que me inquietou ao longo da minha pesquisa: estar envolvido com práticas ilícitas e violentas é fruto da questão social²⁹, de uma sociedade capitalista “excludente” ou é uma escolha, uma opção de vida? Talvez a primeira opção, talvez a segunda, talvez as duas juntas ou ainda, nenhuma delas. O fato é que muitos desses adolescentes que se encontravam **presos** no momento de minha pesquisa, afirmaram por vezes, que a internação não os faria sair da realidade na qual encontravam, o que me inquietava a cada ida a campo sobre a possibilidade da existência de uma vontade desses adolescentes de permanecer no crime por prazer, por possuir uma “identidade desviante” (RIBEIRO DE OLIVEIRA, 2006) – “Essa vida é assim, ruim com eles, pior sem eles”; “Estudar pra quê? Quando eu sair daqui vou voltar pra onde eu estava mesmo!”; “Tem outras maneiras de viver e ganhar dinheiro bem mais fácil, sem precisar suar a camisa”; “Vender esses artesanatos³⁰? Eu ganho muito mais dinheiro vendendo **pedra**³¹ por aí!”; “Tenho coisas pra acertar lá fora, não posso sair dessa vida mais” (Discursos dos internos nos momentos de conversa na Rouparia e extraído do meu diário de campo).

Através das falas desses adolescentes, obtidas nos momentos em que conversávamos, alguns internos tentaram me convencer que o aprisionamento no qual se encontravam não

²⁹ Para as autoras Bering e Boschetti (2008), a explicação acerca a questão social, engendrada no capitalismo, é o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é a subsunção do trabalho pelo capital acrescida da desigualdade social e do crescimento relativo da pauperização, que não para de produzir uma enorme massa de homens e mulheres cujo acesso aos bens necessários à vida é extremamente restrito.

³⁰ Resposta de um adolescente quando sugeri que ele poderia vender quando saísse do CSE, os artesanatos que aprendeu a fazer no período da internação.

³¹ No vocabulário dos adolescentes internos, “pedra” faz referência *crack*. A maconha é chamada por eles de “erva”, a cocaína, por sua vez, de “farinha” ou “pó”.

teve grande impacto em sua vida, isto é, para alguns dos meus interlocutores, a experiência da internação não provocou (nem provocaria) mudanças significativas, que os levassem a deixar as práticas ilegais.

A baixa escolaridade somada à dificuldade para entrada no mercado de trabalho, e a pressão excessiva pelo consumo, fazem com que muitos desses adolescentes sejam atraídos para o mundo do crime, entendido por eles, como um “mundo mais fácil”, mais rápido de conseguir dinheiro, roupas de marca, drogas, armas, mulheres; aquisições estas, que seriam dificilmente obtidas em curto prazo na legalidade, assim, a criminalidade lhes aparece mais atraente e rentável. De acordo com Souza,

ainda que de forma efêmera, o adolescente aprende a sentir prazer na violência, acredita ser admirado por possuir armas e dinheiro, respeito advindo do tráfico, e por pertencer a este grupo. Com o ingresso no ilícito mercado de drogas, o adolescente consegue o *status*, dentro da sociedade da aparência e do consumo, o que não seria capaz de conseguir pelas vias legais (2014, p.65).

Em sua pesquisa com os que estão “fora da lei”, Ribeiro de Oliveira sinaliza que o “fácil” e o “difícil” relatado por esses indivíduos “denotam a facilidade e a rapidez da aquisição de bens materiais e de dinheiro, sem ter tido o esforço, e a dificuldade do trabalho lícito que, para eles, torna-se uma atividade mais difícil e penosa” (2006, p.63).

Nessa perspectiva, através das falas de alguns dos meus interlocutores, percebo que muitos iniciaram nas práticas ilegais por necessidade, por reagir contra a falta de oportunidades e para tentar sobreviver, todavia, permaneceram em tais práticas, por prazer, por perceber que assim, ascenderão na hierarquia social, atingindo o respeito dos seus grupos de pares. Parafraseando Soares (2005), estes indivíduos não querem ser apenas pintores de nossas paredes, mecânicos de nossos carros, engraxates de nossos sapatos. Eles querem o que nós queremos também: internet, música, esporte, cinema, roupas de qualidade, tecnologia da última geração. Isso nos faz pensar, que um dos motivos que levam um indivíduo a buscar ascensão na criminalidade, é o desejo de alcançar o *status* e valores culturalmente expostos em nossa sociedade.

Pude perceber também, que tais adolescentes em vários momentos de nossas conversas, atuavam de uma maneira que buscava tentar mostrar a imagem que eles queriam que eu tivesse deles: de “indivíduos perigosos”. É justamente aquilo que Goffman (1996) traz à luz em “*As representações do eu na vida cotidiana*”, onde o indivíduo, quando assume um papel representado, quer que os observadores acreditem neste papel, e que os atributos por

eles apresentados sejam expostos como realmente verdadeiros. Assim, através de suas falas, alguns desses adolescentes buscaram mostrar o quanto são destemidos em relação às suas práticas criminosas; afirmando então, sua masculinidade viril diante da pesquisadora mulher.

Drybread (2014) ao pesquisar em uma instituição de adolescentes em privação de liberdade no nordeste brasileiro, mostra que os internos frequentemente expõem sua masculinidade firmada no estereótipo do homem nordestino cheio de agressividade, de destemor e de virilidade. Mais que afirmar tal masculinidade através das conquistas de mulheres e atividades sexuais, tais indivíduos se afirmam “verdadeiros homens” devido o cometimento e a habilidade nas práticas ilícitas. Tais características foram encontradas no discurso de um dos adolescentes em minha pesquisa, que buscava representar a imagem viril, legitimando sua identidade e honra masculina³² que não poderia ser questionada, e testificá-la seria questão de tempo, já que naquele momento, não poderia fazer nada devido seu **aprisionamento**.

*Estou aqui, mas tem muita coisa me esperando lá fora. [...] Minha mulher colocou um macho pra viver dentro da minha casa. Dentro da minha casa, acredita? Ela que não **dê uma de doida**³³, que quando eu sair daqui e se eu encontrar eles, “meto” **ferro**³⁴ nos dois, jogo o **pacote**³⁵ num lugar que ninguém acha mais. Tenho um saco daqueles de dormir, tipo do exército, **tá ligada**³⁶? Coloco os dois juntos dentro dum rio... (risos) (Borba, 17 anos).*

Esse discurso foi dirigido em meu primeiro contato enquanto pesquisadora com a Rouparia. Na ocasião, havia apenas cinco adolescentes dentro da Ala, e um deles, o Borba, estava dormindo. Porém, ao ouvir minha voz, Borba levanta-se, lava o rosto com uma água que estava dentro de uma garrafa *pet* e senta-se sobre um colchão na minha frente. Eu estendo as mãos por entre as grades e me apresento ao adolescente. Borba me cumprimenta ainda desconfiado, mas suas primeiras palavras são para que eu chame a Direção do CSE para que o leve ao hospital, pois estava a sentir dores no rosto.

³² Esses conceitos serão melhor abordados no capítulo 3 desta dissertação.

³³ Significa “se fazer de desentendida”, que finge não perceber uma determinada situação/problema.

³⁴ No “vocabulário do crime”, ferro faz referência à arma de fogo.

³⁵ Ao ouvir este termo pela primeira vez, senti a necessidade de sempre buscar saber o significado dos demais termos para facilitar a compreensão da comunicação entre eu e os adolescentes. Ao questionar o que seria “pacote”, fui surpreendida com risadas coletivas dos internos, o que testificava minha ignorância/falta de conhecimento do seu mundo e suas gírias. Contudo, me explicaram que “pacote” fazia referência ao corpo morto da companheira e de seu amante.

³⁶ Usa-se esta expressão para saber se estou a entender ou acompanhar o que eles estão a falar.

Borba foi um dos interlocutores que mais marcou meu trabalho de campo³⁷. Ele foi um dos poucos adolescentes brancos e de olhos claros que vi no CSE. Estava na Rouparia porque foi ameaçado de morte por um grupo de internos. Seu rosto continha vários hematomas, resultantes de uma cirurgia feita para reconstrução dos ossos quebrados de sua face, causado por um espancamento que sofreu na Ala que se encontrava anteriormente. Borba é conhecido entre os internos como *Bin Laden*, apelido dado em referência ao líder e fundador da organização terrorista islâmica *Al-Qaeda*.

Preso por assalto, Borba é um integrante ativo da “OKAIDA” ou, simplesmente, “OKD³⁸”, uma facção criminosa da grande João Pessoa que disputa com outra facção, denominada “ESTADOS UNIDOS”, territórios para o tráfico de drogas. No início do nosso primeiro encontro, ele nega a participação em grupos de facção criminosa, entretanto, aos poucos e com a insistência dos colegas de que realmente era participante ativo da OKD, Borba me confirma seu compromisso com a facção, mostrando-me um grande rosto de ‘Bin Laden’ tatuado³⁹ nas costas. Isso bastou para Borba iniciar uma narrativa contendo detalhes do funcionamento da facção, de seu envolvimento com crimes na disputa pelo território na venda de drogas em comunidades locais, e de como sentia orgulho do apelido que lhe foi colocado.

Neste momento, sinto-me vulnerável, pois os adolescentes começam a me falar sobre suas experiências dentro dos grupos criminosos também, isto é, as mortes ocorridas recentemente na grande João Pessoa, o funcionamento e até mesmo os nomes das lideranças da facção criminosa local da qual faziam parte.

Lembrei-me naquele momento do conselho de Zaluar (2009), que em pesquisas com indivíduos que estão “fora da lei”, o pesquisador deve ter a cautela de “saber entrar e saber sair” do seu trabalho de campo. Assim, me esquivo dessas informações que poderiam me comprometer e principalmente, poderiam comprometer os laços de confiabilidade que aos poucos estavam se estabelecendo entre nós. Eu não poderia correr o risco de fazer com que aqueles adolescentes achassem que eu estaria lá pra tirar-lhes informações sobre seus crimes, suas condutas fora dos muros da **prisão** e comprometê-los de alguma maneira, este não era meu objetivo na pesquisa.

³⁷ Borba tornou-se um dos interlocutores que mais contribuiu em minha pesquisa, além disso, incentivava os demais internos a falarem comigo.

³⁸ Nome inspirado no grupo terrorista islâmico Al-Qaeda, principalmente pelas formas de violência.

³⁹ Tatuagens com o símbolo das facções OKD e EUA são bastante comuns de serem encontradas marcando o corpo dos internos como forma de afirmar seu pertencimento aos grupos criminosos. Elas são também uma forma de identificação dos internos.

Penso em Foote-Whyte (2005) quando fala dos momentos apropriados para perguntar e o que perguntar em uma pesquisa de campo e percebo que talvez induzi os nossos diálogos para um caminho contrário do que eu pretendia. Sabendo que a possibilidade de eu conseguir as informações que desejava para o desenvolvimento de minha pesquisa estava relacionada também com a impressão que eu causaria aos meus interlocutores, minha posição naquele momento, foi apenas reintegrar que o objetivo de minha pesquisa com eles era saber de suas vidas intramuros, principalmente, no tocante à sexualidade, e que não estava a querer saber de suas condutas ilegais antes da internação, por mais interessantes que estas me pareciam ser.

Percebo que mesmo após meus esclarecimentos sobre os objetivos que me levavam a estar ali com eles, alguns adolescentes sentiam-se bastante à vontade (mesmo em nosso primeiro encontro) para falar de sua “trajetória desviante”.

Tais falas sobre as espertices em lidar com situações de risco, expondo sua virilidade, força e capacidade de liderança, sobre a facilidade em manusear armas de fogo, de lidar com o tráfico e de aniquilar possíveis inimigos, engendravam uma série de narrativas sobre suas vidas antes da internação. Ostentavam o dinheiro que conseguiam com o tráfico de drogas, as roupas de marca que usavam e/ou davam para as namoradas, as **novinhas**⁴⁰ que conquistavam nos shows de *funk*, o **ferro** na cintura, que mostrava poder diante dos grupos de pares, e ainda, a quantidade de vezes que foram revistados pela polícia e/ou foram internados em centros socioeducativos.

*Já desci*⁴¹ pra cá 10 vezes, minha primeira vez aqui foi com 12 anos. Lembro da senhora fazendo um trabalho lá no CEA há um tempo atrás, eu tava lá na época, eu saí e voltei de novo (risos). Aprendi que aqui a gente tem que ser firme, não dá pra ficar de chorinho não, é pra ficar mais forte, dá um tempo do que ta lá fora pra voltar forte. Os boys aí ficam **choramingando**⁴², vão voltar pra cá depois rapidinho (**Bentinho**, 17 anos).

*Desde os 10 anos de idade que to nessa vida. Já fiz muita coisa por aí, e fui preso só por assalto. Se a juíza soubesse o que eu já fiz, não saía mais daqui (risos). Não posso sair dessa vida, tenho muitos inimigos lá fora. Já matei muito, tive que matar, ou então morria. Tenho que resolver umas **paradas***⁴³ *com os parceiros. Essa vida é assim, ruim com eles, pior sem eles. (Borba, 17 anos).*

⁴⁰ O termo “novinha” diz respeito às meninas da comunidade que eles se envolvem afetivamente. São meninas que podem estar envolvidas com práticas ilícitas ou não, mas que possuem as mesmas características de *performance* pertencentes aos grupos de pares dos adolescentes internos.

⁴¹ O verbo descer entre meus interlocutores significa “ser preso” em alguma unidade de privação de liberdade.

⁴² Significa ficar se lamentando pela atual situação de **aprimoramento**. É aquele que expõe fraqueza diante a clausura.

⁴³ Este termo é muito comum entre os internos. Resolver, fazer ou terminar uma “parada” significa dizer que algo precisa ser feito.

Nota-se através das falas dos internos, a expectativa de permanência na carreira criminal após a internação, sobretudo, por estarem acorrentado ao mundo do ilícito, ou, nas palavras de um dos internos, “*por terem vendido sua alma ao diabo*”. Muitos desses adolescentes já começam sua “trajetória desviante” ainda na infância, aprimorando-a na juventude e na idade adulta. São anos a conviver com os perigos das práticas ilícitas e a sentir o prazer que algumas delas lhe proporcionam, tornando-se assim, difícil o abandono destas condutas, uma vez que já estão demasiadamente comprometidos com o **crime**.

À medida que nos encontrávamos na Rouparia, de uma maneira involuntária, sempre acabávamos por falar de suas trajetórias de vida no crime. Assim, passei a perceber por meio de suas falas, a existência de uma determinada postura ou, podemos dizer, “conduta no crime”, que para eles se instituía como valor moral. Estupro e homicídio de “inocentes”, por exemplo, entre alguns dos meus interlocutores, era sinônimo de desonra, sendo inaceitável e vergonhoso entre as práticas criminosas deles. Cobiçar a companheira ou outra familiar do interno nos momentos de visita, também se tornara uma postura inaceitável entre as condutas dos internos dentro do CSE. Sobre a “honra e vergonha” entre indivíduos envolvidos com o crime, Ribeiro de Oliveira ressalta que,

o que surge como honra em determinado momento, para determinado grupo e em determinado contexto, surge concomitantemente como vergonha para outros. Os “jovens infratores” se colocam em seus discursos entre esses dois eixos, a honra e a vergonha diante da mesma atitude ilícita. Para o “jovem infrator”, possuir honra institui um mecanismo de aprovação e/ou reprovação social, que lhe insere também um dado valor social onde o reconhecimento ou não desse valor exige um tratamento determinado de prestígio ou humilhação, reconhecimento ou exclusão, um tipo de valoração social específico, que adquire significado diverso de acordo com os diferentes espaços e tempo em que ele está inserido (2006, p. 57).

Nessa linha tênue que perpassa distintas valorações quanto às práticas ilícitas, também pude ouvir, durante minha permanência no trabalho de campo, discursos de outros internos que explicitaram o desejo de superar esse rito de passagem no qual estavam inseridos, isto é, seu aprisionamento, relatando expectativas e desejos para o momento de sua saída da internação fora das práticas ilícitas. Isto nos faz perceber, que esta característica voltada à criminalidade não pode ser tomada como estática e imutável, ou seja, os motivos responsáveis pelo cometimento de delitos por esses adolescentes, reúnem um conjunto de possibilidades que se modificam de acordo com distintas variantes.

Nas páginas a seguir, dialogando com os conceitos elaborados por Victor Turner (1974), discuto sobre as trajetórias e experiências dos meus interlocutores, situando a privação de sua liberdade a partir de um rito de passagem, constituído por um estado liminar, que busca a transformação das condutas desses adolescentes, para só assim serem reinseridos no contexto social. Há de se destacar que a principal característica dos ritos de passagem justifica-se pelo distanciamento temporário do indivíduo de sua estrutura social, assim toma-se a internação aqui, como um rito de passagem vivenciado por estes indivíduos⁴⁴.

1.3 “Isso aqui é solidão, é vergonha”: a internação como um rito de passagem

Minhas reflexões teóricas acerca do campo no qual estava inserida me levaram a repensar a internação de indivíduos fora da lei não apenas abarcada aos sistemas de repressão e disciplina (ver capítulo 2), mas como um ritual simbólico, que separa indivíduos de um determinado contexto social, os molda segundo os preceitos pré-estabelecidos em relação às normas e valores de conduta, para só então devolvê-los à sociedade, já “reeducados”, já “ressocializados”.

No estudo da cultura e da sociedade, Victor Turner (1974) toma como parâmetro as contribuições de Arnold Van Gennep no que ele denominou como *fase liminar dos ritos de passagem*. Quando um indivíduo “muda de lugar, de estado ou de posição social ou idade”, consomem-se os ritos. Van Gennep (1969 *apud* Turner, 1974) mostra que os ritos de passagem ou de transição, possuem três fases, a saber: *separação*, quando o indivíduo é retirado do seu convívio social e afastado por um determinado período de tempo; *limem*, a margem, o período liminar, posterior à separação, identificado por uma fase intermediária entre o distanciamento e a reaproximação do convívio social, onde as características do indivíduo são ambíguas, isto é, o indivíduo que se encontra no estado liminar, se abstém de classificações e posições, uma vez que não está aqui nem lá, mas no meio, entre posições; e por último a *agregação*, onde consuma-se a passagem. Agora, “o sujeito ritual tem direitos e obrigações perante os outros de tipo claramente definido e estrutural, esperando-se que se comporte com certas normas costumeiras e padrões éticos” (TURNER, 1974, p.117).

⁴⁴Cabe destacar que nem todas as etapas do rito analisadas na abordagem antropológica clássica estejam presentes no contexto específico do campo no qual estou inserida e analiso neste trabalho. Considero tal discussão viável, pois pode ser um exercício válido para trazer à tona elementos específicos encontrados no universo investigado.

Dessa maneira, a discussão dos ritos de passagem proposta por Turner pode servir de referência quando analisamos a trajetória do adolescente privado de liberdade, ao considerarmos a peculiaridade da vivência da medida socioeducativa, o estigma do aprisionamento, a construção de papéis e estratégias específicas para a sobrevivência, além da difícil ou quase impossível, reinserção ao mundo dos ditos ‘normais’.

Entretanto, há de se destacar e concordar que, os rituais observados por Turner em muito se divergem em relação aos rituais existentes nas arenas das sociedades contemporâneas. Muitas diferenças opõem esses tipos de sociedades, a começar pelas características fundamentais resultantes desses processos rituais, assumindo assim, distintas conotações e adquirindo sentidos diferentes. Para tanto, mesmo fazendo esta alusão aos ritos de passagem elaborados pelo referido autor, entre meus interlocutores, este rito de passagem na maioria das vezes não se completa, tornando-se muito mais aquilo que Machado Pais (2009) vai denominar de *ritos de impasse*, como veremos adiante.

Uma vez apreendido pelo cometimento de práticas ilícitas, esses adolescentes são internos longe da estrutura social. Assim, dá-se a primeira etapa deste processo ritual, que é a separação do indivíduo do seu convívio social e familiar. Considerados os refugos da sociedade moderna, a melhor opção e mais emergente é separá-los do convívio comum, uma vez que não tem valor nem uso político e econômico.

Turner (1974) mostra que tais indivíduos, sendo não só estruturalmente “invisíveis” (embora fisicamente visíveis) e ritualmente contaminados, devem ser segregados, de forma parcial ou completa, do reino dos estados e estatutos culturalmente ordenados e definidos. Sobre o contexto de segregação, Goffman (2001) mostra também que o aprisionamento ocasiona,

uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações, e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente mortificado [...]. Portanto, o internado descobre que perdeu algum dos papéis em virtude da barreira que o separa do mundo exterior. Geralmente, o processo de admissão também leva a outros processos de perda e mortificação. Muitas vezes verificamos que a equipe dirigente emprega o que denominamos processos de admissão: obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar informações quanto as regras, designar um local para o internado (2001, p. 24-25).

Destarte, comparado à entrada de indivíduos nas chamadas *instituições totais* trazidas por Goffman (2001), assim é o novo processo apresentado ao adolescente condenando à medida de privação de liberdade, em que vivenciará um estado liminar, isto é, uma fase intermediária entre o distanciamento e a reaproximação do convívio social.

Depois de sentenciado pelo juiz, o adolescente é levado para o CSE, onde seu primeiro contato é com a direção da Instituição para que as regras da casa e o funcionamento das atividades sejam expostos. Procura-se saber também da carreira criminal do interno, sobretudo, se o adolescente pertence a alguma facção criminosa, a fim de direcioná-lo a uma Ala que irá proteger sua integridade física. Assim, o adolescente é separado principalmente de acordo com o pertencimento às facções, e não a partir dos critérios de idade, compleição física e tipo de infração cometida, como preconiza o ECA, o que acaba fortalecendo os vínculos formados em sua carreira criminal, uma vez que ele estará junto aos outros integrantes de sua facção.

Após tais esclarecimentos, o interno é levado por um agente para uma sala, onde suas roupas são trocadas pelo uniforme institucional, são retirados os seus pertences pessoais, como anéis, colares e/ou brincos, e seus cabelos são cortados. O adolescente recebe um kit contendo chinelos, e materiais de higiene pessoal, como escova de dente, creme dental, sabonete e um rolo de papel higiênico⁴⁵. Aos poucos, ele vai sendo integrado à rotina do CSE, sendo condicionado a manter um bom comportamento para ter acesso às aulas da escola, às oficinas profissionalizantes, ao banho de sol diário, às práticas esportivas, às visitas íntimas, quando lhe são autorizadas, bem como o rápido retorno ao convívio social.

Tive a oportunidade de presenciar a chegada e acolhida de um adolescente ao CSE. Naquele dia, pude entender na íntegra o que Goffman (2001) chama de “mortificação do eu”. Abaixo, seguem palavras de alguém que não sabia sua posição no momento que escrevia em seu diário de campo: Seria pesquisadora? Antropóloga? Assistente Social? De fato, não soube dizer. Naquele momento, ao escrever o que havia presenciado, preferi ser apenas um ser humano imbuído de questionamentos:

Quinta-feira, 13 de novembro de 2014: o fim do campo já começa a se aproximar. Os laços com os meninos estão estabelecidos. Eles me chamam pra conversar na Ala, perguntam a que horas estarei com eles, perguntam por que não fico mais tempo. Assim que cheguei ao CSE nesta manhã, fui até a “Rouparia” e disse que logo estaria chegando por lá para mais um dia de bate-papo, era só o tempo deles tomarem o café da manhã e eu resolver

⁴⁵ De acordo com os internos, este *kit* é oferecido apenas na chegada do adolescente ao CSE, depois, tais materiais são trazidos pelos familiares nos dias de visita.

algumas questões com as pedagogas. No caminho até a Pedagogia, percebi uma movimentação atípica dos agentes em frente à sala do diretor. Não busquei saber o que era, apenas segui na curiosidade. [...] Meia hora depois, volto em direção aos meninos, eles já me esperavam com água numa garrafa *pet* já escura e suja devido o tempo de uso, um copo azul de plástico e uma folha de papel, que era pra eu colocar em cima do tijolo, para não sujar minha roupa. Conversamos naquela manhã sobre a noite anterior, já que havia ocorrido uma tentativa de homicídio no CSE, um interno teria sido **espetado**⁴⁶ por outro dentro da Ala. Ouvi seus *funks* por uns minutos e, como sempre, falamos da vida antes da internação e dos familiares que os esperavam lá fora. Era pra ser uma manhã como todas as outras daquela semana, quando sentava com os adolescentes e conversávamos um bom tempo. Porém, somos surpreendidos com a passagem de um interno que estava sendo levado por um agente social. Eu mal poderia imaginar que ele estava indo se “*despir do seu eu*”.

Era um garoto de cabelo pintado de loiro, já alaranjado por causa do tempo e da exposição ao sol, usava roupas levemente rasgadas e sujas. Não sabia de certo sua idade, mas aparentava ter aproximadamente 12 anos. Negro, magro e de estatura baixa, passou por nós olhando para baixo e segurando um terço colorido que estava pendurado em seu pescoço. Naquele momento, os internos e eu paramos de falar e apenas observamos os passos do agente e do novo interno. Os internos ficaram espantados com o tamanho do garoto e curiosos pra saber quem era ele; eu, só pensava o que aquele garoto fez para ser preso, e por que ele não estava na escola estudando ou brincando com os meninos de sua idade. Ele era uma criança! Mas uma criança que cometeu algum crime! Mas que crime? Depois que eles passaram por nós, fiquei calada enquanto os internos especulavam o porquê de sua apreensão. Minutos depois, o agente volta com o interno; agora, vestido com um uniforme azul bem maior que seu tamanho, com o cabelo raspado e sem seu crucifixo no pescoço. Os adolescentes da Rouparia perguntaram se ele havia roubado algum pirulito na rua; o novo interno olha pra nós deixando escapar um sorriso. O agente pegou nos ombros do menino e o levou para alguma Ala sem dar-lhe a chance de nos responder. [...] Não demorou para que a chegada do adolescente virasse notícia nos corredores do CSE, uns diziam que o motivo foi roubo de ônibus, outros, que ele apenas atirara pedras nos ônibus quando foi apreendido pela polícia... O fato é que saí do CSE naquele dia sem saber o que aquele garoto teria feito pra ser interno. Indignação, tristeza, repulsa, impotência, tomavam conta de mim, atestando o quão injusta a vida pode ser... (relato extraído do meu diário de campo).

Saí do campo naquele dia, mas o campo não saiu de mim. Passei a noite a pensar no “menino” que agora se encontrava **preso**. Pensava em como foi recepcionado pelos demais internos, se estava a sentir medo ou se talvez a sua apreensão não significasse muito para ele, visto que em breve poderia sair, se mantivesse um bom comportamento. Resolvi ir ao CSE na manhã seguinte, queria ouvir dos meus interlocutores, **presos** numa “rouparia”, os

⁴⁶ Quer dizer que o adolescente foi ferido com um objeto pontiagudo. Para se defender, muitos internos retiram os ferros de dentro das paredes do CSE para servir como armas. Eles chamam tais armas de “espetos”.

sentimentos em relação à segunda etapa deste rito de passagem, ou seja, a sua adequação a este novo estado em que se encontram.

Abaixo, alguns depoimentos dos internos que narram suas vidas intramuros:

*Matei meu inimigo, mas levei um tiro da polícia quando fui preso, pois tentava fugir. Passei uns meses no hospital e **desci** pra cá. Chorei muito quando cheguei. Aqui, vi e percebi que essa vida não presta, só depois de **preso** que eu parei pra pensar. Não vejo a hora de sair daqui. Sei que Deus tem um plano para mim. Eu entreguei minha vida a Deus, só Ele sabe o dia e a hora que eu vou sair daqui de dentro. Pensei muito aqui e me arrependo de ter feito isso e de não ter escutado os conselhos de minha mãe. Aqui, nesse lugar, sinto um vazio, uma tristeza, me sinto como um bicho preso. Me sinto mal de não estar junto com minha família. Só hoje vejo que essa vida não é pra mim. Isso aqui é solidão, é vergonha. Me dá tristeza em passar o tempo todo preso, longe de tudo e sem nada. Mas eu faço minha parte, não crio confusão com ninguém pra não piorar minha situação. Ajudo os agentes, vou pra **missão**⁴⁷, pois quero sair logo daqui (**Estevão**, 17 anos)*

*Quando fui preso, num dia de quarta-feira, cheguei na delegacia onde ocorreu um interrogatório e eu estava sendo acusado de um latrocínio. Naquela hora eu sabia que ia descer pro CEA, só o que passava na minha mente era como ia ser lá quando eu chegasse. Morei um mês e nove dias de boa, tive três audiências e fui sentenciado de seis meses a três anos de prisão. Depois da sentença fiquei **encabulado**⁴⁸, bati com as mãos na mesa, chorei de raiva quando vi minha mãe chorando, ameacei as testemunhas de acusação dentro do fórum e fui levado pro CSE. Cheguei no CSE e o diretor quis saber se eu era de facção criminosa. Respondi que eu era OKAIDA e pedi pra ir pra um lugar tranquilo. Nessa ala fiquei cinco meses. Fui pra outra ala depois pra resolver uma guerra de rua. Cortei um boy de gilete e por causa disso fui pra delegacia e peguei mais um processo. Vou passar mais um bom tempo aqui porque caí com latrocínio e agora uma tentativa de homicídio dentro da cadeia. Hoje fico aqui esse tempo todo pensando que tenho que resolver esse problema é na rua, ou eu ou ele morre, mas não quero essa vida pra mim não. Não sei se vou conseguir mudar quando sair daqui, porque tenho muitos inimigos lá fora. Mas eu quero mudar de vida. Quero encontrar uma parceira que me ajude a mudar. Eu estou aqui preso, mas sou gente também, quero coisa melhor. A vida do crime é fácil, é boa, dá dinheiro pra quem **mete a mola**⁴⁹, mas é arriscado perder tudo, até a vida (**Salvador**, 17 anos).*

Os discursos de alguns dos meus interlocutores mostram que a reflexão das práticas ilícitas cometidas pode se dar nesta fase da internação. O tempo que alguns deles passam sem realizar atividades dentro do CSE pode ser utilizado também para pensarem sobre os crimes

⁴⁷ Ver capítulo 2.

⁴⁸ Termo muito utilizado na região Nordeste do Brasil. Encabulado significa dizer que está envergonhado com alguma situação ou por causa de alguém.

⁴⁹ É aquele que se arrisca, não tem medo, é esperto para lidar com os imprevistos do mundo do crime.

que cometeram e a possibilidade de uma possível mudança de comportamento, chegando ao desejo de se distanciarem das práticas ilícitas.

Percebemos também que a mãe desses adolescentes apresenta-se como uma figura importante nesse contexto. Ribeiro (2009), quando analisa a dinâmica da vida cotidiana de adolescentes internos em instituições de privação de liberdade, mostra que a mãe é a protagonista principal da história de vida e da realidade na qual estão inseridos. São elas que os visitam semanalmente, que os aconselham para mudanças no comportamento ilícito, que acreditam na sua superação. O receio de decepcionar a mãe novamente e perder sua confiança, faz, segundo os internos, com que eles repensem seus atos infracionais e desejam abandoná-los.

Outra questão que o campo me fez refletir sobre este rito de passagem vivenciado por esses adolescentes, é o estigma sofrido no momento da internação. Conforme Goffman (1982), o estigma refere-se a uma característica atribuída a uma pessoa categorizada como diferente do estereótipo idealizado socialmente, e, portanto, não desejável. Há um efeito de descrédito sobre esta, por apresentar um sinal de “fraqueza”, “defeito”, e/ou “desvantagem”, que a marca e a diferencia negativamente dos indivíduos considerados “normais”. Assim, a internação torna-se um fenômeno decisivo na consolidação do estigma, “visto que ela irá perseguir o adolescente como uma marca negativa que o diferenciará dos outros adolescentes que, mesmo cometido algum delito, não foram fichados” (SOUZA, 2014, p.61). Citando a tão conhecida epígrafe de Victor Hugo em *Os miseráveis*, “se pode até sair da prisão, mas não da condenação”, ou seja, esses indivíduos estarão sempre carregados da marca do estigma de serem “marginais” e de serem “egressos do CSE”.

Este período intermediário do rito de passagem, onde os internos ocupam o *status* de liminaridade, é caracterizado também pela ambiguidade do sujeito, por sua invisibilidade nos termos da definição padrão da nossa cultura (Turner, 1974), ou seja, o sujeito não está situado em nenhuma posição reconhecida pela sociedade e, assim, seria exatamente aquilo que a sociedade não quer e não pode expressar. Ainda de acordo com Turner, nesta fase, constituída como um limbo de ausência de *status*, os indivíduos:

apresentam-se como se nada possuíssem. Seu comportamento é normalmente passivo. Devem, implicitamente, obedecer aos instrutores e a aceitar punições arbitrárias, sem queixas. É como se fossem reduzidos ou oprimidos até uma condição uniforme, para serem modelados de novo e dotados de outros poderes, para se capacitarem a enfrentar sua nova situação de vida (TURNER, 1974, p.118).

Muitas vezes me chamava atenção o disciplinamento dos corpos quando os adolescentes eram retirados das Alas para irem até algum espaço da Instituição, como as aulas, as oficinas, os encontros com a direção ou com os profissionais dos setores da saúde, da psicologia e do serviço social. Os internos são orientados a andarem enfileirados, com as mãos para trás e a cabeça baixa. São revistados pelos agentes para só depois seguirem. A submissão é uma atividade em todos os espaços da instituição, sendo seu descumprimento passível de punição, com por exemplo, a proibição na participação das atividades oferecidas pelo CSE, como veremos no próximo capítulo.

Nessa fase liminar, Turner (1974) nos chama a atenção ainda para formas de relacionamentos não-estruturados desenvolvidos entre os indivíduos, as quais ele chamará de *communitas*, onde prevalecem os laços de camaradagem e igualdade que vai além e acima de qualquer vínculo e irrompe nos interstícios da estrutura. Em síntese, o estado de liminaridade engendra entre os indivíduos a formação de *communitas*.

Podemos afirmar que a prolongada convivência entre os adolescentes internos vai formando um “espírito de grupo e camaradagem” entre eles, de *communitas*, um tipo de “sociedade” não estruturada com indivíduos iguais que buscam, antes de tudo lutar pela sobrevivência, se defender das agressões praticadas por outros adolescentes e da opressão exercida pelo corpo funcional:

Quando eu cheguei lá, não foi do mesmo jeito que eu pensei. Achava que eu ia levar uma pisa⁵⁰, mas ao contrário disso, fiz amizades (Salvador, 17 anos).

Tem boy aqui que é bandeira branca⁵¹, então a gente tem que ensinar as paradas, como funciona as coisas daqui pra ele não se dar mal. Quando a gente vê que o boy é figura⁵² e não quer ferrar⁵³ com a gente, a gente ajuda geral (Jorge, 16 anos).

Dessa maneira, a entrada na internação, como já foi referido anteriormente, consiste em um rito de passagem no qual o adolescente tem que, no momento de sua entrada, descobrir formas de ação que possam garantir seu bem-estar entre as interações que mantém com outros internos. Para tanto, há a criação dessas “*communitas*”, consistindo na formação de grupos entre os próprios adolescentes, onde possuem regras gerais e formas de conduta que diferem

⁵⁰ Levar uma “pisa” é o mesmo que levar uma surra de alguém.

⁵¹ Ser bandeira branca no CSE é não fazer parte de facções criminosas, é ser imparcial nas rixas entre os internos por causa das facções, é ser, segundo eles, da paz.

⁵² Alguém que é legal, que é gente boa, que não causa perigo, merecendo então, ser protegido pelos demais.

⁵³ Ferrar estar relacionado a trair, enganar, agir de má fé com alguém.

das regras impostas pelo CSE. Esses grupos formados estão abarcados a partir de relações pessoais, muitas vezes iniciadas antes da internação. Souza (2014) a partir da observação das teias relacionais entre adolescentes privados de liberdade mostra que,

de modo geral, as relações dos adolescentes internos se dão a partir das redes das quais eles participavam fora da instituição. Assim, o lugar de moradia: bairro ou cidade onde o adolescente habita, a participação em alguma facção criminosa, as amizades, as inimizades e as relações de parentesco são informações importantes para o processo de (re)construção dos vínculos sociais (p. 175).

Por vezes, os adolescentes já possuem desafetos dentro da Instituição, conquistados fora dos muros do CSE, resultados das brigas entre as facções criminosas. Em razão disso, ao adentrar e passar a vivenciar o ambiente da internação, eles buscam compor imediatamente algum grupo ao qual pertençam “inimigos dos seus inimigos”, como uma forma de autodefesa além de uma forma de se vingar. Assim, através da “camaradagem” e “igualdade” obtidas a partir dos grupos criminosos, eles arquitetam meios de sobreviver à internação e à perseguição de seus inimigos dentro do CSE, bem como os meios para se livrarem de tais inimigos. Este processo, no qual esses indivíduos estão transitando, acaba por incorporar novas formas de pensar e se comportar, o que corrobora o caráter da liminaridade.

Por fim, chegamos à terceira etapa deste ritual que é caracterizado pelo aprisionamento de indivíduos: o estimado retorno ao convívio social, da reintegração, ou nos conceitos socioeducativos, da ressocialização do adolescente em conflito com a lei; um retorno que exige do egresso deveres a cumprir perante a justiça e a sociedade. Regras e responsabilidades lhes são impostas, a fim de que sua liberdade não seja privada novamente. Espera-se que este indivíduo⁵⁴, ao consumir sua passagem, aja de acordo com certas normas costumeiras e padrões éticos, típicos de uma sociedade estruturada. Espera-se ainda pela mudança de *status* deste indivíduo, onde ele ocupará uma nova posição diante da estrutura social.

Entretanto, nem sempre esta passagem é consumada, nem sempre os adolescentes egressos da medida socioeducativa de internação agem de acordo com padrões de conduta impostos pela sociedade. Diante disso, é considerável perceber as situações de impasse no qual estes indivíduos estarão vivendo após o processo de internação. Eles até podem fazer esta passagem que vai do aprisionamento para a sua liberdade, mas poucos reúnem condições necessárias para superação da trajetória desviante, principalmente devido à precariedade dos

⁵⁴ Como afirma Durkheim (1984) o indivíduo que a educação deve realizar não é o indivíduo tal como a natureza o fez, mas tal como a sociedade quer que seja, e esta o quer tal como a sua economia interna o exige.

meios para tal superação. Assim, para muitos desses adolescentes, as dificuldades de se reinserir na escola ou no mercado de trabalho, acabam por gerar problemáticas situações de impasse frente a um futuro incerto. Sobre isso, Machado Pais (2009) mostra que os ritos de impasse aparecem associados a situações de anomia que podem originar condutas violentas, envolvendo pessoas incapazes de vislumbrar um futuro, como acontece com alguns jovens ou minorias marginalizadas, sujeitando-as a novas ritualizações, ou ainda, novos aprisionamentos. Esse impasse, gerado pela reincidência dos adolescentes ao sistema socioeducativo, está relacionado, sobretudo, a incapacidade operante do Estado no trato desta questão. A realidade no cenário socioeducativo que temos hoje, mostra-nos que ele está longe de ser um instrumento ressocializador e transformador na vida desses indivíduos.

Ao analisar esta última fase do ritual de aprisionamento, observei entre os internos do CSE suas expectativas em relação a este processo de retorno ao convívio social, onde se situam sentimentos que expressam medos, desejos, incertezas, enfim, todas as possibilidades que se apresentam neste período de retorno.

Observam-se, a partir do relato dos internos sobre sua condição futura, sentimentos de ambiguidade, de não pertencimento, herdados da fase liminar em que passaram:

Quando eu sair daqui é só Jesus na minha vida. O que vai acontecer comigo está na mão de Deus, pois quem sabe o futuro é Ele. Talvez eu vá pra São Paulo viver com meu pai, mas não sei ainda o que vou fazer (Rubião, 17 anos).

Nem ler eu sei. Deixei a escola quando tinha 9 anos. Eu estou cheio de inimigos lá fora. Já fiz muita família sofrer por aí. Vai chegar o momento que nem minha mãe também vai me ver mais. Mas é assim mesmo (Félix, 15 anos)

Eu queria que Deus me desse um emprego, pra eu tentar mudar de vida. Todo mundo precisa de um, né? Isso sim era bom. Meu sonho é de mudar, construir minha família, mas têm jeito não. Quando eu mudar os caras me matam. [...]Quando chegar lá na frente, se Deus quiser, eu vou mudar” (Assis, 17 anos).

Podemos perceber que os discursos oscilam entre o desejo de mudança, da consciência de que a prática de atos infracionais é um caminho que pode conduzi-los à morte, demonstrando então, a vontade em não vivenciar novamente a experiência da internação, e entre a permanência no crime como forma de sobrevivência e pacto com a opção de vida escolhida.

Observa-se ainda, que muitos desses adolescentes, colocam suas expectativas em forças externas à sua realidade, apegando-se então, às forças divinas, que o irão conduzir e proteger, uma vez que a realidade no qual se encontram reflete sua fragilidade como ser humano. Aqui, percebemos como a questão da religiosidade está bastante presente nesse contexto de **aprisionamento**. A “fé em Deus” se caracteriza como um mecanismo de ajuda para que esses adolescentes consigam deixar as práticas ilícitas, o que muitas vezes se caracteriza como o elemento fundamental para a reabilitação social e moral deste adolescente.

Dessa maneira, termino este primeiro capítulo deste trabalho pensando a internação dos meus interlocutores como um ritual de passagem que se deu, parafraseando Da Matta (2000), a partir de uma resposta adaptativa obrigatória, ou seja, quando os indivíduos são obrigados a mudar de posição dentro de um sistema, cuja função é aparar conflitos, mesmo que sejam engendrados, por exemplo, a partir da transição da adolescência à maturidade, passagem esta, problemática e conflituosa em qualquer sociedade humana. Faz-nos pensar também até que ponto este ritual de aprisionamento se torna completo ao ponto de esboçar a reagregação destes indivíduos na sociedade mais ampla.

CAPÍTULO 2

CENTROS SOCIEDUCATIVOS: CRECHES, ESCOLAS OU PRISÕES?

2.1 Da arte de governar: adolescentes delinquentes nas mãos de quem?

No Brasil, a primeira intervenção estatal direcionada aos menores carentes e infratores da lei penal (Carvalho, 2000) consolidou-se a partir da aprovação do Primeiro Código de Menores em 1927. Assim, passa a ser do Estado, a missão de tutelar os menores considerados “delinquentes” e educar os abandonados.

Paula (2006) mostra que o Código de Menores de 1927 regulamentou uma verdadeira política pública de encarceramento como estratégia de recuperar as condutas indesejáveis desses indivíduos, permitindo o enraizamento do modelo de encarceramento no decorrer do século XX.

Nessa perspectiva, começa a se instaurar em nosso país, instituições voltadas para o atendimento dos menores⁵⁵ carentes e infratores da lei penal, onde se prevalecia uma prática carcerária punitiva, repressiva e discriminatória (PAULA, 2006).

Na tentativa de mudar essa realidade, foi instituído o Serviço de Assistência ao Menor - SAM, em 1941, que segundo Carvalho,

Tinha o objetivo de proporcionar em todo território nacional, uma assistência social, sob qualquer forma, aos menores carentes e infratores da lei. A criação dessa instituição agregava a uma perspectiva corretiva, alguns objetivos de natureza protecionista, valorizando-se a necessidade de estudos e pesquisas, bem como uma assistência psicopedagógica aos menores considerados carentes e delinquentes (2000, p.186).

O SAM tinha como principal característica uma política de exclusão, onde o menor pobre, era considerado uma ameaça social, sendo necessária a sua retirada do convívio da sociedade a partir do seu aprisionamento em instituições.

A partir dos vários processos de reivindicações e críticas pela melhoria das condições dos menores no Brasil, o SAM foi extinto em 1964, sendo substituído, sob o comando do regime militar, pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que propôs ser a grande instituição de assistência à infância, cuja linha de ação era a internação, tanto dos abandonados e carentes como dos “infratores”. A FUNABEM⁵⁶ enquanto órgão normatizador, instituiu a criação das FEBEM’s (Fundações Estaduais de Bem-Estar do

⁵⁵ De acordo com Ribeiro (2009) no início da década de 1920 o termo “menor” passou a ser utilizados em nosso país para designar as crianças e os adolescentes pobres que eram marginalizados em nossa sociedade. É com o advento do Código de Menores de 1927 que se consolida a ideia da categoria “menor infrator”.

⁵⁶ De acordo com Souza (2014) a FUNABEM e as FEBEM’s ao serem criadas, herdaram do órgão antecessor, prédios, equipamentos, materiais, sobretudo, pessoal, o que consequentemente direcionou às mesmas práticas do SAM.

Menor). A partir deste momento, “o menor delinquente passa a ser caso de polícia e um problema de segurança nacional (CARVALHO, 2000, p.192).

No ano de 1979, foi promulgado o novo Código de Menores que se constituía na revisão do Código de Menores de 1927. Entretanto, poucas mudanças foram sentidas nesta formulação, apenas o surgimento da Doutrina da Situação Irregular⁵⁷. O novo Código de Menores definiu a assistência, a proteção e a vigilância como ação estatal para a criança ou adolescente que se encontrasse em situação irregular. Pela nova lei, o “menor” carente, abandonado, inadaptável e/ou infrator passa a ser identificado com “menor em situação irregular”.

Na década de 1980, com a efervescência pela redemocratização do país, iniciaram as lutas pelos direitos dessa parte da população que, por várias décadas, foi considerado como simples objeto de tutela ora da sociedade civil (através das instituições de caridades), ora do Estado (através das instituições e serviços correccional-repressivos). Em vista dessa efervescência que perpassava toda a sociedade civil, muitas produções acadêmicas e documentos de organizações denunciaram os modelos de assistência de caráter conservador e anti-democrático até então implantados, bem como a dura realidade de milhares de crianças e adolescentes do nosso país.

Com isso, emergiu uma luta política de diversos segmentos da sociedade para a elaboração de uma lei que regulamentasse os direitos garantidos na Carta Magna Brasileira, de 1988, fundamentada nos princípios de proteção integral da “Doutrina das Nações Unidas para a proteção à Infância”.

Dentre os documentos que compõem essa Doutrina, destaca-se a convenção sobre os direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, que foi um dos instrumentos jurídicos mais importantes para a ruptura da estrutura jurídica e institucional das legislações repressivas/assistencialistas e da diferença entre ser “menor” e ser criança.

As normas da Convenção, antes mesmo de serem aprovadas, foram incorporadas pela Constituição Brasileira de 1988, a qual reconheceu a população infanto-juvenil não mais como objeto de tutela, mas como sujeitos, cujos direitos devem ser garantidos em função de

⁵⁷ Em 1927, foi publicado o Decreto 17.943-A, que veio a ser a primeira legislação acerca dos menores do Brasil, chamado de Código Mello Mato. Esse decreto trouxe diversas inovações como a figura do juiz de menores, centralizando todas as decisões referentes ao destino de “menores infratores”. Porém, mais uma vez, suprimia-se a figura da família como parte integrante e necessária do desenvolvimento do menor, dando-se mais importância ao recolhimento desses indivíduos como forma de proteger a sociedade do que se dedicando a resolver a questão. Esse pensamento passou a ser conhecido como doutrina da Situação Irregular.

seu pleno desenvolvimento, a fim que se tornem protagonistas da sua história em um ambiente familiar e comunitário. Assim, tornou-se:

dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, o direito à vida, à saúde à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, Art. 227).

Pautado na Doutrina da Proteção Integral e fruto da Constituição de 1988, o ECA traz a figura da criança e do adolescente como sujeitos plenos de direitos, reforçando sua condição peculiar de desenvolvimento e de prioridade absoluta, declarando ser dever da família, da sociedade e do Estado sua responsabilização.

Para Feltran (2008) aquelas crianças e adolescentes, ao invés de figurados como “desviantes” passariam a ser compreendidos, após o ECA, como sujeitos cujos direitos estão ameaçados ou violados, e, que portanto, devem ser restituídos. A ação estatal se deslocaria, em teoria, da repressão para a proteção especial.

Em síntese, depois da promulgação do ECA⁵⁸, algumas modificações mostram-se bastante significativas, sobretudo, no campo lexical⁵⁹. A terminologia “menor”, pejorativamente usada para criminalizar sujeitos pobres, foi substituída por “criança e adolescente”, assim como o termo “menor infrator”, que deixa de ser utilizado, cedendo lugar ao “adolescente em conflito com a lei” e depois, ao “adolescente autor de ato infracional”.

Aos que cometeram crimes ou contravenções, considerados pelo ECA, como atos infracionais⁶⁰, são considerados penalmente imputáveis, sendo a eles incumbidos o cumprimento de medidas socioeducativas que podem ir desde a advertência até a internação em estabelecimento institucional. Outra mudança significativa com o advento do ECA, foi a distinção dos espaços institucionais. Moreira (2011) mostra que,

houve uma espécie de bifurcação no que concerne o sistema de atendimento disponibilizado as crianças e adolescentes. Se antes da promulgação do Estatuto, não era incomum encontrarmos jovens abandonados e infratores

⁵⁸ De acordo com Souza (2014) o ECA enfrenta uma deslegitimação, principalmente no que se refere à aplicabilidade das disposições que tratam da prática infracional, haja vista que foi construído um lobby que caracteriza o Estatuto como responsável pelo aumento da criminalidade e da delinquência.

⁵⁹ Para Patrice Schuch (2009) mais do que mudanças no vocabulário, o ECA traz uma reconceitualização dos próprios sujeitos de atendimento e, conseqüentemente, das políticas que lhes foram dirigidas.

⁶⁰ De acordo com o ECA, são medidas socioeducativas para adolescentes (com idade entre 12 e 17 anos e 11 meses) que cometeram ato infracional: **1)** Advertência; **2)** Obrigação de reparar o dano **3)** Prestação de serviços à comunidade; **4)** Liberdade assistida; **5)** Semiliberdade e **6)** Internação.

dividindo o mesmo espaço institucional, com o advento do ECA, estabeleceu-se uma clara distinção entre as crianças e adolescentes que necessitam de medidas de proteção e aqueles jovens que, pelo fato de terem cometido atos infracionais, são submetidos às medidas socioeducativas (p.55).

Assim, os adolescentes designados a cumprir medida socioeducativa de privação de liberdade são direcionados a esses estabelecimentos institucionais, devendo não ultrapassar, de acordo com o ECA, o período de três anos.

Para uma melhor operacionalização do sistema socioeducativo em nosso país, em 2004, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos- SEDH, instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE, que acaba reafirmando a diretriz do ECA sobre a natureza pedagógica da medida socioeducativa.

Nessa perspectiva, o SINASE compreende a um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas (CONANDA, 2006).

No cenário local, isto é, na cidade de João Pessoa, com a promulgação do ECA na década de 1990, é abolido o órgão institucional FEBEMMA⁶¹ (Fundação de Bem-Estar do Menor Alice de Almeida), cedendo lugar a Fundação para o Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida- FUNDAC.

A FUNDAC hoje é responsável por executar a política de socioeducação no Estado da Paraíba, sendo responsável pela operacionalização e fiscalização de oito unidades de atendimento socioeducativo, incluído abrigo provisório, internação e semiliberdade, são elas: CEA- Centro Educativo do Adolescente; CEJ- Centro Educativo do Jovem; CSE- Centro Socioeducativo Edson Mota; Casa Educativa; Lar do Garoto; CEA Sousa; Semiliberdade e Abrigo Provisório. A Casa Educativa é a única unidade que abriga adolescentes mulheres em toda Paraíba.

Isso posto, pontua-se aqui, que podemos visualizar, através do ECA e do SINASE, as diversas mudanças propostas para o atendimento do adolescente que encontra-se fora da lei. Todavia, ao mesmo passo, percebemos na prática a extensão de uma “cultura da punição” em nosso país, sendo esta não só uma herança do antigo Código de Menores, mas uma forma indevida de associar a internação desses indivíduos à eficiência de uma política de combate ao

⁶¹Segundo Souza (2014), com sua criação em 1975, a FEBEMMA priorizava o atendimento as creches e outros programas com caráter de prevenção à marginalidade. A instituição também possuía uma política “curativa”, que se destinava aos menores marginalizados.

crime. Ademais, percebemos ainda o caráter mais punitivo e disciplinador e menos educativo e pedagógico encontrados nas práticas desenvolvidas nessas instituições, que “visam” a readaptação do comportamento desses indivíduos a partir de um mascarado ideal ressocializador.

Nas páginas que se seguem, apresento brevemente o Centro Socioeducativo Edson Mota- CSE, uma das unidades institucionais da FUNDAC e lócus de minha pesquisa etnográfica. Nele, durante os meses que estive a pesquisar, pude observar as características encontradas nas instituições que Foucault (1986) denomina como *disciplinares* e Goffman (2001) como *totais*. Características estas, que oscilam muitas vezes entre o educativo e entre o que podemos classificar como “processo civilizador” (ELIAS, 1994), isto é, um processo que busca provocar mudanças de comportamento nos indivíduos, através de práticas baseadas no exercício do poder, a partir da punição e repressão sobre os ditos “desviantes da conduta moral”, ou, simplesmente, nas palavras do sociólogo Zygmunt Bauman (2005) um depósito de dejetos humanos, de vidas que não possuem utilidade no sistema produtivo vigente.

2.2 “Casa nova, velhos hábitos”: entre o educativo, o civilizador e o depósito de refúgio humano

Quarta-feira, 16 de julho de 2014. Olha, saiba que esses meninos fantasiam muito. Quando vem gente aqui, eles dizem coisas que nós fazemos. Temos que ser duros às vezes para manter a ordem, entendeu? Mas não dê muito ouvidos, tem muito exagero no que eles dizem (Funcionário A, CSE, relato extraído do meu diário de campo).

Começo esta seção com um discurso proferido por um profissional no meu primeiro dia de pesquisa no CSE. Naquela manhã, estas poucas palavras foram o suficiente para me inquietar o resto do dia a pensar quais “coisas” seriam estas que precisavam ser feitas para estabelecer a ordem naquele lugar.

Em tais pensamentos, recordei a tão supracitada obra de Michel Foucault, *Vigiar e Punir* (1986), nos mais distintos trabalhos acadêmicos que envolvem o aprisionamento de indivíduos como tema. Recordei-me das repetidas e enfatizadas palavras desta obra como, por exemplo, a ordem, o poder hierárquico, a disciplina, a vigilância, a punição, a repressão, enfim, características essas, encontradas nas prisões. Devo salientar que não só neste momento, mas durante todo o campo, dialogava conscientemente com tal obra, evidenciando as semelhanças entre ela e o campo no qual estava inserida. Tal diálogo foi ultrapassando as

barreiras à medida que ia ao campo, e logo, começo a visualizar o CSE também como uma *instituição total* a partir dos conceitos elaborados por Goffman (2001), que busca, sobretudo, modificar o comportamento, reconstruir os sujeitos que estão privados de sua liberdade.

A primeira característica que me fez perceber o CSE como uma instituição segundo os conceitos desses autores, foi seu fechamento e sua vigilância, entrelaçados a um caráter total, que proíbe a saída dos que estão lá internos. Assim, os altos muros, o extenso e alto portão de ferro, as torres com guaritas e sua vigilância panóptica, as portas sempre fechadas e os agentes zelando a segurança do local corroboraram as características de instituições *completas* e *austeras*.

Foucault (1986) discorre sobre a trajetória do ato de punir e suas diferentes dimensões. No século XVII, tínhamos o suplício como forma de punição aos transgressores da lei e tidos como perigosos, onde o corpo era o principal alvo da repressão penal, expondo-se a dor e ao sofrimento publicamente. Com o passar dos anos, “desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal” (FOUCAULT, 1986, p. 14). Já na segunda metade do século XVIII surgem outras formas de punição estruturadas no poder de castigar. Agora, o castigo deveria ser consequência do crime, punindo o suficiente para impedir uma futura repetição transgressora, incutindo no transgressor, o sentimento de respeito pela propriedade, pela honra e pela vida.

Dessa maneira, dá-se origem às instituições de privação de liberdade, chamadas por Foucault de *instituições disciplinares ou austeras* que, sob o ideal da técnica de disciplina dos corpos para transformá-los em dóceis e úteis, passa a penalizar os indivíduos através da ordem do comportamento e do isolamento vigiado. Assim, nessas instituições (onde incluo o CSE) passa a haver princípios de funcionamento como, por exemplo, a duração da pena (ou medida socioeducativa, nos termos do ECA), que pode ser reduzida de acordo com o bom comportamento e com o trabalho, além de um esquema de proibições e obrigações com horários a serem cumpridos; ou seja, tais espaços são organizados e disciplinados, a fim de manter a ordem e a normalidade no funcionamento do cotidiano da instituição.

Para Foucault (1986), a prisão surge como uma máquina, cujo objetivo é modificar os indivíduos, reconstituindo o apenado como sujeito obediente, adestrado, civilizado. Abaixo segue a regulamentação dos horários através do encadeamento do espaço e do tempo dos educandos no conjunto das atividades do CSE:

Rotina Diária da Instituição

HORÁRIO	ATIVIDADES
05:30h	Despertar/Limpeza da Ala/Banho
07:00h	Café da manhã
08:00h	Atividades (escola, oficinas, banho de sol, “missão”, atividades esportivas, atendimentos médicos ou psico-sociais, audiências. Nas quartas-feiras e Domingos ocorre a visita dos familiares)
11:30h	Almoço
12:30h	Descanso nas alas
14:00h	Atividades (escola, oficinas, banho de sol, “missão”, atividades esportivas, atendimentos médicos ou psico-sociais, audiências. Aos sábados há cultos/missas na Instituição)
17:00h	Banho
18:00h	Jantar
19:00h	Convívio/Uso da televisão
23:00h	Dormir/Silêncio

Essa rotina⁶², mecanizada e detalhada, mostra-se, sobretudo, como um ponto de controle dos socioeducandos. Esta característica de articulação entre espaço e tempo também é encontrada no conceito das *instituições totais* apontadas por Goffman. Para o autor, nessas instituições, “todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo pré-determinado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais” (2001, p. 18).

Essa disciplina com os horários tem por objetivo induzir ao bom adestramento. Maquiada por uma política pedagógica e educativa, as práticas nestas instituições são movidas através de estratégias punitivas e disciplinadoras fixadas em obrigações e proibições, que Ribeiro de Oliveira (2014) chama de técnicas de adestramento, que são estimuladas, sobretudo, a partir da manipulação dos corpos em busca do controle social e da transformação comportamental.

A minha observação do cotidiano do CSE, me fez perceber que o controle e busca de mudanças de comportamento se estendia ainda para os familiares dos internos, principalmente, as companheiras, que eram persuadidas, nos dias de visita, a manterem uma “postura” dentro da **prisão** – “Menina, abaixa essa blusa. Você não pode entrar mostrando sua barriga, você sabe disso! Da próxima vez, volta pra casa”; “Você precisa usar preservativo, quer engravidar, pegar uma doença? “Você sabe que aqui existem regras que

⁶² Informações cedidas pelo diretor da Instituição.

precisam ser seguidas, então respeite-as!”(discursos das agentes sociais nos momentos que antecediam a revista íntima).

Elias (1994) mostra que este processo civilizador, ou seja, a busca pela mudança de comportamento, quando é imposta de maneira hierarquizada, não leva em consideração a cultura e o desejo dos indivíduos. Assim, compreendemos que essas imposições e regras institucionais almejam o adestramento dos indivíduos e tais condutas de comportamento devem ser consideradas pelos internos e por seus familiares, respeitando assim, o funcionamento intramuros.

Esse conceito de adestramento, ainda segundo Ribeiro de Oliveira (2014), está fundado no tripé da observação, do registro e do treinamento, ou seja, os indivíduos são observados no cotidiano institucional e suas práticas são registradas continuamente⁶³, e são definidas como “certas” ou “erradas” a partir da análise de um corpo de profissionais que detém o saber-poder (FOUCAULT, 1999) e buscam a regulação da ordem e comportamento social.

No Capítulo 1 deste trabalho, ressaltei a necessidade que o interno tem de manter um bom comportamento para ter acesso às atividades do CSE e principalmente, uma positiva avaliação dos profissionais, o que culminará na decisão do juiz de diminuir ou não sua sentença. Ressalta-se que tal garantia configura-se muito mais como uma obrigação de respeitar as regras do que uma premiação pela submissão às normas estabelecidas. Analiso aqui, esse adestramento para um bom comportamento em um âmbito específico do CSE, a escola, que nomearei, a partir de uma evidente imitação de Erving Goffman, como *Escola de Boas Maneiras*. Para o autor,

a autoridade nas instituições totais se dirige para um grande número de itens de conduta – roupas, comportamento, maneiras – que ocorrem constantemente e que constantemente devem ser julgados. O internado não pode fugir facilmente da pressão de julgamentos oficiais e da rede envolvente de coerção. Uma instituição total assemelha-se a uma escola de boas maneiras, mas pouco refinada (2001, p.45).

Visualizamos a partir desses itens de conduta e seus julgamentos – e encontrados no CSE – a desvalorização do binômio educativo-ressocializador almejado no Sistema Socioeducativo. Essa desvalorização se dá, sobretudo, quando os próprios interventores deste processo se dão conta da ineficácia da medida para a ressocialização e futura reinserção social

⁶³ Todos os adolescentes internos do CSE possuem um Plano de Atendimento Individual - PIA. Contemplado pelo SINASE, este documento tem por função reunir todos os relatórios e pareceres dos técnicos sobre o desenvolvimento, comportamento e participação desses adolescentes nas atividades da Instituição.

dos internos. Abaixo, alguns discursos dos profissionais da educação enquanto conversávamos entre os intervalos das aulas:

Colocam no 7º ano um menino que escreve “peçoa” (pessoa), que não sabe o que é uma “vírgula”. Você viu hoje ele perguntando como era uma “vírgula”, não viu? Como um menino desse vai sair daqui e mudar de vida? (**Funcionário B**, CSE, relato extraído do meu diário de campo).

Tá vendo isso aqui? (mostra-me umas folhas de papel) Somos obrigados a preencher isso toda aula, falando sobre o comportamento do interno, pois essa avaliação vai pro juiz. Eu tenho que avaliar a higiene pessoal, se ele chega limpo e de dentes escovados para assistir aula, tenho que avaliar a relação dele comigo e com os outros adolescentes da sala, se ele sabe ler e escrever bem, se presta atenção na aula... como se comporta. Temos que avaliar entre A, B ou C. Tu acha que sou doido e vou colocar um C? Se o adolescente olha isso, podemos correr risco de morte. Esse documento é só uma forma de colocar a vida dos professores em risco. Agora, me diz no que isso vai resultar? Em nada! Os meninos continuam sem saber de nada! (**Funcionário C**, CSE, relato extraído do meu diário de campo).

Por vários momentos em minha pesquisa, dediquei-me à observação das aulas na escola, que fica dentro da Instituição e possui todas as séries do ensino fundamental e médio. Com o esforço da equipe pedagógica em tornar o ambiente menos hostil, as paredes das salas foram recheadas de cartazes coloridos, que continham letras do alfabeto, números, versículos bíblicos e principalmente, frases de motivação aos estudos, dando um ar infantil e lúdico ao lugar.

A escola possui aproximadamente sete salas de aula, contendo no máximo uma capacidade para oito alunos. Sua dinâmica é atípica daquelas que estamos habituados a ver. Devido às rivalidades entre os grupos de facções, as turmas e horários das aulas precisam ser minuciosamente selecionados, para não correr o risco de adolescentes rivais se cruzarem nos corredores. Era comum ter apenas dois ou três adolescentes assistindo uma aula, que na teoria, deveria durar 1h30min, porém, às vezes não chegava a 45 minutos, devido aos atrasos, falta de material ou questões internas. Em todas as salas, há a presença de um agente social na porta, para assegurar “o bom andamento” da aula e a segurança dos demais profissionais.

Nessa perspectiva, vejo na escola do CSE, mais um mecanismo de adestramento para um bom comportamento, do que um lócus de produção de conhecimento. A esse respeito, Goffman mostra que a escola das boas maneiras incide sobre uma grande diversidade de itens de conduta. Importa ressaltar aqui, que não pretendo discorrer exaustivamente tais condutas, mas mostrar as variedades delas.

Assim, a primeira conduta incide na apresentação de si, isto é, as primeiras técnicas de disciplina e de adestramento dos *corpos moldáveis* (RIBEIRO, 2013) começam antes mesmo de o interno chegar até a escola. Elas começam dentro da Ala⁶⁴, a partir da higienização e cuidado com o seu corpo. Os educandos precisam chegar limpos para assistir aula, evitando o primeiro rabisco negativo em sua ficha de avaliação diária.

Outra conduta incide no posicionamento dos corpos quando eles estão a caminho da escola. Os internos são orientados a caminharem em filas e calados, e muitas vezes os vi de cabeça baixa e mãos para trás. Vemos aqui, a expressão dos mecanismos da disciplina como poder exercido sobre um corpo que se manipula, que se modela, se treina para fazer o que é pedido, que obedece e que responde. Segundo Foucault (1999), o corpo passa então a tornar-se objeto e alvo de poder.

Nessa escola de boas maneiras, também cabe a docilidade dos corpos, a partir valorização do tratamento com os outros, principalmente, com os profissionais. Assim, aos internos, não cabe chamar “você”, para dirigir-se a um profissional, mas “a senhora” ou “o senhor”. E quando não o fazem são chamados a atenção pelos agentes sociais.

Igualmente, temos como normas de condutas, as chamadas “regras de etiqueta”⁶⁵. Os adolescentes devem saber como sentar-se nas cadeiras, sendo proibido colocar os pés sobre elas, bem como chamar palavrões, e agredir fisicamente ou verbalmente um colega ou um professor.

A resistência em cumprir as regras de conduta (pontuo aqui, que estas não se limitam apenas à escola, mas em todos os âmbitos da instituição), resulta em punições corretivas (ou castigos, como chamam os internos do CSE) que vão desde a proibição na participação das atividades diárias, até a proibição de receber visitas dos familiares, inclusive, as visitas íntimas. Assim, esses indivíduos vivem sob aquilo que Ribeiro de Oliveira (2014) chama de “poder da caneta”. Tal poder é exercido pelos profissionais quando elaboram seus relatórios e pareceres que deverão ser anexados em seus processos, onde contêm informações sobre seu comportamento intramuros. Dessa maneira, os adolescentes são coagidos em todo o momento a manterem uma “boa postura” a fim de que seu relatório seja favorável e resulte na sua rápida saída do CSE.

Nessa perspectiva, vemos na vida fechada entre muros e formalmente administrada e disciplinada um ponto de encontro (apesar das distintas dinâmicas que abarcam esses dois

⁶⁴ Local onde os internos dormem e ficam a maior parte do dia.

⁶⁵ A escola é o lugar onde há o maior número de mulheres trabalhando. Durante a pesquisa, algumas professoras relataram-me que durante as aulas, alguns internos se masturbaram em sua presença, as deixando temerosas e constrangidas. Sobre isto, dialogaremos no Capítulo 3 deste trabalho.

espaços), entre os conceitos goffmaniano e foucaultiano de *instituição total e instituição disciplinar*.

Outra característica visualizada na minha incursão etnográfica e verificada nos conceitos dos autores que aludo nesta discussão é o trabalho, chamado no CSE, de “missão”.

Eu gosto de ir pra missão. Primeiro porque a gente sai da Ala e vê gente, depois porque a gente pratica o que aprendeu nas oficinas. Eu pinto as paredes das alas, conserto as que foram quebradas pelos boys. Também ajuda passar o tempo, né? (Assis, 17 anos)

Sabe aquela coisa de “mente vazia, oficina do cão”? Por isso que vou pra missão. Ajudo os agentes quando precisam, varro, lavo algumas salas. É bom que me ocupa e me ajuda a sair logo. (Estevão, 17 anos).

Os discursos citados acima foram obtidos em momentos de conversas informais enquanto alguns internos estavam na “missão”. Nela, os adolescentes varrem e lavam alguns espaços do CSE, ajudam os agentes na distribuição de remédios dentro das Alas, consertam as paredes que foram destruídas nos momentos de brigas entre os internos, rebocando-as e pintando-as novamente, capinam, entre outras atividades.

A “missão” é concedida apenas àqueles adolescentes que mantêm um bom comportamento, o que acaba conferindo um *status* de honra dentro da **prisão**, uma vez que ele é liberado a circular em diversos espaços sem a vigilância dos agentes sociais. Diferentemente do sistema penitenciário, os socioeducandos não recebem remuneração pelo trabalho, apenas, como já explicitado acima, a honra pela confiança cedida pela direção e demais profissionais e uma boa avaliação em seus relatórios, o que não deixa de ser mais um mecanismo de controle e adestramento dos corpos, para torná-los dóceis e úteis.

A esse respeito, Ribeiro de Oliveira (2014) mostra que o trabalho dentro das instituições de privação de liberdade nada mais é do que um instrumento manipulador e explorador, maquiado pelo ideal da ressocialização que advém do próprio valor moral do ato de trabalhar, isto é, de tornar-se útil, e principalmente, superar o estigma e a *imagem deteriorada* (GOFFMAN, 1982) construída a partir das práticas ilícitas.

Outra característica importante visualizada nessas instituições, e já comentada ao longo desta dissertação, é a desconstrução da individualidade, isto é, a *mortificação do eu*. A internação ocasiona a perda da intimidade dos internos (incluo aqui também, dos seus familiares), distanciando o que até então eles haviam construído sobre si mesmo.

A este respeito, dois momentos me chamaram mais atenção na minha incursão etnográfica no CSE. O primeiro deles corresponde aos dias de visita dos familiares, especificamente, o momento da revista dos alimentos e o da revista íntima.

Para revistar as sacolas trazidas pelos familiares dos internos, sempre havia uma equipe de aproximadamente quatro agentes sociais, onde um deles, em caso de dúvidas dos outros, decidia se tal alimento poderia entrar ou não.

Assim, pacotes de biscoito e salgadinhos eram abertos e colocados todos juntos numa outra sacola; bolos eram quebrados, partidos, revistados cuidadosamente; as vasilhas com comida eram violadas, mexidas, retirando-se até os ossos do frango ou da carne; rótulos eram retirados; lacres eram abertos; líquidos eram cheirados, sabonetes eram partidos. Muitas coisas trazidas pelos familiares eram descartadas por não ser permitida sua entrada na instituição. Aqueles alimentos e materiais, organizados cuidadosamente pelos familiares dos internos, iam perdendo a forma, sob a justificativa e receio dos agentes de encontrarem algo escondido neles, como por exemplo, drogas e celulares.

Do outro lado, estavam as mulheres e crianças, a aguardar a revista íntima. Os bebês eram revistados em cima de uma mesa de escritório, onde tiravam sua fralda, colocando outra no lugar, previamente revistada pela agente. Segundo algumas mulheres que estavam ali sendo revistadas, as agentes sociais não poupavam ninguém, nem crianças, nem idosas, que muitas vezes, com dificuldade, são obrigadas a tirarem suas roupas e abaixar-se três vezes diante delas, a fim de provar que não escondem nada dentro do seu corpo.

O outro momento que caracteriza a desconstrução da individualidade se estabeleceu quando estive presente em uma das Alas do CSE. Na ocasião, participei de uma reflexão religiosa, trazida por um funcionário. Embora estivesse a me esforçar em participar da reflexão, não conseguia tirar os olhos daquele ambiente.

Com capacidade⁶⁶ para nove internos em cada Ala, estavam ali, naquele dia, aproximadamente 25 adolescentes. Havia colchões no chão, alguns objetos guardados em sacolas plásticas, outros em caixas de artesanato feitas por eles. Roupas, sandálias, toalhas e matérias de higiene pessoal se misturavam em um chão sujo e empoeirado. O chuveiro fica do lado de fora da Ala, mas dentro dela, há um fosso para que os internos façam suas necessidades fisiológicas básicas sem precisarem sair. Não há porta, nem cortinas para garantir a privacidade dos adolescentes, assim, alguns improvisaram com toalhas. Quanto às

⁶⁶ O CSE foi construído para receber aproximadamente 80 internos. Até o final da minha pesquisa, em novembro de 2014, havia 193 adolescentes cumprindo medida socioeducativa, dispostos em nove alas e uma lavanderia adaptada.

relações sexuais, quando questionei, os adolescentes afirmaram que a maioria delas acontecem quando os demais estão dormindo. Também é comum colocarem um lençol formando uma barreira para que os outros não vejam os intercursos sexuais (ver capítulo3).

Esses momentos são alguns dos quais Goffman (2001) analisa como processo de desconstrução da intimidade, da individualidade do sujeito. Tais práticas corroboram o caráter controlador das *instituições totais*, aqui, as de privação de liberdade, onde tudo precisa estar sob a vigilância da instituição e sob o poder dos que realmente mandam, desprezando as subjetividades dos indivíduos.

Por fim, tal análise do cotidiano do CSE, que se mistura e se confunde através de um ideal educativo e civilizador, me fez perceber a religiosidade, como mais um dos vários mecanismos de controle dos corpos já mencionados ao longo desta seção.

As frases com teor religioso, os versículos bíblicos espalhados pela Instituição, a Bíblia, como o único livro permitido a entrar nas Alas, as reflexões espirituais feitas com os internos diariamente, as músicas cristãs ensinadas nas oficinas de violão, confirmam a significação religiosa que tem por objetivo de docilizar os corpos dos adolescentes internos.

A minha primeira oportunidade de entrar em uma Ala (e não ficar apenas do lado de fora da grade, como me posicionei durante meu contato com os internos da Rouparia), se deu a partir do acompanhamento de um profissional que estava a fazer reflexões religiosas com os internos. Para tanto, precisei da permissão da direção do Centro, que foi concedida, contudo, deveria entrar vestida num jaleco para proteger meu corpo⁶⁷. Antes de ter meu primeiro contato com eles, precisei esperar longos minutos do lado de fora, para que os internos se vestissem adequadamente, já que segundo o agente social que estava a garantir nossa segurança na Ala naquela manhã, “*uma mulher estava chegando*”.

Naquela manhã, foi inevitável minha sensação de desconforto nos primeiros minutos, especialmente, quando entro no corredor que dá acesso a todas as Alas e os internos rapidamente se posicionam nas grades para me observar e observar o que estava a fazer ali. Além do desconforto, tento disfarçar as minhas pernas e mãos, que involuntariamente não paravam de tremer. Depois que nossa entrada na Ala foi permitida pelos internos⁶⁸, sento-me em uma cadeira de plástico, rapidamente providenciada pelo agente social. O funcionário do CSE, chamado de “irmão” pelos internos, me apresenta como sua “amiga” e não como

⁶⁷ Naquele dia, tive que pegar o jaleco de uma das pedagogas do CSE. A direção me orientou a andar sempre se jaleco enquanto estivesse pesquisando, todavia, sob negociações, ficou acertado de que só usaria se entrasse de fato nas Alas, nos outros ambientes, poderia dispensar o uso do mesmo.

⁶⁸ Em todos os momentos de pretensão de estabelecimento de contato verbal com os internos e/ou seus familiares, sempre explicitava que eles estavam livres para aceitarem ou não para contribuir em minha pesquisa.

“pesquisadora”, indagando apenas aos internos se eu poderia estar presente naquele momento de reflexão e dentro do espaço deles. Naquela manhã, havia aproximadamente doze internos na Ala, que consentiram minha presença ali. Além de amiga do “irmão” me apresento depois como pesquisadora, dizendo-lhes o meu objetivo de estar entre eles nos próximos meses.

Depois disso, o irmão pega o violão e começa a entoar canções religiosas que falavam de amor, de bondade, de dificuldades da vida e da salvação dada por Deus. Nos intervalos das canções, dava conselhos aos internos sobre como viver da melhor forma entre os muros da prisão:

Se vocês sentirem medo à noite, tentem pensar numa luz azul ou Cristo sorrindo para vocês. Se vocês andarem na ordem, não precisam temer, nada vai acontecer porque Jesus vai guardá-los. Lembrem-se, tudo dentro da ordem! (Funcionário D, CSE, fala extraída do momento de reflexão espiritual na Ala 2).

Nota-se que a “ordem” aqui, está vinculada a possibilidade de evitar desavenças dentro do CSE, ou seja, se o adolescente andar na ordem, perpassadas também através das doutrinas religiosas, nada irá lhe acontecer.

Para Dias (2008) a religião acaba exigindo do preso que outra identidade seja assumida. Identidade esta, que em nada pode se aproximar daquela anteriormente possuída. Logo, cabe a estes um comportamento dócil, submisso, ou seja, nas palavras do “irmão”, um comportamento cheio de amor e caridade.

Isso nos faz recordar a argumentação que Foucault (2003) traz sobre o *poder pastoral*, que tem por objetivo primordial conduzir os indivíduos para a sua salvação, na medida em que se interioriza um certo modelo por meio de técnicas precisas. O poder pastoral seria assim, criador de subjetividades, de almas curadas, de identidades assujeitadas e disciplinadas. Essa preocupação pastoral com os sujeitos, “não existe apenas para obrigá-lo a agir de determinada maneira, mas também para conhecê-lo, desvendá-lo, fazer aparecer sua interioridade, visando estruturar a relação dele consigo mesmo e sua consciência” (COSTA, 2007, p.95).

Nessa perspectiva, observamos que desde o *Vigiar e Punir*, obra do filósofo Michel Foucault, e ponto de partida desta discussão, tornou-se claro que as instituições de tipo prisional se constituíram não apenas como espaço de privação de liberdade, mas também como espaços de reeducação do comportamento dos indivíduos, onde as técnicas de correção e disciplina e a figura do infrator aparecem sempre juntas.

Diante disso, introduzem-se as incertezas no tocante as relações e ideais ressocializadores, fragilizando assim, os pilares que sustentam o modelo socioeducativo. Termino este tópico, sem poder deixar de evidenciar a descrença na capacidade de reinserção dos sujeitos internos não só do CSE, mas em qualquer outro “Centro Socioeducativo” nacional. Tal descrença, também foi encontrada nos discursos dos interventores socioeducacionais, que acreditam que a internação tem servido para mostrar, sobretudo, que a privação de liberdade do indivíduo serve apenas para afastá-lo da sociedade e dos ditos “normais”. Abaixo, segue o discurso de um funcionário, obtido em uma conversa informal enquanto observávamos o dia de visitas dos familiares no CSE:

Esses meninos não deveriam ficar só trancados aqui. Se isso aqui é ressocialização mesmo, como falam por aí, deveriam colocar ele no meio da sociedade, para trabalhar, para estudar, para conviver com os outros mesmo, não ficar o tempo todo preso. Mas não, eles são o lixo da sociedade querem eles longe, mas quando saírem daqui, vão sair pior do que entraram. (Funcionário E, CSE, relato extraído do meu diário de campo)

Bauman (2005) retrata as “vidas desperdiçadas” desta parcela da população, que por não possuir utilidade econômica e política são consideradas os maiores refugos humanos da vida moderna. Para o autor, os infratores, cada vez mais, deixam de ser reconhecidos como cidadãos que precisam da atenção estatal, e são mostrados, como indivíduos censuráveis, imprestáveis e demasiadamente perigosos⁶⁹.

Na mesma perspectiva, Wacquant (2001), ao analisar as instituições de privação de liberdade em nosso país, as compara a “campos de concentração para pobres, que mais assemelham-se a empresas públicas de depósito industrial de dejetos sociais do que instituições que servem para alguma função penalógica (p.13). E já não mais convém “reciclar” este “lixo”, resta apenas esperar (ou apelar) pela sua “biodegradação”.

Coelho (2005) vai além, explicitando que tais instituições são o que podemos denominar de “oficinas do diabo”, em que resultam na elaboração de identidades e carreiras criminosas, isto é, a própria “identidade desviante” do infrator é aprimorada, como podemos perceber no discurso de um dos internos **presos** na Rouparia:

⁶⁹ Sobre isto, Lemgruber (1999), a partir de sua análise sociológica em uma prisão feminina no Rio de Janeiro, ressalta que a pena privativa de liberdade é uma falácia, que serve para aviltar e estigmatizar para sempre os que por ela passam.

Isso aqui é creche, o CEJ é a escola, mas o bom mesmo é a universidade, que é o presídio, é lá no Roger. Lá vou aprender de verdade. (Salvador, 17 anos).

Os últimos dois discursos proferidos por meus interlocutores, um funcionário e um interno do CSE, respectivamente, nos leva a necessidade de problematizarmos uma questão relevante e demasiadamente atual na voz da sociedade quando tratamos da temática do adolescente autor de práticas ilícitas.

De um lado, temos, a partir da voz de um interventor socioeducativo (cabe pontuar que, entre todos que tive contato em minha pesquisa, este foi o único com tal posicionamento), a preocupação com o futuro do adolescente privado de liberdade, explicitando a necessidade e a importância do convívio social durante o **aprimoramento** deste indivíduo para o êxito na ressocialização. Do outro, temos, sob a voz de um adolescente interno, tão convicta quanto perturbadora, o desejo de aprimora-se em sua carreira criminal.

A sociedade hoje divide diferentes opiniões quanto aos atos criminosos praticados por adolescentes. Para uns, tais “infratores” têm pleno discernimento dos seus atos infracionais, negando então, sua condição peculiar e de inimputabilidade, devendo, portanto, serem julgados como adultos. Para outros, esses adolescentes são vítimas e produtos de uma sociedade excludente, desigual, devendo o Estado e a sociedade zelar por sua proteção e defesa dos direitos universais.

Nessa perspectiva, a discussão da maioridade penal em nosso país volta com uma efervescência, sobretudo, pela divulgação nos meios de comunicação em massa sobre o preocupante e alarmante aumento da violência e de crimes cometidos por adolescentes⁷⁰, deixando a sociedade com medo e com a sensação de insegurança e impunidade. Estevão (2007) mostra que boa parte do clamor social em relação ao menor que comete atos infracionais surge da equivocada noção de que ele não responde por seus atos, por isso, boa parte da população apóia as práticas de justiça “feita com as próprias mãos”. Dessa maneira, os “justiceiros da modernidade”, isto é, grupos de extermínio passam a matar os “menores bandidos” em nome da defesa da sociedade sob a bandeira ideológica de que “*bandido bom é bandido morto*”.

⁷⁰ De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (Instituto Brasileiro de geografia e Estatística), a PNAD, em 2013, o Brasil contava com 21,1 milhões de adolescentes entre 12 e 18 anos de idade incompletos, totalizando aproximadamente 11% da população geral.

Silva; Oliveira (2006) mostram também que o crescimento da ansiedade pública e do pânico social sobre tal tema geralmente não é acompanhado da elevação real dos números de crimes, mas por uma questão de jogo político, onde representantes governamentais buscam apresentar respostas rápidas incisivas para conter a insatisfação pública e assim, ganharem o apoio político da população. Nas palavras de Estevão (2007), a ideia de reduzir a maioria penal é a saída mais fácil para legisladores e para os administradores públicos, já que a sociedade cobra, e o legislativo atua, popularmente, aprovando a medida desejada e silenciando as vozes que clamavam por mais segurança, como se tal problema estivesse de fato resolvido.

Portanto, faz-se necessário elucidar algumas reflexões sobre os reais dados que retratam a trajetória e o envolvimento de adolescentes na criminalidade, bem como o impacto da redução da maioria penal para centenas de adolescentes que se encontram em conflito com a lei e principalmente, os que estão privados de sua liberdade. A defesa da redução da maioria penal de 18 para 16 anos em nosso país está pautada, sobretudo, na crença de que haverá uma maior punição e repressão para aqueles que cometem práticas ilícitas, bem como na urgente necessidade de mudança na legislação, especialmente do ECA, que é considerado uma lei que mais estimula a prática de delitos que uma ação punitiva ao “infrator”.

Mas aprisionar adolescentes cada vez mais jovens é a solução para um ideal de sociedade tranquila e menos aterrorizada com a violência? Quem são esses adolescentes e que crimes tão graves eles cometem?

Concordo com Silva; Oliveira (2015) de que os atos infracionais praticados por adolescentes não está associado à pobreza ou à miséria em si, mas, sobretudo, à desigualdade e vulnerabilidade social que mais caracteriza grande parte da população do nosso país, bem como o difícil acesso às políticas sociais implementadas pela esfera estatal. Os últimos dados que mostram características sociais desses adolescentes foram trazidos a partir de uma pesquisa realizada por Rocha (2002) e relatam que 90% deles eram do sexo masculino, 76% tinham idade entre 16 e 18 anos; 63% não eram brancos, 51% não frequentavam a escola, 12,7% viviam em famílias que não possuíam renda mensal e 85,6% eram usuários de drogas.

Conforme um levantamento realizado pela SDH/SINASE, em 2013 havia aproximadamente 23,1 mil adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em regime fechado em nosso país, destes, 95% eram do sexo masculino e 60% tinham idade entre 16 e 18 anos de idade. Quanto aos atos infracionais cometidos por esses adolescentes, os dados deste mesmo levantamento mostram que os crimes contra o patrimônio (a saber: roubo,

furto e tráfico de drogas) somam os principais delitos cometidos por eles nos últimos anos, contradizendo assim, as afirmações e informações divulgadas alarmantemente nos meios de comunicação sensacionalistas, em relação ao exarcebado envolvimento de “menores” nos crimes graves ou contra a pessoa, como por exemplo, homicídio, latrocínio, lesão corporal e/ou estupro.

Silva; Oliveira (2015) na tentativa de explicitar os dados estatísticos que retratam as infrações cometidas por adolescentes entre 2011-2013⁷¹, mostram que em 2011 38,2% dos atos ilícitos cometidos por adolescente foram de roubo; 5,6% de furto e 26, 56% de tráfico de drogas. Em 2012, esses delitos somaram 70% do total cometidos por adolescentes, e, em 2013, aproximadamente 67%. Já os delitos considerados graves, como homicídios, latrocínios, estupros e lesão corporal, alcançaram em 2011, 11,7% do total de delitos. Em 2012, representam 13,5% das infrações e em 2013, 12,8%, sendo o homicídio, 8,81% do total das infrações cometidas, o latrocínio, 1,94%, o estupro, 1,15% e a lesão corporal, 1,15% do total de delitos. Ainda sobre as práticas ilícitas cometidas por adolescentes, a Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP⁷² mostra que menores entre 16 e 18 anos de idade são responsáveis por 0,9% dos crimes praticados no Brasil. Se considerarmos apenas homicídios ou tentativas de homicídio, este percentual cai para 0,5%; o que mais uma vez desmente o argumento alardeado dos defensores da redução da maioridade penal de que adolescentes são autores da grande maioria dos crimes praticados em nosso país.

De acordo com Art.122 do ECA a internação só pode ser aplicada ao adolescente quando o ato infracional foi “cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta” (BRASIL, 1990). Se tais condicionalidades fossem consideradas e cumpridas, teríamos em 2013, segundo os dados expostos anteriormente, aproximadamente, 3,2 mil adolescentes privados de liberdade em nosso país e não 23,1 mil conforme foi sinalizado no levantamento realizado pela SDH/SINASE. Tais dados nos levam a perceber a preferência do judiciário em aplicar a medida mais extrema ao adolescente que comete algum delito, caracterizado pela internação em regime fechado, e ainda entender que, a rigidez na aplicação desta medida não está vinculada com a gravidade

⁷¹ Para tais informações, acessar: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-medidas-socioeducativas/levantamentos-anuais>

⁷²Ver:<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMIDD6879A43EA3B4F1691D2CAFD1C9DDB19PTBRNN.htm>

dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes, mas a urgente necessidade de retirá-lo do convívio social e mostrar a sociedade que “a justiça está sendo feita”.

A partir da exposição de tais dados, podemos desconstruir o mito da impunidade desses indivíduos que tanto vem sendo construído no imaginário social nos últimos anos. Embora o ECA considere indivíduos menores de 18 anos inimputáveis, aqueles que praticam atos ilícitos são responsabilizados mediante um processo legal, sob formas de medidas socioeducativas. Cabe ressaltar que, apesar da medida mais extrema, que é a de privação de liberdade, estabelecer três anos para o tempo máximo de internação, o adolescente pode ainda ser colocado sob regime de semiliberdade ou de liberdade assistida (Brasil, 1990), prolongando mais seis anos seu tempo de cumprimento de medida socioeducativa, agora com a restrição de sua liberdade. Ademais, de acordo com algumas jurisprudências, adolescentes que cometem graves atos infracionais com vítimas diferentes, como por exemplo, lesão corporal, estupro e homicídio, o prazo de internação para cada ato infracional é contado separadamente, assim, o adolescente poderá ficar em regime fechado por até nove anos⁷³.

Estevão (2007) ao comparar o sistema penal adulto e juvenil, mostra que este tende a ser bem mais duro do que a justiça penal para os considerados adultos. Conforme o autor, o indivíduo menor de idade é mais severamente apenado que o maior de idade praticante do mesmo delito, principalmente, se considerarmos que a reclusão de três anos para uma pessoa de 16 anos dentro do sistema prisional terá muito mais impacto do que para uma pessoa de 30 anos, por exemplo.

Reduzir a maioridade penal nos remete a um leque de questões que vão além do fato de uma maior punição e repressão aos praticantes de crimes: o ingresso antecipado desses adolescentes no sistema penal brasileiro certamente irá expô-los a comportamentos reprodutores da violência, aumentando então, suas chances de reincidência, uma vez que as taxas nas penitenciárias brasileiras são de 70%; as prisões do nosso país são consideradas verdadeiras “escolas do crime”, e colocar os adolescentes “infratores” junto aos adultos, culminaria numa rápida integração desses menores nos grupos de facções criminosas que dividem a população carcerária.

Para Estevão (2007), muito mais que a “universidade do crime” os presídios do nosso sistema penitenciário são verdadeiras “pós-graduações no crime”, o que demonstra, por si só, não ser recomendável a redução da maioridade penal em nosso país. Assim, não adianta apenas endurecer as leis, aprisionar o adolescente mais cedo e/ou aumentar seu tempo de

⁷³ Destaca-se aqui, que segundo o ECA, o adolescente pode ficar interno em unidades socioeducacionais até os seus 21 anos de idade.

reclusão, se não há uma mudança estrutural do sistema prisional em sua totalidade e abrangência. Se não pensarmos nesta perspectiva de mudança, concordo com Estevão de que “num futuro breve estaremos novamente discutindo a redução da idade penal para os 12 anos, e mais adiante, 10 anos, ou quiçá chegará o dia em que alguns irão justificar a punição dos nascituros, especialmente se forem pobres e criminosas suas genitoras” (p.26).

Até aqui, dediquei-me a discutir questões referentes aos sujeitos de minha pesquisa e ao espaço no qual delimitei como campo de estudo, trazendo à luz, características que colocam em questão o ideal educativo proposto nesses espaços de ressocialização de indivíduos que se encontram fora da lei. A seguir, as discussões centram-se na terceira parte traçada como objetivo nesse processo de investigação antropológica. Assim, as análises que se seguem, são resultados das minhas observações e das falas dos meus interlocutores no que tange as experiências sexuais dentro do CSE.

CAPÍTULO 3

PESQUISANDO A SEXUALIDADE DOS “MOFIS”

3.1 Antropologia e Sexualidade: breves considerações teóricas

O olhar sobre sexualidade mostrou-se constante entre os pesquisadores pioneiros da antropologia e continua até os dias atuais. A esta disciplina, tem-se incumbida a tarefa de pesquisar empiricamente e interpretar teoricamente a diversidade e a complexidade que abarca esta melindrosa especificidade do indivíduo, respondendo assim, pelas descrições detalhadas de valores e práticas sexuais de determinados grupos em nossa sociedade (HEILBORN, 1999).

Para Carole Vance (1995), os antropólogos gozam da reputação de serem investigadores destemidos dos costumes e práticas sexuais, ou seja, enquanto o meio acadêmico ainda permanecia em silêncio quanto às questões da sexualidade, os estudos antropológicos avançavam e passavam a olhar tais questões como objeto de investigação.

O conceito de sexualidade só foi possível ser construído no momento em que, na idade moderna, o foco na individualidade se estruturou como constituinte da organização da sociedade capitalista, buscando saberes em torno da sexualidade e da identidade dos indivíduos. (FOUCAULT, 1984).

A separação entre sexualidade e procriação a partir do surgimento dos métodos contraceptivos – passando assim, a fecundidade a ser projeto pessoal –, o aparecimento de reflexões advindas da interseção entre a academia e os movimentos sociais formados pela sociedade civil e engendrados principalmente, pela pressão exercida dos movimentos feministas e gays, bem como o surgimento da AIDS na década de 1980, deram, segundo Heilborn (1999), um novo impulso às investigações sobre os sistemas de práticas e representações sociais ligados à sexualidade, abrindo assim, um novo campo de investigação para os antropólogos.

Neste momento, começa a se desenvolver entre as produções de cunho antropológico, um viés construtivista e menos essencialista sobre a sexualidade, que foi fortemente marcado entre os trabalhos produzidos entre 1920 e 1990 (LOYOLA, 1998) e que traziam principalmente, como objeto de estudo, a sexualidade reprodutiva, deixando pra segundo plano as relações sexuais sem intenção reprodutiva, bem como o erotismo. Sobre isto, Vance (1995) metaforicamente mostra que, nas primeiras “aventuras” antropológicas, a pesquisa da sexualidade reprodutiva parecia ser o “feijão com arroz do cardápio sexual”, enquanto outras formas de práticas sexuais, tanto heterossexuais como homossexuais, eram concebidas como “tira-gosto, legumes e sobremesas” (p. 19). A autora busca enfatizar a necessidade de se

delegar um olhar sobre a sexualidade através da teoria da construção social, deixando de lado o puro essencialismo.

De acordo com Heilborn; Brandão (1999), o debate teórico acerca dos estudos da sexualidade findou-se no enfrentamento dos vieses do *essencialismo* e *construtivismo social*. No paradigma essencialista há uma crença em um instinto sexual, que justifica os diferentes comportamentos humanos. Nessa corrente de pensamento, a sexualidade ora restringe-se ao campo da fisiologia humana, a serviço da reprodução da espécie, ora à manifestação de uma pulsão, de ordem psíquica, que busca extravasar através do prazer sexual. Para essas autoras citadas acima, “a sexualidade não pode ser restringir a dimensão reprodutiva, tampouco à psíquica, estando impregnados de convenções culturais acerca do que consistem a excitação e a satisfação erótica, construtos simbólicos que modelam as próprias sensações físicas” (p.3).

Já para o construtivismo social, que problematiza e pressupõe a inexistência desse instinto sexual – reprodução e prazer – a argumentação funda-se de que existem formas culturalmente específicas, que o olhar ocidental chamaria de sexualidade, “que envolvem contatos corporais entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, ligados ou não à atividade reprodutiva, que podem ter significados radicalmente distintos entre as culturas, ou mesmo entre grupos populacionais de uma determinada cultura” (Heilborn; Brandão, 1999, p.3).

Gagnon e Parker (1995) mostram através do modelo *script*⁷⁴ e da teoria construtivista da conduta sexual, os aspectos culturais, interpessoais e mentais da sexualidade, pressupondo que a sexualidade não está ligada a instintos, mas, sobretudo, a circunstâncias históricas e sociais. Assim, o desenvolvimento do conceito sobre as condutas ou comportamentos sexuais, é, em sua maioria, dependente da socialização e da aprendizagem de determinadas regras, de roteiros e cenários culturais.

Leal (2003) ao discutir o modelo *script* e a teoria *construtivista* elaborado por Gagnon e Parker, destaca que os padrões de comportamento sexual são adquiridos individualmente e expressados culturalmente, ou seja, a definição do que seja uma atividade sexual varia a cada sociedade, a cada cultura. Para a autora, “os *scripts* para conduta sexual que são adquiridos nesse processo de aculturação informam as pessoas sobre com quem elas devem ter relações sexuais, quando e aonde devem ter estas relações, como devem agir sexualmente e porque devem ter qualquer tipo de atividade sexual (p.20).

⁷⁴ Segundo estes autores, as teorias da sexualidade estão abarcadas em dois grandes grupos: o do instinto ou impulso sexual (*drive*) e do construtivismo sexual (*script*).

Esse modelo construtivista, que põe a sexualidade como uma construção social, histórica e cultural, mostra ainda que as práticas sexuais são estruturadas e organizadas por diferentes regras culturais e por alguns elementos, como por exemplo, o gênero, a faixa etária, contexto espacial, relações de poder e dominação, expectativas e sentimentos pessoais daqueles envolvidos neste exercício.

Lhomond (1999) também discute a sexualidade como construção, logo, variável, culturalmente e socialmente. Para a autora, a sexualidade,

enquadrada por um costume de leis, costumes, regras e normas variáveis no tempo e no espaço, é um fenômeno socialmente construído, mas muitas vezes considerado uma “evidência natural”. Ora, leis mudam, as normas se modificam e as pesquisas sobre o comportamento sexual que vêm se desenvolvendo desde meados do século XX são conta dessas transformações (p.77).

Dessa forma, a antropologia vai “redescobrir a sexualidade”, direcionando seu olhar para as mais distintas expressões e práticas sexuais e desenvolvendo estudos sobre temas que abarcam as questões feministas, da masculinidade, dos gays e lésbicas, de diferenças de gênero e de identidade. Aliás, Heilborn (1999), exclama que os estudos da sexualidade tiveram seu “boom” particularmente expressivo a partir dos estudos sobre gênero, cujo desenvolvimento está estreitamente ligado aos movimentos sociais, como o feminista e o de liberação sexual, como já supracitado.

Para o que pesquisadores da sexualidade, cabem perceber que não é apenas “estudar as mudanças na expressão do comportamento e atitudes sexuais, mas examinar as relações dessas mudanças com alterações de base mais profundas no modo como o gênero e a sexualidade se organizam e inter-relacionam no âmbito das relações sociais mais amplas” (VANCE, 1995, p.12).

Concordo com Loyola (1998), que a antropologia, devido sua tradição nesse domínio, na experiência adquirida no trato da diversidade social e cultural e o conhecimento desenvolvido no estudo dos sistemas cognitivos e simbólicos a partir das relações sociais, se mantém na vanguarda das disciplinas capazes de responder estas e outras questões que se colocam hoje em torno e a partir da sexualidade humana.

3.2 Quando a pesquisa é sobre sexualidade e os pesquisados são os adolescentes “mofis”: desafios etnográficos

Quarta-feira, 23 de julho de 2014. Dia de visita no CSE. Hoje foi meu segundo dia de campo. Dediquei-me a observar a visita dos familiares. Fico em minha observação silenciosa e nada discreta, já que os internos e os seus familiares não tiravam o olho de mim, da minha caderneta e do meu lápis. Minutos depois, chega uma assistente social, a quem havia relatado anteriormente o objetivo da minha pesquisa. Ela: *Oi, você está aqui! E aí? Já conseguiu alguma coisa?* / Eu: *Não, ainda é muito cedo, estou apenas a observar.* / Ela: *Vem comigo, vem conhecer os internos e as famílias*⁷⁵. / Eu: *Claro, vamos sim!* (seria uma oportunidade de conhecê-los, não podia perder a chance) / Ela: *Olha, esse menino aqui vai pra visita íntima. Já foi hoje?* (pergunta ao interno e a esposa) / Eles: *Não!* (sorriram envergonhados) / Eu: Não sabia o que dizer. Se pudesse, sairia correndo dali. Afinal, era meu segundo dia no campo. Ela: *Vocês vão pra visita íntima?* (pergunta em alto tom a outro interno e sua esposa) / Interno: *Sim, iremos!* (também sorriram envergonhados) / Ela: *Olha aí, Ingrydy, esses vão também! Ela tá pesquisando sobre as visitas íntimas, sexualidade, essas coisas aqui no CSE.* (diz para o interno e sua esposa) / Eu: Sorri sem graça, torcendo em meus pensamentos, para que não tivesse ali mais nenhum interno que desejasse “fazer sexo” naquela manhã (relato extraído do meu diário de campo).

Quarta-feira, 08 de outubro de 2014. Dia de visita no CSE. Mulheres, alguns homens e muitas crianças enchiam a quadra de esportes com sorrisos, abraços, diálogos, choro e também silêncio. Permaneço sentada a observar aquele momento, até ser interrompida por um agente social. Ele: *Quando vi você chegando, sabia que não era pra visitar ninguém.* / Eu: *Por quê?* / Ele: *Você não tem cara, não tem jeito de quem veio visitar um interno. O que você faz aqui?* / Eu: *Sou pesquisadora.* / Ele: *Tá vendo...* (risos) *E você pesquisa sobre o quê?* / Eu: *Pesquiso o exercício da sexualidade dos adolescentes no contexto de privação de liberdade* / Ele: *Ah, tá! Tem pesquisa pra tudo, né? Mas alguém lê isso?* / Eu: *Não me faça perguntas difíceis* (risos). Segundos depois... Ele: *Você vai querer saber como esses meninos fazem sexo?* / Eu: *Mais ou menos isso.* / Ele: Apenas balança a cabeça sem dizer mais nada. Volto a observar os internos e seus familiares (relato extraído do meu diário de campo).

A escolha desses dois relatos para dar início a esta seção não foi fortuita. Em primeiro lugar, os escolhi, pois eles nos trazem à memória a obra das autoras Alinne Bonetti e Soraya Fleischer (2007) em que são explicitados os “obstáculos” advindos da pesquisa etnográfica e descritos nos diários de campo, isto é, as surpresas, os contra-tempos, as angústias, os mal-entendidos, enfim, as dificuldades que, segundo as autoras, exigem daqueles que pesquisam uma boa “cintura” para que elas sejam dribladas. Em segundo lugar, pois ele elucida os percursos de minha caminhada entre os muros do CSE. Aqui, pontuo que as *saías justas e*

⁷⁵ Nos dias de visita, é comum as assistentes sociais irem ao encontro dos internos que atendem e de seus familiares para conversarem. No CSE há dez assistentes sociais que dividem o atendimento para 193 internos.

jogos de cintura advindos do fazer etnográfico, não se deram apenas pelo o fato de ser mulher e estar pesquisando sexualidade entre homens **presos**, mas também, pela necessidade em aprender a *observar o inobservável* (BOZON, 1995) e a ouvir as percepções acerca do tema que estava a pesquisar. Percepções estas, que enchiam os discursos (de alguns) dos meus interlocutores de pudor e moral quando falávamos de sexualidade e como ela era exercida dentro do CSE: – “*Tem tudo nessa vida, o mundo está perdido mesmo.*”; “*Menor não pode ter essa mente não, mas agora já nascem tudo assim, querendo fazer sexo.*”; “*Tome cuidado ao ficar falando de sexo com esses meninos, os ouvi dizendo coisas quando você passou.*”; “*Por lei, o adolescente não pode fazer sexo, mas aqui deixam.*”; “*Esses meninos estão com hormônios a mil, evite ficar só com eles.*” (Discursos de alguns agentes sociais nos momentos de diálogo sobre sexualidade)

À medida que explicitava que analisar os discursos e as práticas sexuais dos adolescentes internos consistia em um dos objetivos que me trazia ao CSE, deparei-me com distintas percepções sobre ela, que vinham sempre acompanhadas de um “alerta” para situações que poderiam me deixar vulnerável quando eu falasse sobre as práticas sexuais com os internos.

Eu era mulher, eles, homens, de “caráter desviante”. Logo, eu deveria tomar algumas “precauções” como, por exemplo, não me aproximar ou entrar nas Alas, usar jaleco quando estiver com os meninos e, principalmente, evitar ficar sozinha com eles⁷⁶. Determinações estas, que me exigiram *jogos de cintura* para convencer a direção a reconsiderá-las. Mesmo conseguindo ultrapassar tais obstáculos, os olhares e cochichos, principalmente dos agentes sociais, nos momentos de diálogos a sós com os internos, tornou-se corriqueiro e desconfortável.

Na visão dos agentes sociais, o fato de uma moça de “boa aparência”, que não trabalha no CSE, se propor a falar de sexualidade com adolescentes cujos hormônios estavam “*à flor da pele*”, poderia gerar situações desconfortáveis e até mesmo, perigosas, colocando sua integridade em jogo, por isso, cabia a eles, zelar por sua segurança. Para os demais profissionais, como por exemplo, assistentes sociais, psicólogos e pedagogos é uma pesquisa que requer coragem, mas é necessária, uma vez que contempla um eixo importante no tocante ao projeto socioeducativo. Para a direção, pesquisar sobre sexualidade é necessário, mas deveria ser feito com cautela, uma vez que, segundo ela, há muitos exageros nas falas dos internos. Para os adolescentes e seus familiares, uma maneira de poder falar e reivindicar seus

⁷⁶ Tais questões já foram explicitas no Capítulo 2 deste trabalho.

direitos, servindo a pesquisadora como porta-voz para conseguir alguns benefícios como, por exemplo, o direito a visita íntima e/ou a distribuição de preservativos para os internos nas Alas.

Em síntese, pude visualizar no contexto particular da minha pesquisa, através das falas sempre repetidas dos meus interlocutores, três elementos que caracterizavam a percepção daquilo que eles tinham sobre as práticas sexuais dentro do CSE. Tais percepções circulavam entre a necessidade biológica, a garantia do direito e a subversão dos valores e condutas morais humanos – *“A gente precisa relaxar às vezes, esfriar a cabeça, por isso acaba rolando dessas coisas aqui, se minha namorada pudesse me visitar, era diferente”*; *“Falar de sexualidade é importante, tem que ser trabalhada com esses meninos, muitos estão aí cheios de DSTs porque não há um trabalho preventivo. Eles têm direito a isso, a ter informação para se cuidarem”*; *“Tem de tudo nessa vida mesmo, o mundo tá perdido, isso é coisa do diabo.”* (Discursos de alguns dos meus interlocutores nos momentos de diálogo sobre sexualidade).

Resgatando a argumentação de Foucault (1985) sobre a história da sexualidade, vimos que foi em meados do século XVIII que surgiu uma *“vontade de saber”* sobre esta particularidade do indivíduo. Este período, segundo o autor, vai compreender a criação histórica da sexualidade na sociedade moderna, que foi permeada por discursos ligados as formas de saber-poder; isto é, foi permeada por um conjunto de verdades e normas produzidas por aqueles que detinham o poder.

Essa nova verdade sobre o sexo subvertia a hipótese repressiva, a sexualidade reprimida, e mais, o silêncio sobre o sexo, engendrados na moralidade burguesa. Cabe pontuar, que até meados do século XVII a sexualidade e tudo que se relacionava a ela, eram tratadas com toda liberdade de palavras e atos. Neste período, mostra Foucault, *“as práticas não procuravam segredo, as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas sem demasiado disfarce. Eram frouxos os códigos das grosserias, da obscenidade, da decência”* (1985, p.9).

Ariès (1978) ao historicizar a construção social da criança e da família, relata a liberdade com que se tratavam as crianças⁷⁷, da grosseria das brincadeiras e da indecência dos gestos cuja publicidade não chocava ninguém e que, ao contrário, pareciam perfeitamente naturais. Liberdade esta, encerrada com o desenvolvimento do capitalismo e advento da

⁷⁷ Freud (2002) foi o primeiro a considerar com naturalidade os atos e efeitos sexuais das crianças como ereção, masturbação e mesmo simulações sexuais. O autor acreditava que ao nascer, a criança já trazia consigo o que ele denominou de *“germes de movimentos sexuais”* que evoluem com o desenvolvimento da criança, e que, em alguns períodos são interrompidos pelo próprio desenvolvimento ou sofre alguma pressão do meio externo.

burguesia. Agora, a família nuclear burguesa fecha-se em sua intimidade, a sexualidade encerra-se no âmbito público, e passa a ser tratada apenas no âmbito particular, isto é, dentro de casa, onde se é imposto modelos, normas e verdades cheias de pudor, trazendo consigo, interditos e proibições (FOUCAULT, 1985).

Dessa maneira, partimos nesta discussão, a partir do conceito de sexualidade não como natural, universal, imutável, mas, sobretudo, como fruto de um construtivismo social (GAGNON; PARKER, 1995), ou seja, a sexualidade deve ser compreendida como algo definido e construído histórica e culturalmente, e não se funda em instintos, mas é aduzida e permeada por circunstâncias específicas que podem se diferenciar de sociedade para sociedade.

Minha etnografia no CSE partiu de minha *vontade de saber* sobre como a sexualidade é vista, discutida e exercida entre os muros de uma instituição de privação de liberdade para adolescentes que cometeram atos infracionais. Com esta *vontade de saber*, surgiram percalços e questionamentos sobre como chegar até este entendimento, me fazendo perceber então, que a sexualidade tornara-se apenas o fio condutor desta pesquisa e que, seu escopo, na realidade, findava-se nas percepções atribuídas a ela sob um contexto de privação de liberdade no qual os indivíduos presos eram adolescentes homens. Com isso, julgo necessário elucidar duas questões importantes que nortearam minha incursão no campo etnográfico.

Em primeiro lugar, destaco a necessidade em delimitar o conceito deste “exercício da sexualidade” que supracito neste trabalho. A respeito da minha pesquisa, a delimitação deste conceito tornou-se primordial, sobretudo, porque meus sujeitos eram, por vezes, considerados “duplamente desviantes”.

O primeiro desvio diz respeito às práticas na ilegalidade, fazendo com que esses indivíduos sejam considerados infratores e desviantes da lei. Já o segundo desvio, diz respeito à sua sexualidade, isto é, quando (alguns) desses indivíduos subvertem as regras da moralidade heterossexual, e envolvem-se em relações homoeróticas, mesmo não se identificando com qualquer categoria que o classifica e/ou envolva a homossexualidade, o que discutiremos mais adiante. Então, o que se estabeleceria como exercício da sexualidade dentro do CSE? Que ato deveria ser considerado sexual servindo então para análise?

Diante disso, fui percebendo ao longo do meu fazer etnográfico, a dificuldade em definir o que realmente se delimitaria para análise como exercício da sexualidade, como ato sexual, principalmente, devido o espaço social no qual estava inserida, isto é, uma instituição de privação de liberdade. A esse respeito, Leal (2003) mostra a dificuldade em se chegar a um

conceito comum subjacente a todos os atos sexuais, uma vez que diferentes partes do corpo humano ganham significados variados dependendo do contexto sócio-cultural e histórico, o mesmo ocorrendo com diferentes atividades em que os indivíduos se envolvem (p.15). A autora ainda afirma que no máximo, podemos chegar a um conjunto de definições construídas socialmente do que seja sexual.

Dessa maneira, além de considerar os fatores sociais, espaciais e culturais nos quais os sujeitos desta pesquisa estão inseridos, considero, o exercício da sexualidade dos adolescentes interno dos CSE a partir do conceito de comportamentos ditos sexuais, isto, é as práticas sexuais – *stricto sensu*, desenvolvidas na sociedade brasileira contemporânea, bem como o conjunto de ideias e percepções sobre estes comportamentos. Para isso, utilizo-me do conceito de práticas sexuais elaboradas por Leal (2003) a partir de um conjunto de comportamentos e atividades de cunho sexual, subsumindo, portanto, o coito genital, o coito anal e oral, relação de dois os mais homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, a masturbação e atividades que usualmente precedem ou são concomitantes ao coito, como certas carícias.

Posta essa definição, surge a segunda questão que norteou meu trabalho de campo e precisa ser discutida. Não menos importante que a anterior, ela diz respeito a uma ruptura, em um momento específico da pesquisa, da técnica metodológica utilizada no decorrer deste trabalho etnográfico.

Entende-se que pesquisar sexualidade de indivíduos, acaba por colocar em jogo a aplicação das técnicas de pesquisa de campo tradicionalmente utilizadas na Antropologia. Assim, observação participante, explicitada naturalmente, como a técnica primordial do trabalho etnográfico, passa a ser compreendida como problemática quando o pesquisador busca analisar as práticas sexuais dos indivíduos⁷⁸. Assim, sigo a sugestão de Bozon (1995) e passo a *observar o inobservável*, ou seja, observar os significados e expressões atribuídos nos gestos e falas dos meus interlocutores, já que observar a prática sexual em si, era uma tarefa difícil de ser realizada.

Para Bozon, a observação das práticas sexuais deve ser em sua maioria, indireta e mediata. Para chegar à intimidade dos indivíduos, o pesquisador não pode ser contentar em assumir apenas uma posição de *voyeur*, ele precisa utilizar de outros sentidos, mesmo à distância, devendo até mesmo escutar as conversas sobre as práticas sexuais.

⁷⁸ Isso não quer dizer que seja impossível um pesquisador observar diretamente as práticas sexuais dos indivíduos que pesquisa, a exemplo disso, têm-se os diversos trabalhos etnográficos realizados com grupos em locais específicos, como boates gays, clubes de *swing*, orgias, locais de “pegação”, cinemas pornográficos, entre outros.

Maria Elvira Benítez ao observar as práticas homoeróticas dentro de um *dark room* em uma boate gay, evoca sua estratégia de etnografar no escuro e em silêncio, captando apenas os gestos, atos performativos dos indivíduos, que não só dizem, mas fazem algo (BENÍTEZ, 2009, p.95). Ainda segundo essa autora, é comum na Antropologia e na prática etnográfica uma tendência a valorizar o que é dito, atribuindo poder as palavras. Tal tendência foi proposta por Malinowski (1978) em suas “aventuras” nas Ilhas Trobriand e segue até hoje no seio da disciplina. Para o antropólogo polonês, ao pesquisar outros sujeitos, a linguagem é a nossa principal ferramenta, sendo ela imprescindível para o conhecimento de qualquer cultura.

Nessa perspectiva, houve essa especificidade em meu trabalho de campo, onde me foi incumbida a tarefa de observar também aquilo que era *inobservável*. Com isso, a abordagem do exercício da sexualidade no CSE passou a depender da descrição e percepção que os atores sociais faziam dela, uma vez que não podia seguir as regras etnográficas tradicionais e observar/participar das práticas sexuais exercidas entre as paredes e grades da **prisão**. Dessa maneira, a fala, o discurso e a ideia construída dos meus interlocutores sobre as práticas sexuais, tornou-se primordial para o desenvolvimento desta parte específica da pesquisa e da escrita deste trabalho.

Ressaltei no início dessa seção, três elementos – necessidade biológica, garantia de direito e subversão de valores e condutas morais – que circulavam em todo momentos nas falas dos meus interlocutores. Na percepção dos adolescentes internos, sexo é tido como necessidade, como uma maneira de descarregar as tensões ocasionadas pela privação de liberdade e/ou satisfazer um desejo sexual com suas parceiras/esposas, e na ausência destas, com outros internos, o que não ocorre necessariamente, um envolvimento afetivo.

As práticas sexuais no CSE também são vistas como infratoras da moralidade, como “*coisas do diabo*”, sobretudo, aquelas realizadas entre os próprios internos, onde só servem para transmitir DSTs, AIDS e/ou Hepatite entre eles. Por fim, chegamos à questão da sexualidade como garantia de direito, o que nos requererá um pouco mais de atenção na discussão deste trabalho.

Vimos no Capítulo 2 que, após a promulgação do ECA, aqueles indivíduos figurados anteriormente como “desviantes” passaram a ser compreendidos como sujeitos cujos direitos estão ameaçados ou violados, e, que, portanto, devem ser restituídos e/ou resguardados. Assim, pensar o direito ao exercício da sexualidade desses adolescentes, independentemente de sua situação de **aprisionamento**, torna-se indispensável, principalmente, se pensarmos sob

a luz do ECA e do SINASE, que prevê, primordialmente, o fortalecimento dos vínculos familiares e afetivos dos adolescentes que encontram-se privados de liberdade. Dessa maneira, faz-se necessário discutir, mesmo que brevemente, sobre a garantia deste direito a esses indivíduos enquanto sujeitos sexuais, tendo em vista tais indivíduos como possuidores de direitos, inclusive o de exercer livremente sua sexualidade.

3.3 Afinal, é direito ou privilégio? O exercício da sexualidade de adolescentes internos

Meinerz (2004) argumenta que a vivência da sexualidade deve ser levada em conta como um marcador social de fase de vida dos indivíduos. A autora ainda mostra que “a relação entre juventude e sexualidade tem se apresentado como um frutífero foco de discussões acerca da variação de práticas e significados sexuais ao longo da vida dos sujeitos” (p.126).

Levar em consideração todas essas variações de significados nos faz perceber a complexidade que permeia o processo de construção e vivência da sexualidade na adolescência. A este respeito, Heilborn (2006) elabora o conceito de *trajetória* condensada em uma série de episódios e estados que caracterizam uma dada esfera da vida. A trajetória, ainda segundo esta autora, abriga os cenários e atores envolvidos em cada evento e relação que aludem à moldura social e que enquadra o exercício da sexualidade. Dessa maneira,

a adolescência caracteriza-se por diversas transições, sendo a passagem à sexualidade com parceiro a de maior repercussão. O aprendizado da sexualidade, não se restringe àquele da genitalidade, tampouco ao acontecimento da primeira relação sexual. Trata-se de um processo de experimentação pessoal e de impregnação pela cultura sexual do grupo, que se acelera na adolescência e na juventude. O aprendizado constitui-se na familiarização de representações, valores, papéis de gênero, rituais de interação e práticas, presentes na noção de cultura sexual (HEILBORN, 2006, p. 35).

O comportamento sexual entre os adolescentes vem sendo reelaborado como um problema social engendrado a partir de discussões nos mais diferentes âmbitos da sociedade. Para Oliveira (2013) há uma “disseminação de opiniões, de conceitos, de ideias a respeito das mudanças de comportamento, da “modernização dos costumes sexuais, da intensificação das práticas sexuais, da “precocidade” e da diversidade cada vez mais pretendida dessas práticas” (p.123).

Nessa perspectiva, a sexualidade na adolescência é visualizada como uma sexualidade de risco, de um sexo irresponsável que pode gerar uma gravidez indesejada ou comportamentos de risco frente às DSTs e à AIDS, e com isso a desestruturação da vida do adolescente. Conforme Oliveira (2013) essa percepção ocorre uma vez que a adolescência é construída a partir de uma visão de “fase transitória”, e que, portanto, os sujeitos que dela fazem parte, estão em processo de precipitação até que se ultrapasse essa idade e se alcance a maturidade, ou seja, a fase adulta.

Cabe ressaltar que, as formas de enfrentamento desse rito de passagem que corresponde entre a adolescência e a vida adulta, estão intrinsecamente relacionadas às condições sociais nas quais este indivíduo se insere. Então, como exercer a sexualidade, comum a esta fase da vida do indivíduo, em instituições de ordem disciplinar? Como adolescentes internos em instituições de privação de liberdade vivenciam sua sexualidade e constroem suas escolhas?

De fato, falar sobre a sexualidade e suas expressões na adolescência em um ambiente de repressão, de controle e de normatização dos corpos não é tão simples. Isto se torna mais complexo quando este direito é por vezes questionado e vetado nas mais distintas instituições que recebem adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade em nosso país.

A falta de elementos específicos no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA⁷⁹ que garantam o exercício da sexualidade desses adolescentes gera inúmeras discussões sobre o que de fato se constitui como direitos ou como regalia para esses indivíduos. Assim, o que vai garantir ou não o exercício da sexualidade nesses ambientes é a regulamentação de cada estabelecimento institucional, que descrevem os direitos e deveres imputados a tais indivíduos, inclusive, os relativos à sua sexualidade.

Carregadas de estigmas, visões punitivas e discursos de intolerância, a maioria das instituições brasileiras ainda negligenciam o direito ao exercício da sexualidade dos adolescentes que se encontram privados de liberdade. Questionamentos sobre de que forma, como e com quem exercer a sexualidade, bem como a legitimidade da medida enquanto geradora de novos comportamentos para o adolescente, permeiam no imaginário e nas discussões entre aqueles cuja função é garantir que os direitos desses indivíduos não sejam violados.

⁷⁹ Uma justificativa plausível para esta falta de elementos explícitos no ECA acerca da prática da sexualidade dentro dos centros de internação está relacionada, segundo Netto (2008), ao fato de que os principais documentos internacionais que reconhecem os direitos sexuais e reprodutivos dessa parcela da população como direito humano foram elaborado após 1990, ano da promulgação do Estatuto.

Andrea Cardarello e Claudia Fonseca (2009) ao pensarem os “direitos dos mais ou menos humanos”, entre eles, os dos adolescentes em privação de liberdade, mostram-nos os desafios e embates quanto aos programas de institucionalização de adolescentes em conflito com a lei no contexto pré e pós-ECA. É preciso reconhecer que estes adolescentes são sujeitos de direitos – inclusive no que tange ao exercício de sua sexualidade –, independentemente do contexto em que se encontram inseridos.

No âmbito internacional⁸⁰, os direitos sexuais e reprodutivos são reconhecidos e legitimados como direitos humanos, logo, seus titulares são todos os seres humanos, em sua abstração e generalidade. Nessa perspectiva, justifica-se o fato de que adolescentes privados de sua liberdade também são sujeitos de direitos sexuais, mesmo diante da sua situação de aprisionamento e das restrições impostas pela medida socioeducativa, ou seja, apesar de estes indivíduos estarem privados do seu direito de ir e vir, outros ainda lhes são garantidos, inclusive o de exercer sua sexualidade. Parafraseando Simioni (2003) se todo ser humano é titular de direitos sexuais, causa-nos estranheza a criação de empecilhos, de determinadas moralidades e, em especial, na (in)capacidade jurídica do adolescente para o exercício da sexualidade.

Se pensarmos à luz das perspectivas propostas pelo SINASE, documento este que orienta como as medidas socioeducativas devem ser implementadas, visualizaremos um avanço em relação ao ECA no que tange à atenção à sexualidade dos adolescentes em restrição de liberdade. De acordo com o SINASE – capítulo V e VI, respectivamente – é garantida ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação *a disponibilização de ações de atenção à saúde sexual e reprodutiva e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis* (Art. 60); além de *ser assegurado ao adolescente casado ou que viva, comprovadamente, em união estável o direito à visita íntima* (Art. 68).

Vimos que, legalmente, a visita íntima⁸¹ é um direito assegurado ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação. O CSE contava, até o fim de minha

⁸⁰ A partir das conferências internacionais do Cairo (1994) e de Pequim (1995), as mulheres e os adolescentes passaram a ser tratados como sujeitos de direitos humanos, portanto, portadores de direitos sexuais e reprodutivos também. Essa afirmativa é confirmada no documento revisado do Programa do Cairo realizado pela ONU em 1999, que avança nos direitos dos jovens ao garantir o direito dos adolescentes à privacidade, ao sigilo, ao consentimento informado, à educação sexual, à informação e assistência a saúde reprodutiva.

⁸¹ Na pesquisa *Sem prazer e sem afeto*, realizada pela ANDI, o CEA (antiga instituição que recebia internos sentenciados) foi citado com destaque para as boas iniciativas no campo da saúde sexual e prevenção às DSTs/AIDS. Segunda esta pesquisa, “o Centro Educacional do Adolescente- CEA, unidade da Fundac- PB, distribui preservativos e permite visitas íntimas desde 1999. Os jovens institucionalizados recebem os cuidados e assistência social, educacional e médica permanentes. Praticamente todos os adolescentes já fizeram testes de HIV e até hoje não houve nenhum infectado” (2002, p.13). Entretanto, em 2012, ano em que estive no CEA a fazer um trabalho interventivo sobre prevenção às DSTs e AIDS com os internos, esta prática revelada acima,

pesquisa em novembro de 2014, com 193 adolescentes internos, a maioria deles com idade entre 16 e 17 anos. Deste total, apenas 16 tinham direito⁸² a receber visitas íntimas.

Em síntese, os requisitos para que o adolescente receba visita íntima no CSE são: reconhecimento de casamento ou união estável de no mínimo 2 anos (a existência de filhos em comum contribui para permissão das visitas); autorização dos pais e do juiz, notificados em cartório se o adolescente e sua parceira forem menores de 18 anos e, por último e talvez, mais importante, segundo as regras da Instituição, o bom comportamento do interno, que é crucial para que este receba sua companheira.

Quando o adolescente se envolve em brigas ou desobedece as normas da Instituição, logo seu direito de receber visitas íntimas é cessado até a direção decidir quando o interno deve voltar a tê-las. Adolescentes que estão na provisória, não têm direito a receber tais visitas. Isso nos inquieta a pensar essa concessão à visita íntima (e tantos outros já mencionados ao longo deste trabalho), como um privilégio, uma regalia aos adolescentes que possuem bom comportamento, não como um direito garantido em lei.

Também convém pensarmos sobre a ambiguidade no tocante aos direitos dos adolescentes, ambiguidade esta, comum ao estado de liminaridade, típico dos ritos de passagem (ou impasse). Dos que estão privados de liberdade, só têm o direito de receber visitas íntimas, aquele que é casado ou possui união estável, todavia, o direito só é concedido mediante o bom comportamento, ou seja, mesmo o interno tendo direito de exercer sua sexualidade, só o fará, na medida em que permanecer segundo as regras da instituição.

Além da garantia da visita íntima aos adolescentes legalmente casados ou que possuem união estável, o SINASE prevê que as instituições de internação ofereçam, além de um trabalho educativo que promova a saúde sexual e reprodutiva dos internos, meios e contracepção para a prevenção às DSTs/AIDS. Dessa maneira, para além da relação sexual, a proposta do SINASE é para que os adolescentes privados de liberdade exerçam sua sexualidade de forma saudável e segura.

Logo, oferecer ao adolescente interno a possibilidade de vivenciar aquilo que faz parte de sua subjetividade deve ser considerado, uma vez que o exercício da sua sexualidade

estava longe da realidade que vivenciei. De acordo com o então diretor da Instituição, não havia um programa pedagógico no campo da sexualidade e prevenção às DSTs e AIDS na instituição, apenas palestras oferecidas eventualmente aos adolescentes e promovidas por iniciativas do próprio corpo funcional, como por exemplo, da equipe de enfermagem. Não havia também visitas íntimas, nem distribuição de preservativos desde 2004. A justificativa estava na falta de um espaço adequado para tais visitas dentro do CEA, além de que, não existia antes uma regulamentação legal para tal iniciativa.

⁸² Semanalmente, é feita uma tabela com a lista dos internos que têm direito à visita íntima. Quando um interno está “de castigo” este direito é cessado por um tempo indeterminado e consequentemente seu nome é retirado da lista.

possibilitará acima de tudo, a continuidade do convívio familiar, bem como a manutenção e o fortalecimento de vínculos afetivos. É preciso considerar, sobretudo, que tais indivíduos têm vida sexual ativa, concebida antes mesmo da internação, e sua sexualidade será exercida de todo modo, seja ela legalmente ou não, segundo os trâmites institucionais. Cabe pontuar ainda, que o fortalecimento de vínculos e vivências afetivas, são partes integrantes dos pilares basilares que sustentam tanto o ECA quanto o SINASE em sua política do atendimento socioeducativo.

Todavia, em termos práticos, a maioria das instituições⁸³ que recebem adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação em nosso país, ainda enfrentam desafios quanto à implementação de programas pedagógicos que abordem saúde, sexualidade e prevenção às DSTs/AIDS. As iniciativas de trabalho no campo destas temáticas muitas vezes,

resultam do esforço dos próprios profissionais das instituições. Poucas apresentam uma interação com a política pública de saúde, apenas ações pontuais. Há também em muitos casos em que as questões da sexualidade simplesmente não fazem parte do projeto educativo da instituição, numa omissão e negligência frente ao sexo, praticado muitas vezes, de forma clandestina (ANDI, 2002, p.6)

No CSE, até o fim desta pesquisa, não havia nenhum trabalho pedagógico contínuo e abrangente no campo da prevenção às DSTs e AIDS para os adolescentes internos, nem distribuição de preservativos para os internos que não recebem visitas íntimas⁸⁴. Quando há este tipo de atividades educativas e preventivas, a maioria delas são trazidas por ONGs⁸⁵ ou outros programas sociais, ou ainda, por iniciativas particulares, principalmente, da equipe de saúde da Instituição⁸⁶. Porém, cabe ressaltar que, devido à rotina do centro e o grande número de internos que estão nele, essas atividades não conseguem alcançar a todos, sendo destinados então, aos que possuem bom comportamento.

⁸³ Segundo o levantamento realizado em 2002 pelos Ministérios da Saúde e da Justiça em parceria com o FONACRIAD em 265 unidades de internação e de semiliberdade em todo país, verificou-se que “55% das instituições afirmaram ter projetos preventivos na área de DST e AIDS; 47% das unidades informaram realizar encaminhamentos para exames de HIV; 22% afirmaram distribuir preservativos e apenas 3,4% disseram dispor de espaços para encontros íntimos (ANDI, 2002).

⁸⁴ Os preservativos são oferecidos apenas às esposas que vão para visita íntima nos momentos de revista.

⁸⁵ Sobre a prevenção às DSTs e AIDS com adolescentes privados de liberdade, ver Pereira, 2013.

⁸⁶ Através dos diálogos com meus interlocutores, identifiquei uma profissional da saúde que, impressionada com o exarcebado número de adolescentes contaminados com DSTs (segundo ela, transmitida por um mesmo adolescente que mantinha relação com os demais), exclamava sua vontade em fazer um trabalho preventivo em todas as Alas. Todavia, até o momento da minha saída do campo, tal iniciativa não havia se concretizado.

Destarte, mais uma vez visualizamos aquilo que deveria ser direito se tornar um privilégio condicionado ao disciplinamento dos corpos, isto é, um bônus para aqueles que se comportam de acordo com as regras propostas pela Instituição Socioeducativa. Hassen (1995) argumenta que a prática sexual foi concedida nas instituições de privação de liberdade porque se acreditava que o sexo “acalmava” os ânimos dos presos, e somente aqueles de bom comportamento, poderiam usufruir da visita íntima.

Nessa perspectiva, esta breve discussão se fez necessária na medida em que, além de contemplar um debate que se encontra demasiado tímido quando tratamos da temática do adolescente autor de ato infracional, ela potencializa a necessidade de deixar claro que, sob o viés da proposta educativa, os centros ditos “ressocializadores” de adolescentes autores de atos infracionais devem, em primeiro lugar, primar pela garantia de que tais indivíduos terão seus direitos garantidos, inclusive o de obter informações sobre os cuidados, bem como o atendimento relativo à sua saúde e sua sexualidade, oferecendo um espaço de qualidade para a manutenção de todos os aspectos da vida do interno, priorizando o fortalecimento e a manutenção dos seus vínculos familiares e afetivos.

Seguindo na perspectiva em compreender como se dá exercício da sexualidade entre os muros do CSE, a próxima seção dedica-se a apresentação e a análise dos discursos e das percepções dos meus interlocutores no que envolve as práticas sexuais dentro da instituição. Deixo claro, de antemão, que tais discursos, quando não foram selecionados a partir da minha observação ou da gravação (em poucos momentos) de suas falas, foram anotados posteriormente aos nossos encontros, e selecionados, no momento da escrita, tendo-se em vista o que se tornara mais relevante para desenvolvimento deste trabalho.

3.4 A sexualidade em três vozes e três atos

Um dos objetivos deste trabalho consolidou-se em analisar como a sexualidade é apresentada e representada no âmbito do CSE, tendo em vista não só os adolescentes internos como protagonistas deste cenário, mas sua família, sobretudo, as companheiras, bem como os profissionais, cuja função é garantir o direito e a ressocialização desses indivíduos ao contexto social.

A seguir, apresento, através da voz dos diferentes sujeitos desta pesquisa, as percepções da sexualidade no CSE fincadas, em suma, a partir de três práticas sexuais, a saber: relações heterossexuais – por meio da visita íntima –, masturbações e relações

homoeróticas. Salienta-se que não estarei a discutir teorias gerais a respeito da sexualidade, bem como questões de gênero, mas apenas descrever situações concretas, discursos manifestos e sentimentos visualizados, a partir de um fazer etnográfico acompanhado de uma tentativa de interpretação de uma antropóloga que se aventurou a pesquisar as práticas sexuais de adolescentes **presos**.

3.4.1 Visitas íntimas - “30 minutos não dá pra fazer nada”

Quarta-feira, 20 de agosto de 2014. Dia de visita dos familiares, dia de ir ao campo também. Cheguei mais cedo no CSE para acompanhar as mulheres ainda na fila que se formara rapidamente. Como observar tem sido minha principal atividade, começo a colocá-la em prática. Sentada a alguns metros da fila de mulheres que tentavam se livrar do sol que já estava a esquentar a cabeça às 07h15min da manhã, começo a observar e identificar “as possíveis companheiras” que estavam ali e que provavelmente iriam para “amar seus companheiros” (grifos meus). Observo o modo que se vestiam, a *performance* dos seus corpos que ora mostravam certa “sensualidade”, ora mostravam uma “postura de moças bem comportadas” diante de uma **prisão**. Blusas justas, embora sem decote, calças apertadas, unhas pintadas, cabelos ainda molhados, maquiagem no rosto e lábios cheios de batom. Algumas se maquiavam enquanto aguardavam na fila, com a ajuda de outras mulheres visitantes, talvez a mãe, as irmãs, as cunhadas ou até mesmo sogras. À medida que iam se pintando, tiravam também pequenos frascos de hidratante ou perfumes da sacola que seguravam e passavam no corpo. Entre baixos risos e conversas, aquelas jovens mulheres permaneciam na fila até serem chamadas por um agente social para entrar no CSE e serem revistadas... Do outro lado da fila, na sombra e sozinha, encontro uma visitante grávida, a quem havia conhecido anteriormente. Bem... Naquela manhã, resolvi sair da minha observação silenciosa e parti pro diálogo (relato extraído do meu diário de campo).

Os dezesseis⁸⁷ adolescentes internos que podiam receber visita íntima no CSE estavam espalhados entre os demais adolescentes e nas diferentes Alas. Conversar com todos, informalmente, e sem a necessidade de um encontro planejado pela instituição, seria difícil, o contrário, julgo que seria pouco proveitoso, principalmente, devido à presença de agentes sociais, que como já mencionado no decorrer deste trabalho, censuram as falas e comportamentos dos internos.

Dessa maneira, para conhecer os discursos sobre a visita íntima dentro do CSE, optei por me aproximar das companheiras⁸⁸ desses adolescentes, o que se tornou eficaz na minha

⁸⁷ Informações cedidas pelo diretor do CSE.

⁸⁸ Como a maioria delas se identificavam nos nossos momentos de conversa.

pesquisa. Assim, a este primeiro ato que define o exercício da sexualidade entre os muros do CSE dou voz a elas: as companheiras dos internos.

Minha aproximação com algumas dessas mulheres começava antes de elas chegarem ao CSE. Nesses momentos, dediquei-me, primeiramente, apenas a conhecê-la e me tornar conhecidas por elas. À medida que nos encontrávamos, tanto no ônibus que nos levava até lá quanto nas filas, fora e dentro do CSE, íamos estreitando relações e intensificando conversas. Mantive diálogo com aproximadamente dez, das dezesseis mulheres liberadas para a visita íntima. Alguns desses diálogos duraram pouco tempo; outros duraram mais e se repetiram em outros dias em que estive no campo. Aqui, a fim de analisar como se dá a visita íntima no CSE, apresento brevemente a história de três companheiras⁸⁹, a quem denominarei de: Helena, “a grávida”; Guiomar, “a neófita” e Marcela, “a sonhadora”.

Helena, 16 anos de idade, grávida de nove meses. Nosso primeiro contato se deu no ônibus, quando a ajudei com as sacolas que levava pro CSE. Helena estava acompanhada de sua cunhada; juntas, elas iriam visitar seu esposo e pai de sua filha, que também tinha 16 anos de idade, e estava interno por assalto há cinco meses.

Aproveito que Helena está sozinha a aguardar sua vez de ser chamada para entrar no CSE e me aproximo estabelecendo uma conversa. Busco saber, primeiramente, sobre seu companheiro e se ela costuma vir com frequência visitá-lo:

Venho todas as quartas-feiras de ônibus, ou só ou com minha cunhada, irmã dele. No domingo venho com meu sogro de carro. Mas foi bem difícil conseguir visitá-lo. Quando ele estava na provisória não pude ir, só meus sogros. Quando ele foi preso, tinha acabado de descobrir que estava grávida. Minha mãe e minha sogra tiveram que gastar quase 50 reais com papeis no cartório pra eu poder visitar ele (Helena, 16 anos, companheira de um interno).

Mesmo prestes a dar à luz, Helena não dispensava às idas nos dias de visitas, já que tinha conseguido há pouco tempo a autorização pra visitá-lo. Foi um longo processo pra isso, já que eles precisavam casar ou declarar união estável⁹⁰.

Embora seu esposo estivesse interno, Helena mostrava-se feliz e ansiosa com a chegada da filha nos próximos dias. Segundo ela, o esposo, mesmo naquela situação, sempre foi bastante atencioso, tanto com ela quanto com a filha, chegando até mesmo a fazer peças de

⁸⁹ Utilizo as características que mais marcaram tais interlocutoras e/ou os momentos de nossas conversas.

⁹⁰ Namoradas não podem visitar os adolescentes internos.

artesanato para compor o enxoval do bebê. Helena fala da felicidade ao saber da notícia que o seu esposo poderá visitá-la na maternidade e conhecer sua filha fora dos muros do CSE⁹¹.

As nossas conversas, inicialmente, sempre estavam ligadas ao seu futuro como mãe, as expectativas para a chegada de sua filha e o seu relacionamento com o seu esposo antes da sua internação. Quando a questioneei sobre as idas à visita íntima, dias depois do nosso encontro na fila, Helena sorriu timidamente, negando a possibilidade de seus encontros íntimos dentro do CSE.

*Não (sorri envergonhada)! Não gosto da visita íntima. Também nunca fui, né? Sei lá... fazer isso aqui com todos olhando e sabendo o que a gente fazer, não... não gosto. Não quero e ele entende, não fica me pedindo. Mas eu disse pra ele que sempre venho visitá-lo, trago a menina pra ele vê sempre, mas se ele **descer** pro presídio um dia, eu não visito mais, nem a menina também. Ele precisa entrar na linha, agora ele tem uma filha (Helena, 16 anos, companheira de um interno).*

Apesar de Helena ressaltar o seu desejo de não ter encontros de intimidade e intercursos sexual com seu esposo sob a vigilância do CSE, ela assume sua posição de mulher “parceira” a medida que se compromete a visitá-lo todas as semanas, levando consigo a filha, sob a condição do interno “entrar na linha”, ou seja, largar as práticas ilícitas e cuidar de sua família.

Hassen (1995) quando discute sobre as visitas íntimas nas prisões masculinas, mostra que nessa situação de aprisionamento, “o poder” agora está nas mãos das mulheres, passando o homem a assumir um papel de passividade e dependência na relação, isto é, “o homem não tem a opção de buscar a mulher, ela é que detém o poder de procurá-lo” (p.16).

A autora mostra ainda que, com a prisão, o homem que tem sua companheira estável torna-se multiplamente dependente dela, uma vez que ela é seu contato mais afetivo em relação ao mundo exterior, dependendo dela para a obtenção de bens materiais e de necessidade básica, como roupas, comidas, materiais de higiene pessoal, entre outros, além das experiências heterossexuais.

Entretanto, na contramão da argumentação que Hassen (1995) traz sobre a total dependência do homem em relação à mulher como resultado do seu **aprisionamento**, pude observar entre os sujeitos e no contexto específico da minha pesquisa, que este “poder”, referido pela autora, ainda encontra-se nas mãos dos homens. Como isso, não estou a querer reforçar aqui a cultura disseminada do assujeitamento da mulher em relação ao homem,

⁹¹ É concedido o direito ao adolescente para visitar seu filho na maternidade. Todavia, segundo algumas das companheiras dos internos que já são mães, o adolescente além de ir acompanhado por um agente social, vai algemado, o que dificulta que ele pegue no seu filho (a) nos braços.

principalmente no que toca sua participação nas relações sexuais. Pelo contrário, embora alegassem que as idas às visitas íntimas serviam para manter o relacionamento estável e por que o companheiro insistia para tê-las, percebo em minhas observações que as companheiras dos internos gostavam também de encontrar-se intimamente com seus companheiros internos dentro do CSE.

Das esposas que consegui manter diálogos, apenas Helena não frequentava tais visitas, o que não quer dizer que em outro momento – posterior a minha permanência no CSE e ao nascimento de sua filha – ela não o fizesse, sobretudo, pelo grande período que o esposo ainda estaria a cumprir medida socioeducativa. Embora naquele momento, fosse uma opção de Helena não ter intimidade sexual dentro do CSE, isto poderia ser cessado, com a insistência do adolescente interno sob a alegação da continuidade do bom relacionamento entre eles⁹² ou pelo próprio desejo de Helena de ter relações sexuais com seu esposo.

Contudo, dentro do CSE, percebo através dos discursos das companheiras as representações dos estereótipos dos papéis de gênero engendrados nas falas e nos comportamentos de dever e submissão das mulheres, principalmente nas questões que envolviam práticas sexuais, reprodução e contracepção, como veremos nos discursos de Guiomar, “*a néofita*”.

Guiomar, 19 anos de idade, estava a visitar o esposo, de 17 anos, interno por tráfico no CSE há sete meses. Nosso primeiro contato se deu enquanto ela aguardava ser chamada para a revista íntima. Naquela manhã, tive sorte em o Centro estar cheio, fazendo com que a espera para as revistas estivesse mais demorada. Sentada ao seu lado, busco iniciar um diálogo elogiando a cor dos seus cabelos, o que foi suficiente para Guiomar sorrir orgulhosa, me informando a marca da tinta que usara e como mantinha a coloração.

Guiomar carregava uma sacola com um lençol e uma toalha dentro⁹³. Naquele momento não sabia o porquê, até uma agente social lhe oferecer preservativos e ela dizer que não havia necessidade. A agente retruca em voz alta, dando a possibilidade das outras mulheres que estavam na sala de ouvir: – “*Você está errada, aquilo (preservativo) não previne só bucho⁹⁴, mas doenças também... E quem vê cara, não vê coração*” (Discursos da agente social durante a fila de espera para a revista íntima).

⁹² Justificativa de algumas interlocutoras para ir à visita íntima.

⁹³ Tive oportunidade de conhecer os quartos aonde são realizados os encontros íntimos. No todo, há quatro quartos no CSE com aproximadamente 5m² para esta finalidade; todavia, apenas dois estavam a funcionar. Dentro deles, havia apenas uma cama tipo *box* de solteiro e um balde com água para que o casal possa se lavar. As paredes estavam com marcas de beijo feitas com batom. Não havia janelas, nem ventiladores nos quartos.

⁹⁴ “Bucho” é um termo pejorativo usado para se referir à gravidez.

Depois disso, arrisco-me de cara ao perguntar se ela iria para a visita íntima naquela manhã. Guiomar responde em voz baixa que sim, e que seria a sua “primeira vez” depois que o seu esposo foi interno; ou seja, Guiomar, naquela manhã, depois de sete meses, iniciaria, sob o efeito panóptico da Instituição, as relações sexuais com seu esposo.

Pergunto o porquê dela não ter aceitado o preservativo, se era por não gostarem de usar ou se ela estava tentando engravidar e ela me diz: – *Ele não gosta de usar, nunca usamos quando ele tava lá fora. A gente tá junto há um tempo. Eu estou tomando pílula, sabe? Não quero engravidar de novo. E também, é minha primeira vez, sei lá (risos)* (**Guiomar**, 19 anos, companheira de um interno).

Somos interrompidas por uma visitante e amiga de bairro de Guiomar, que estava lá para visitar o filho. Ela brinca com a esposa “neófito”, perguntando se ela já estava pronta “para namorar”. Guiomar já não parece mais à vontade com a conversa em torno de sua futura prática sexual, levanta-se sem se despedir e sai. Naquela manhã, não a vejo mais.

O uso do preservativo, embora disponibilizado pela instituição aos que têm direito a revista íntima, é negado pelas parceiras⁹⁵. Entre as justificativas mais ouvidas em nossos diálogos estava o fato de que o parceiro não gostava de usá-la, pois lhe tirava o prazer na hora da relação. Isso não significa mais uma postura submissa das companheiras dos internos, a negação do uso do preservativo, pode ser também escolha dela, embora não deixem isso explícito em seus discursos.

Em meu trabalho interventivo anterior (2012) sobre prevenção às DSTs e AIDS com os adolescentes internos no CEA, a partir de grupos focais, discutimos sobre o uso do preservativo e sua importância para a prevenção de doenças, bem como a gravidez indesejada. Para os adolescentes internos era comum associar o uso do preservativo à falta de prazer, bem como os aspectos físicos (aparência) com doenças: – *“Na hora a gente não quer saber se tem preservativo ou não, só tá ficando, quer logo o prazer.”*; *“Usar camisinha é igual a chupar bala com papel.”*; *“A gente não pega aquelas “magas” com cara de AIDS não, pega uma mais cheinha, mais bonita”* (Pereira, 2013).

Essas percepções são reproduzidas entre os internos e suas parceiras sexuais, principalmente, devido “a confiança” que o seu cônjuge não estará contaminado com doenças ditas “sexuais”. Todavia, no que tange as relações homoeróticas dentro CSE, o discurso se modifica, ao ponto dos internos mostrarem o desejo e a necessidade da distribuição de preservativos nas Alas, como veremos mais adiante.

⁹⁵ O preservativo é oferecido apenas às esposas nos momentos da revista íntima.

Conforme explicitado anteriormente, os dias de visitas para mim se tornaram demasiadamente importantes para mim, pois era o momento em que eu poderia me aproximar das companheiras dos internos.

Encontro Guiomar uma semana depois do nosso primeiro encontro na fila para entrar no CSE. Na dúvida de falar com ela ou não, decido me arriscar mais uma vez e inicio um diálogo. Para minha infelicidade, a primeira frase que sai da minha boca é: *É ai? Como foi a visita íntima?* Isso soou estranho, principalmente, quando estava a escrever meu diário de campo já fora dos muros do CSE. Não seria demais o que eu estava a querer saber? Por que ela iria querer falar? O que eu estava fazendo? De fato, me coloquei numa saia justa e talvez minha chance de fortalecer vínculos com aquela interlocutora acabara de minar.

Entretanto, embora Guiomar não estivesse a mostrar muito interesse em ter este tipo de conversa comigo, ela responde, dizendo que foi bom e que estaria voltando naquela manhã. Guiomar começa a falar do cuidado e atenção que seu esposo teve, já que era “sua primeira vez” dentro do CSE. Mesmo tendo gostado do encontro, que segundo ela, lhe proporcionou lembranças de quando estavam fora dos muros da **prisão**, ela fala do constrangimento que sentiu ao saber que os agentes estavam vigiando os seus passos e os do seu companheiro. Aqui, percebemos que apesar de tais constrangimentos, o “cuidado” e a “segurança” sentida neste momento foi o suficiente para que a experiência sexual se concretizasse.

Em seguida, Guiomar (não sei se para livrar-se de minha presença ou me ajudar na pesquisa) apresenta-me Marcela, “*a sonhadora*”, me informando que ela também era casada e que iria para as visitas íntimas sempre.

Mesmo com a apresentação feita por Guiomar, não levo adiante o assunto sobre as visitas íntimas com Marcela. Permaneço com as jovens alguns minutos e as deixo a sós esperando na fila para entrar no CSE.

Em minha ida ao campo dias depois, encontro Marcela, “*a sonhadora*”, no ônibus que estava a nos levar para o CSE. Enquanto Marcela ouvia *funk* em seu celular de modo que todos podiam ouvir também, refletia sentada ao seu lado, como iniciar uma conversa sem correr o risco de parecer “aquela que quer saber da sua intimidade”. Para minha surpresa, é a minha interlocutora que inicia o diálogo.

Ela: Oxe (diminui o volume da música em seu celular), *tu não é a menina que pesquisa lá no CSE? Tá indo pra lá também, é?* / Eu: *Sim, sou eu e estou indo pro CSE.* / Ela: *Tu pesquisa o que mesmo?* / Eu: *Sobre sexualidade, visitas íntimas, essas coisas.* Ela: *E tu quer falar comigo também? Eu vou para visita íntima.* / Eu: *Se você tiver um tempo, gostaria muito.* Depois

disso, uma mulher chama Marcela para sentar ao seu lado. Marcela nega e permanece ao meu lado. Eu: *É a sua mãe?* Ela: *Não, é minha sogra. Minha mãe desceu na parada do CEJ⁹⁶, ela foi visitar meu irmão e o meu cunhado que tá lá. Vou visitar meu companheiro, e depois, quando acabar a visita no CSE, irei encontrar com eles. A visita lá vai até as três horas da tarde, então dá tempo.* (relato extraído do meu diário de campo).

Marcela, 16 anos de idade, estava naquela manhã, a caminho do CSE para visitar o companheiro, de 15 anos de idade, interno por homicídio há cinco meses. Além do companheiro, Marcela ainda tem dois familiares, um irmão e um cunhado, internos em outra unidade socioeducativa, que segundo ela, foram **presos** junto com seu companheiro e pelo mesmo motivo.

Na realidade que vivenciam muitos dos meus interlocutores, é comum a existência de mais de um familiar em situação de aprisionamento. Muitos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação têm o pai ou a mãe, ou ainda outro parente privado de sua liberdade, gerando na família um círculo vicioso frente às práticas ilícitas e ao aprisionamento. Assim, a prática de crimes acaba acarretando em torno das famílias dos criminosos consequências que por vezes, as colocam na mesma situação.

Marcela em todo momento mostrava-se bastante interessada em minha pesquisa, questionando quando eu começaria a entrevistá-la, bem como me mostrando mulheres que estavam ali pra visitar seus companheiros e também poderiam contribuir com seus discursos a respeito das práticas sexuais dentro do CSE. Informo-lhe que não pretendia fazer entrevistas, apenas conversar sobre sua vida dentro e fora dos muros do Centro. Bastou isso, para Marcela iniciar a narração sobre sua vida enquanto caminhávamos em direção ao CSE:

*Quando ele foi preso, a gente morava junto há um ano e sete meses. A gente morava na casa da minha sogra e estava construindo a nossa casa ao lado da dela, só que tivemos que interromper a construção depois que ele foi preso. Nossas mães assinaram um documento de união estável pra eu poder visitar ele. Ele **pegou**⁹⁷ 3 anos. Acho que não vai sair antes disso porque foi sério. Olha, sonho com a saída dele, pra gente voltar a fazer nossa casa ou ir para São Paulo, ter nossos filhos lá, sabe? Nós dois temos família que já estão trabalhando lá, vivendo bem e ganhando dinheiro. Sempre aconselho ele a ter bom comportamento, não ficar ouvindo nem falando demais. Porque é isso que mantém ele vivo na **cadeia** (Marcela, 16 anos, companheira de um interno).*

⁹⁶ O CEJ fica a aproximadamente 1,5 km de distância do CSE. Nele, encontram-se os internos que têm 18 anos de idade ou mais e ainda cumprem medida socioeducativa.

⁹⁷ “Sentença do juiz”.

Marcela ainda não tem filhos, embora, segundo ela, seu companheiro sempre esteja a pedir para que eles tenham um, mesmo ainda estando no CSE. Em nosso diálogo, Marcela sempre se referia ao dia em que ele sairá da instituição como “*um sonho*”, onde então, eles poderão voltar a viver felizes e sonharem juntos com a construção da casa nova que precisou ser interrompida depois que ele foi interno. Marcela fala também da possibilidade deles irem morar longe, a fim de iniciar “uma nova vida” ao lado do companheiro, longe das práticas ilegais que o privaram da liberdade.

Entre alguns dos meus interlocutores, viver em outro Estado, especialmente, nos da Região Sudeste, significava uma “mudança de vida” na medida em que, além deles se afastarem dos “possíveis inimigos” e da possibilidade de voltar a cometer crimes, eles podem ainda ascender economicamente, já que para eles, entrarão muito facilmente no mercado de trabalho. Dessa maneira, a ida para São Paulo e o trabalho na construção civil, por exemplo, torna-se, no imaginário dos meus interlocutores, como um ideal de “vida tranquila e próspera”, ou seja, longe da criminalidade em que estão envolvidos e numa situação econômica estável.

Outra questão explicitada por Marcela, e que sempre ouvia entre os meus interlocutores, é a necessidade do interno evitar “falar, ouvir e ver demais”. Isso está condicionado a sua boa convivência, e principalmente, sobrevivência dentro do CSE. Segundo funcionários da instituição, alguns adolescentes já foram mortos⁹⁸ ou violentamente machucados porque eram considerados **x9**⁹⁹ por outros internos. Muitos adolescentes, devidos as rixas entre grupos facções, iniciadas dentro e/ou fora do CSE, temem a morte, principalmente, enquanto dormem. Por isso, tentam se proteger como podem, fazendo **espetos**¹⁰⁰ ou guardando giletes consigo. Tais instrumento acabam servindo tanto para defesa, quando para ataque¹⁰¹. Temendo a vida do seu companheiro, Marcela dizia sempre o aconselhar a manter um bom comportamento, para que além de manter-se vivo, ele pudesse

⁹⁸ A primeira morte no CSE ocorreu uma semana depois que o novo prédio foi entregue. Segundo funcionários, o adolescente morreu para que a nova **prisão** fosse batizada com seu sangue. Por ser o mais novo dos internos, com 12 anos, o adolescente, que tinha acabado de entrar na instituição, foi escolhido entre os demais. A segunda morte ocorreu meses depois, e foi porque um adolescente estava “entregando” os demais internos para a direção. Tais funcionários falaram-me na frieza deste crime, quando assassinaram o interno enquanto dormia e só avisaram para os agentes sociais ao amanhecer, dizendo que havia um **pacote** na Ala.

⁹⁹ Ser X9 é ser considerado o traidor do grupo. É entregar os colegas para a Direção. Segundo os internos, trair os demais é um motivo suficiente para perder a vida.

¹⁰⁰ São armas fabricadas pelos próprios internos. Em geral, os espetos são pedaços de ferros retirados das paredes das Alas que servem como armas para atacar ou se defender de uma possível agressão.

¹⁰¹ Durante minha pesquisa, pude presenciar dois adolescentes gravemente machucados porque entregaram os demais colegas. Um teve o rosto cortado com gilete e o outro tinha sido furado com os **espetos**.

ter uma boa avaliação para conseguir o mais brevemente possível sair do Centro Socioeducativo.

Quanto às visitas íntimas, Marcela mostra-se muito à vontade para conversar comigo, embora seu desconforto esteja na burocracia para, segundo ela, poder “fazer sexo”.

Trinta minutos não dá pra fazer nada. E quando chega o tempo, os agentes vão lá na porta e batem mesmo, tão nem aí. Batem dizendo pra gente sair porque têm outros que querem ir também. Olha, mulher, eu vou sempre pra visita íntima, não desde o começo, faz uns dois meses só que eu vou, mas é constrangedor, viu? É difícil, venho por amor a ele mesmo. O constrangimento começa na revista íntima, quando a gente sai dela e tem que ir lá no agente social e dizer que quer ir pra visita íntima. E banheiro que não tem lá no quarto? Só tem uma cama de solteiro. Quando a gente vai, ele leva lençol, toalha, sabonete, hidratante, essas coisas... a gente se lava com uma balde d'água que tem lá. (Marcela, 16 anos, companheira de um interno).

Além de cumprir toda uma série de exigências¹⁰² para poder entrar no CSE, as companheiras precisam nos dias de visita, além da revista íntima, que é comum a todos os visitantes, avisar a um agente social que deseja ter encontros íntimos com seu companheiro que está interno. Assim, o agente confirma os nomes do casal em uma lista cedida pela direção, para só então liberar a esposa para seguir adiante, identificando-lhe com uma numeração em um pedaço de papel avulso, no qual é levado consigo para a visita e devolvido no final dela.

Quando um dos dois quartos reservados para esta visita é liberado, um dos agentes sociais avisa para outro agente, afim de que ele direcione mais um casal que deseja ir. A duração máxima das visitas íntimas¹⁰³ é de 30 minutos; e sempre, a poucos metros dos quartos que ocorrem tais visitas, há agentes sociais observando os internos e suas esposas/companheiras.

Sentimentos como vergonha e constrangimento devido a dinâmica burocrática para a concessão dos encontros íntimos dentro do CSE, são identificados também através das falas das visitantes, que muitas vezes veem através da manutenção das práticas sexuais o fortalecimento dos seus relacionamentos amorosos.

¹⁰² Nem todos os alimentos e materiais de higiene pessoal e limpeza podem entrar no CSE. Logo, os familiares devem estar atentos ao que trazem para não correrem o risco de não poder entrar com suas sacolas. Roupas “descompostas” e uso do celular são extremamente proibidos no interior da Instituição.

¹⁰³ Visitas de parceiros homossexuais não são permitidas, embora tal demanda não tivesse ocorrido (até minha permanência no campo) e o casamento homoafetivo já seja reconhecido pelo Estado da Paraíba.

Sobre isso, Leal (2013), a partir do estudo das representações sociais de jovens brasileiros sobre relações afetivas e práticas sexuais, mostra que as mulheres, em sua maioria, sempre vinculam o ato sexual a um sentimento amoroso, ou seja, o intercuro sexual configura-se principalmente, como um sinal concreto de ligação e aproximação entre os parceiros.

Bourdieu (2002) enfoca que as práticas e as representações do sexo masculino e feminino não são simétricas, principalmente no que diz respeito à atividade sexual. Nos homens, ela é concebida como uma forma de dominação, de apropriação, de posse; e as mulheres são socialmente preparadas para viver a sexualidade como uma experiência íntima e fortemente carregada de afetividade. Dessa maneira, nas múltiplas vozes das companheiras do interno do CSE, era comum observar os discursos de um “amor romântico” que estava a superar obstáculos, inclusive, o surgidos a partir do aprisionamento do companheiro, ou seja, mesmo diante dos constrangimentos, da vigilância panóptica típicos de uma **prisão**, as mulheres buscavam cumprir seu papel de parceira sexual indo semanalmente nos dias de visita.

Em minhas observações nos momentos de visita dos familiares que ocorriam na quadra de esportes do CSE, pude perceber também que muitas dessas mulheres iam acompanhadas de seus filhos, a maioria deles, ainda bebês, não tendo mais que um ano de idade. Na ausência de outro familiar, que pudesse ficar com a criança enquanto o casal ia para visita íntima, era comum as mães entregarem seus filhos para outras esposas/companheiras que estavam no local da visita para que ficassem com eles até sua volta. Isso culminava numa “troca de gentilezas”, já que a mãe que acabara de vir da visita íntima, ficaria também com o filho daquela que cuidou do seu filho enquanto ela estava ausente.

Através destas experiências relatadas nos discursos das minhas interlocutoras, buscou-se analisar, como a sexualidade, mediada pela visita íntima acaba se estabelecendo também como um dispositivo de controle dos corpos.

Foucault (1984) mostra que foi com o advento do capitalismo que se engendrou uma maior atenção e observação sobre as condutas sexuais dos indivíduos, suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. Weeks (1999) ressalta que Michel Foucault se destacou no estudo da sexualidade, sobretudo, porque traz o dispositivo da sexualidade intrinsecamente relacionado à sua análise sobre o desenvolvimento daquilo que ele vê como a “sociedade disciplinar”, que é característica das formas modernas de regulação social, isto é, sociedades de vigilância e controle dos corpos.

Dessa maneira, o Estado passa a se preocupar com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem com o objetivo primário de controlar suas práticas. Assim, “o imperativo de conduzir condutas para um governo que alcance a tudo e a todos, tornou-se fundamental para o acesso a subjetividade, ou melhor, para a construção de uma subjetividade maleável, manipulável, que terá por cristal organizador, o sexo dos indivíduos” (BASSANI, 2013, p. 56).

3.4.1 Masturbação- “Quando eles veem mulher, ficam doido”

O sexo não se julga, apenas administra-se.
(Foucault, 1984, p. 32)

Enquanto o primeiro ato que dá significados ao exercício da sexualidade entre os muros do CSE foi proferido pelas companheiras dos internos através das visitas íntimas, o segundo ato, por sua vez, está na voz de outros interlocutores: os funcionários que lidam diariamente com os adolescentes; são eles os professores, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, agentes sociais, entre outros.

Meu primeiro contato com os discursos sobre a prática sexual da “masturbação” dentro do CSE se deu no primeiro dia de campo. Ao falar do objetivo que me trazia à Instituição, fui avisada por uma funcionária, de situações que poderiam ocorrer ao tocar em assuntos tão íntimos com os internos. A funcionária ainda relata que há um tempo, houve um caso em que um interno precisou ser retirado de uma sala em que estava sendo entrevistado, pois, segundo ela, “*estava com pênis ereto*” diante da pesquisadora. Para a funcionária, tal comportamento é inaceitável, devendo ser repreendido pela instituição, uma vez que coloca em risco a integridade das pessoas que lidam com essas situações.

Casos como estes também foram narrados no âmbito da escola pelos professores, que quase que corriqueiramente, lidavam com os “*impulsos da sexualidade voluptuosa*” dos adolescentes **presos**.

Já passamos por tanta situação aqui com esses meninos se masturbando durante a aula. A verdade é que estamos mal preparadas para lidar com a sexualidade desses meninos. Não há formação para nós, nem ensinamentos para eles saberem lidar com esses desejos e impulsos deles. Eu até entendo... Imagina só, eles ficam aí trancado o tempo todo, quando eles veem mulher, ficam tudo doido. Mas eu não vacilo, uso meu jaleco, pois não quero correr riscos (Funcionário F, CSE, discurso extraído do meu diário de campo).

Segundo os professores, é bastante comum situações em que eles presenciam internos “acariciando o pênis” durante as aulas. O leve tecido usado em seus uniformes, argumentam os professores, acaba facilitando para que os adolescentes se “toquem” sem a necessidade de tirarem a roupa de baixo. Para tais situações, os profissionais acabam por fazer “vista grossa”, já que denunciar o interno para a direção, não vai trazer muito resultado; assim, o que se precisa fazer, é ensiná-los administrar os seus “impulsos sexuais”. Às professoras, cabem apenas esconder seus corpos através de um jaleco, garantindo, segundo elas, a sua integridade.

Dessa maneira, nota-se que a abstinência sexual desses indivíduos no contexto em que se encontram, engendra quase sempre, a larga prática da masturbação, saindo esta da “intimidade” do território das Alas, e sobressaindo nos mais distintos âmbitos da instituição. Para uns, tais comportamentos precisam ser banidos através da repressão, para outros, administrados através da educação.

Embora não tenha visualizado tais situações durante minha pesquisa, deparei-me com uma situação que me fez repensar tal prática e minha incursão dentro do CSE. Ao ouvir de um agente social, em um dos momentos que estive a observar as aulas na escola, que um dos internos exclamou para ele que estaria naquele dia, “*batendo uma para mim*”¹⁰⁴, percebi que precisaria lidar com uma questão que acabei deixando à margem no meu percurso etnográfico: a maneira como o meu corpo estava a ser representado entre os meus interlocutores, principalmente, entre os internos. Precisei ter a sensibilidade de perceber se nossa interação era mediada pelo desejo, isto é, pela possibilidade de tornar-me, para os internos uma possível parceira sexual, embora isso nunca tenha sido explicitado em suas falas.

Quando os internos da Rouparia procuravam saber de alguma informação sobre minha vida pessoal, como por exemplo, se já era casada, pois viram a aliança em meu dedo, usavam a expressão “*zero malícia*” antes de fazerem as perguntas. Isso era para demonstrar, segundo eles, que não estavam com “segundas intenções” e que tais perguntas eram apenas curiosidades. Todavia, tal posição de “respeito” poderia ser cessada quando eu saísse da presença deles, sendo então alvo de comentários e/ou desejos eróticos.

Embora os problemas de gênero, isto é, o fato de ser mulher e estar pesquisando em um espaço composto principalmente por homens, tenha implicado diferentes embates em minha pesquisa, considero que o fato de ser mulher contribuiu na perspectiva de que gerou o interesse e a curiosidade dos internos em falar de questões relativas à sua sexualidade,

¹⁰⁴ Termo pejorativo que significa “se masturbar”.

sobretudo, pelo fato da pesquisadora tornar-se, pelo menos no seu imaginário, uma parceira potencial. Dessa maneira, utilizo-me dessa condição, não como um problema, mas uma estratégia para apreender melhor os significados das práticas sexuais dos adolescentes internos dentro no contexto de privação de liberdade, isto é, em um momento específico de sua trajetória afetivo-sexual.

3.4.3 Relações Homoeróticas - *“Bicha aqui na cadeia é ouro”*

Chegamos ao terceiro e último ato que representa, em suma, a sexualidade dentro do CSE; ato este, cujos discursos estão, principalmente, na voz dos adolescentes internos.

A escolha de uma Ala, especificamente, a Rouparia, para manter contato direto e contínuo com os internos se deu por alguns motivos. Em primeiro lugar, foi necessária tal escolha para que eu pudesse estreitar relações com um determinado grupo de adolescentes, logo, delimitar um grupo específico mostrava-se demasiadamente rentável, uma vez que não podia interagir com todos os 193 adolescentes internos ali.

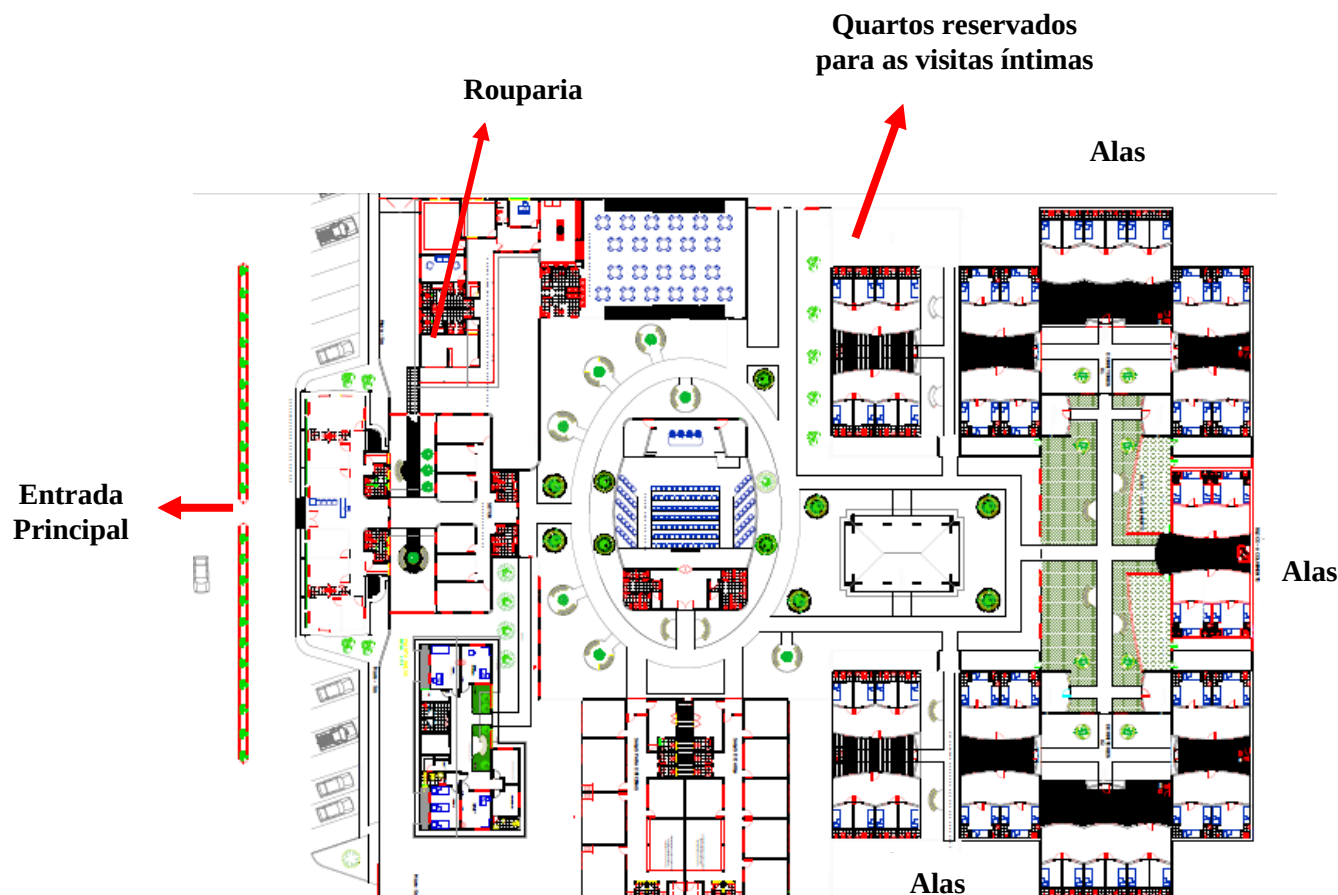
O segundo motivo foi por ser a Rouparia, uma Ala adaptada na Instituição, ela estava localizada em um espaço estratégico para o desenvolvimento da minha pesquisa, isto é, distante das demais Alas, o que dispensava a fiscalização contínua dos agentes sociais. A falta desta vigilância também se dava pelo fato de que os adolescentes que estavam lá, eram considerados pela Instituição como “os meninos bem comportados”. Dessa maneira, ali poderia, embora separada por uma grade, conversar com os internos livremente, sem a presença de agentes sociais a nos observar e inibir as nossas falas e comportamentos.

Em terceiro lugar, a escolha da Rouparia, me dava uma sensação de “certa segurança”, já que estava muito próximo à saída do CSE. Nas últimas semanas que estive no campo, tornou-se quase corriqueiro o início de rebeliões dentro da Instituição. Os adolescentes estavam a ferir os colegas dentro das Alas, a quebrar as paredes, a bater nas grades, e até mesmo, coagir agentes sociais¹⁰⁵.

Permanecer então, dentro do local onde ficavam todas as Alas, acabara por se tornar “perigoso”, colocando, para mim, minha integridade física muito mais em jogo do que em relação aos momentos em que estava a falar sobre sexo com os internos. Eu não poderia desconsiderar o fato de que estava numa instituição de privação de liberdade, e momentos de

¹⁰⁵Enquanto um grupo de adolescentes distraiu o agente responsável pela fiscalização da Ala, outro interno o pegou desprevenido, dando-lhe “uma gravata”, e o forçando a entregar as chaves dos cadeados que trancavam as grades. Segundo o agente responsável pelo plantão naquele dia, o colega que estava nas mãos dos internos não se machucou mais porque gritou, chamando a atenção dos demais agentes sociais que logo o socorreram.

conflitos são comuns, eles existem; assim, para a continuação do trabalho etnográfico, a etnógrafa precisava estar em segurança e viva.



Planta Baixa do CSE, João Pessoa, 2014.

Na Rouparia¹⁰⁶, no momento da minha pesquisa, havia nove adolescentes que foram selecionados pela direção por terem bom comportamento e/ou por estarem ameaçados de morte pelos demais internos. Entre os nove adolescentes da Rouparia, um fazia um curso universitário (aliás, era o único entre os internos do CSE) saindo todas as manhãs para a aula, e outro, estava em medida de semi-liberdade, assim, saía do Centro todos os dias pela manhã para trabalhar e estudar e só voltava à noite para dormir. Outros dois adolescentes que estavam lá, não mostraram interesse na conversa, ficando, longe dos meus olhos e deitados em seus colchões.

¹⁰⁶ Nesta Ala, não pude deixar de perceber algo que a diferenciava das outras. Nela, havia um computador com caixinhas de som para os adolescentes ouvirem música, além de livros, canetas e aparelhos de barbear. Materiais estes, proibidos nas demais Alas, por se tornarem possíveis “armas” nas mãos dos internos.

Embora o que me levava a sentar diante daquela Ala e conversar com os internos fosse questões relacionadas à sua sexualidade e a maneira como lidavam com ela estando numa situação de clausura, precisei antes conhecê-los, estabelecer laços de confiança. Por dias, ouvi suas histórias de vida; suas habilidades com o crime; suas tristezas com o **aprisionamento**; seus desafetos com os demais colegas e/ou profissionais; suas expectativas para o retorno ao mundo lá fora; ouvia também seus *funks* improvisados que retratavam a realidade em que estavam inseridos. Aqui, apresento brevemente os cinco sujeitos que deram voz a esta parte do meu trabalho de campo.

Salvador, 17 anos de idade, interno por homicídio. A vida de Salvador começa a mudar depois de um roubo de uma galinha. Segundo o adolescente, um rapaz da sua comunidade roubou a galinha que o pertencia, o que foi motivo para ele o jurar de morte. Dias depois, Salvador tenta roubar a arma do então “ladrão de galinhas”. Ao trocarem tiros, Salvador acaba matando seu “inimigo”, sendo pego rapidamente pela polícia e sentenciado, tempo depois, por latrocínio. Salvador diz ser integrante ativo da facção OKD e estava sendo treinado lá fora para “liderar seu território”.

Bentinho, 17 anos de idade. Segundo ele, já **desceu** dez vezes pro CEA/CSE. Desta vez, está **preso** por tráfico de drogas. Tentando fugir, Betinho levou um tiro da polícia, o que lhe rendeu a necessidade contínua do uso de uma sonda no aparelho digestivo. Sua primeira apreensão foi aos 12 anos. Bentinho tem uma filha de 2 anos de idade, que fica sob os cuidados da avó, já que a mãe da criança foi morta meses atrás devido ao tráfico de drogas. Bentinho também diz ser integrante da facção OKD.

Estevão, 17 anos de idade, interno por homicídio. Estevão mostrava-se o tempo todo arrependido pelo o que fez. Nas conversas sobre grupos de facção, dizia sempre ser do lado da **bandeira branca**. Estevão estava em uma boate (localizada na periferia de João Pessoa, essa boate é conhecida por ser muito freqüentada pelos *mofis* e seus grupos de facções) com a namorada, quando, segundo ele, um “inimigo” passa por eles e lhe dá um tapa no rosto. O adolescente disse que resolveria isso lá fora, pois homem que é homem não apanha na frente da mulher, e que o cara o desonrou. Dias depois, Estevão cruza com o rapaz que lhe bateu e o alveja, matando-o no local. No momento do crime, Estevão é surpreendido pela polícia que passava por perto e o autuou em flagrante. Ao tentar fugir, Estevão leva dois tiros da polícia, atingindo suas costas e sua perna esquerda. Devido à demora nas intervenções cirúrgicas, Estevão já começa a ver sua perna atrofiar devido à lesão causada pelo tiro e pela falta de fisioterapia.

Borba, o “Bin Laden” do CSE, 17 anos de idade, interno por assalto. Borba diz ser um integrante ativo da OKD. As práticas ilícitas de Borba começaram quando ele ainda tinha 10 anos de idade, e o seu pai e tio davam-lhe pedras de *crack* para ele vender na comunidade em que morava. Borba estava na rouparia porque foi espancado dias atrás pelos companheiros de outra Ala. Quando perguntei o porquê do seu espancamento, ele disse que era *tese*¹⁰⁷ dos outros internos. Em nosso primeiro encontro, Borba me pergunta se eu sei quem era *Bin Laden*, mostrando-me as suas costas tatuadas com o rosto do ex-líder da *Al-Qaeda*, exaltando sua admiração pelo terrorista.

Rubião, 17 anos de idade, interno por tentativa de homicídio. Rubião, por tomar psicotrópicos¹⁰⁸ e manter um bom comportamento, é o único adolescente do CSE que mantém livre acesso em todos os ambientes do CSE. Rubião já havia sido liberado da medida, mas segundo ele, por pedido da mãe, resolveu continuar interno até completar 18 anos, no primeiro mês de 2015. Rubião não falava muito de sua vida antes da internação, apenas mostrava seu desejo em tornar-se policial militar, bem como ir morar com seu pai em São Paulo. Rubião foi o primeiro adolescente que conversei sobre as práticas sexuais dos internos que não tinham direito à visita íntima. Na ocasião, estávamos a sós e longe da Rouparia.

Aqui têm uns meninos que namoram os outros. Eu não gosto disso, mas eu respeito porque a gente não sabe o dia de amanhã, né? Pode ter um filho homossexual e vai fazer o que? Não digo nada, mas não quero saber disso não. Tinha um menino lá na Ala que gosta dessas coisas, sabe? Quando ele chegou lá, passou a mão nas minhas partes íntimas, mas eu disse que não queria porque eu não gostava disso. Ele não mexeu mais comigo, mas tinha relação com os outros meninos lá do quarto (Rubião, 17 anos).

Dias depois, percebo através da fala de Rubião, que teria que lidar com mais um obstáculo no meu trabalho etnográfico: a mentira¹⁰⁹ nas falas dos meus interlocutores. Enquanto estava a conversar com os demais internos da Rouparia, todos acusaram Rubião de manter relações sexuais com outro interno, fazendo com que o adolescente não pudesse mais negar o que outrora havia negado para mim.

¹⁰⁷ Significa que é uma mentira, que não veracidade no que se fala, logo, não deve ser levada em consideração..

¹⁰⁸ Muitos adolescentes tomam psicotrópicos no CSE. Segundo uma profissional de saúde, os remédios ajudam a manter os adolescentes mais calmos e longe de confusões.

¹⁰⁹ Vários estudos sociológicos e antropológicos que tomam a mentira como categoria analítica vêm sendo realizados nos últimos anos, sobre tudo, a fim de entender os seus impactos na vida cotidiana. Para Simmel (1986) a mentira é parte estrutural de todo e qualquer processo comunicativo, uma vez que os interlocutores jamais saberão tudo o que se passa na cabeça uns dos outros. Ela é parte fundamental das relações sociais, ela é inerente aos processos comunicativos.

O que era verdade ou mentira nos discursos dos meus interlocutores? Deveria buscar apenas a verdade em suas falas? Como trabalhar com dados que poderiam ser falsos? Diante da possibilidade de omissões, dissimulações e inverdades nos discursos dos meus interlocutores, busco me ater a pensar que meu papel ali, não era o de decifrar a veracidade das informações colhidas, mas analisar as falas dos sujeitos, as percepções atribuídas às práticas sexuais entre os muros de uma **prisão**, e ainda, conforme aconselhou Zaluar (2009), buscar ser aceita como parceira de conversações pra reconstruir os sentidos da cultura local que estava inserida e pretendia estudar.

Além dessa possível identificação do que seja verdadeiro ou falso, o mais importante era entender as diferentes versões apresentadas por meus interlocutores como parte de representação mais ampla daqueles temas complexos. Certamente, nessa configuração, o lugar da antropóloga e suas distintas relações com os sujeitos nuançavam essas versões e interpretações dadas pelos sujeitos.

Embora as práticas sexuais entre os internos sejam bastante comuns, muitos adolescentes não se sentem à vontade de falar sobre elas, uma vez que sua identidade masculina pode ser colocada em questão, o que poderia acabar justificando a suposta mentira de Rubião. A concepção do que é “ser homem” e “ser gay” entre os sujeitos da minha pesquisa, está muito ligado ao papel desempenhado nas relações homoeróticas. Cabe pontuar, que optei neste trabalho, em usar o termo homoerotismo ao invés de homossexualidade, principalmente pela complexidade que este último termo abarca por ser produzido historicamente no interior de cada sociedade.

Portanto, resgato a argumentação de Costa (1992) de que o uso do termo homoerotismo permite em primeiro lugar uma clareza teórica que nos permite a descrição da pluralidade das práticas e desejos entre pessoas do mesmo sexo; em segundo lugar, o termo não permite a configuração de uma forma substantiva que indique identidade, como no caso da homossexualidade que dá origem ao termo homossexual¹¹⁰. Ainda segundo o autor, a utilização do termo homoerotismo nos afasta do estágio de doença, de desvio moral, de anormalidade, típicos do imaginário social quando nos reportamos à palavra homossexual.

O uso deste termo na realidade do meu campo empírico torna-se eficaz, sobretudo, porque embora os internos tenham relações sexuais com outros homens, eles não se identificam como homossexuais; não há, segundo eles, um relacionamento contínuo, imbuído de afetividade (pelo menos assim assumido). Manter relações com outros internos justificava-

¹¹⁰ Jeffrey Weeks (1977) é outro autor que se preocupou em historicizar as distinções entre comportamento homossexual e identidade homossexual.

se apenas como uma necessidade biológica, uma forma de descarregar as tensões da **prisão**, satisfazendo, segundo eles, o “desejo” sexual, já que a relação sexual com as **novinhas** não lhes era oferecida, tanto, que deixavam claro o seu papel ativo nas práticas sexuais, deixando a passividade, para as **bonecas**¹¹¹ do CSE, isto é, aqueles adolescentes que se identificam com comportamentos mais “femininos”.

A primeira reação dos adolescentes da Rouparia quando perguntei sobre como lidam com a sexualidade e como fazem pra manter relações sexuais já que não há privacidade nas Alas, é de negação e timidez. Afirmam que naquela Ala não havia, segundo eles, “*esse tipo de coisa*”. Até que Borba, sorrindo timidamente, começa a falar, já que eu havia dito que não poderia acreditar que eles estavam há tanto tempo sem ter relação sexual:

Todos comeram uma boneca que tava aqui esses dias. Só que a gente não “dá” pra ele, tá ligada? A gente deixava ele cantar no microfone¹¹² ou então comia o pão brote¹¹³. Ele é a moça daqui, e bicha na cadeia é ouro. Mas a gente não é gay, quer dizer, eu pelo menos não sou, né? Só “como” os boys que gostam de “dá”, entendeu? Também, todo mundo “come” eles. (Borba, 17 anos).

Depois da fala de Borba, todos começam a dar risadas, dizendo que o mesmo estava a falar por ele mesmo. Borba vira o olhar em direção aos adolescentes, aponta o dedo indicador para os demais adolescentes da Rouparia e me diz: “*Todos comeram a boneca que estava aqui*”. Os adolescentes voltam a dar risadas dizendo “*o que eu iria pensar deles*”. Sim, para eles, as suas identidades tão testificadas outrora como masculinas através das narrações sobre as práticas criminosas agora foram perdidas – ou ameaçadas, ao menos – com o fato de eu saber que eles mantêm relações sexuais com outros internos. Contudo, isso não impediu que a conversa continuasse, visto que os internos sempre realçavam seus papéis de dominação durante tais práticas sexuais.

Bozon (2004) quando fala do ponto de vista masculino sobre a reprodução e o ato sexual entre homens, mostra que na cultura de nosso país, “os homens que desempenham um papel ativo na relação entre dois homens não são tradicionalmente designados como homossexuais e preservam de maneira total a sua identidade masculina” (p.23). Ao tratar o binômio passivo/ativo nas relações sexuais entre os indivíduos, Peter Fry e Edward MacRae

¹¹¹ Termo designado para os adolescentes homossexuais do CSE. Ser boneca, significava que estava passível a ser a “mulherzinha” de todos os internos.

¹¹² Significa “fazer sexo oral”. Alguns adolescentes que conversei disseram que viam no sexo oral uma maneira fácil de “saciar seus desejos sexuais” não precisando assim, ter penetrações de fato.

¹¹³ Para os adolescentes, isso significa ter relações sexuais a partir da penetração anal.

(1985) mostram a existência de uma hierarquia nas convenções sociais no que tange a sexualidade masculina, ou seja, no ideário social do ato sexual, aquele que penetra é de certa forma “mais forte e mais macho” do que aquele que foi penetrado.

A superioridade social atribuída ao “ativo” sobre o “passivo” é também expressa nas palavras quando nos referimos às relações sexuais; assim, aquele que “come” detém o poder na relação, enquanto aquele que “dá”, cabe a submissão. Nessa perspectiva, para Bozon (2004), a metáfora da “alimentação” é frequentemente utilizada para representar a dependência e a dominação¹¹⁴ entre os sexos na cultura de nosso país; já nas palavras de Peter Fry e Edward MacRae, a concepção da sexualidade no Brasil “fala mais de “masculinidade” e “feminilidade”, de “atividade” e “passividade”, de “quem está por cima” e de “quem está por baixo” do que sobre a heterossexualidade e homossexualidade” (1985, p.49).

Nas relações sexuais entre homens nos espaços de privação de liberdade, cabe destacar que, aquele que detém o papel sexual de “passividade” é também estigmatizado, enquanto o “ativo”, consegue aumentar sua imagem “de macho viril” à medida que “come as bichas da cadeia”. Essa relação de poder se agudiza à medida que os presos veteranos veem os comportamentos ditos “femininos” nos novos presos. Nas palavras de um dos meus interlocutores, *“se é bicha, tem que dá o cu e ser a mulherzinha de todos nós mesmo”*.

É comum, com a chegada de um adolescente rotulado pelos demais a partir de seus comportamentos “ditos femininos” e “homossexuais”, sofrerem abusos dos outros internos. Uma vez visualizado pelos demais como “gay” ou até mesmo quando este confirma sua orientação sexual, esses indivíduos, segundo os internos, passam a ser “a mulher da casa”. Destarte, “as bichas da cadeia” são consideradas “ouro” entre os internos pelo valor de sua utilidade, pois, além do papel sexual de passividade nas relações homoeróticas, elas são direcionadas a fazerem os trabalhos para os internos, como por exemplo, lavar suas roupas e arrumar as Alas, em troca disso, os adolescentes que se denominam como “machos”, zelam por sua proteção e dão-lhes agrados, como caixinhas ou objetos feitos de artesanato.

Em prisões femininas, a realidade também não é diferente. Em sua análise sociológica da cadeia feminina Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, Julita Lemgruber (1983) mostra que as práticas sexuais entre mulheres “organizavam-se em torno da díade formada pela “guria” e pela “fanchona”, que representam, respectivamente, os papéis femininos e masculinos” (p.106). Assim, havia uma divisão do trabalho na cadeia tendo em vista os papéis atribuídos

¹¹⁴ Entre os meus interlocutores “comer” outros adolescentes, isto é, ser ativo nas relações homoeróticas, o designa também como possuidor de uma moral sexual e viril, resguardando sua identidade masculina.

ao casal, enquanto a “guria” cuida das roupas e da comida, cabe a “fanchona” zelar por sua segurança.

Nessa perspectiva, percebemos como as relações homoeróticas dentro das instituições de privação de liberdade acabam organizando a representação de papéis femininos e masculinos que se reafirmam nos moldes da relação heterossexual. Bourdieu (2002) enfoca a dimensão simbólica da dominação masculina demonstrando que ela está alicerçada no nosso inconsciente de tal maneira que não é percebida, sendo reproduzida por meio de práticas e estratégias que determinam a construção social dos corpos; assim, podemos afirmar que a construção social de gênero nos arranca do estágio da natureza para o estágio da cultura. E essa cultura, diferencia o que é trabalho de homem e trabalho de mulher, espaço de homem e espaço de mulher, função de homem e função de mulher.

A notícia da chegada de um adolescente travesti tinha virado notícia no CSE, principalmente entre os internos, que estavam ansiosos com a sua chegada. Segundo os internos da Rouparia, o adolescente ainda estava na provisória aguardando a sentença do juiz sobre a acusação de tráfico de drogas e em breve estaria chegando para cumprir medida socioeducativa de internação.

*Um agente aí nos disse que tá chegando uma **boneca** pra nós. Vou pedir pra deixarem ela aqui com a gente primeiro. Disseram que ela tem até cabelo e unha grande, até “peitinho” ela tem também. Ela tem que ficar aqui com a gente. A gente cuida bem dela. (Bentinho, 17 anos).*

Muitas notícias que chegam até os adolescentes são levadas pelos agentes sociais. Tais agentes configuram-se na realidade de privação desses adolescentes, um personagem importante, uma vez que eles lidam constantemente com os internos no dia-a-dia da Instituição. São eles que acompanham os adolescentes em suas atividades desde a entrada até a saída deles no CSE (os levando, se necessário, para casa quando o interno é liberado), são eles também que acompanham os internos em consultas médicas fora da instituição, bem como nas audiências; são eles que levam as queixas e reivindicações dos internos até à Direção. Em contrapartida, também são eles que mais reprimem os comportamentos dos internos em momentos de conflito. Dessa maneira, concorda-se com Ribeiro (2009) que tais profissionais muitas vezes oscilam entre o papel de vigia repressor e companheiro dos internos, o que traz relações paradoxais de convivência, sendo por vezes, tensas e repressivas, por vezes, afetivas e respeitadas.

No que tange às práticas sexuais entre e os internos, os agentes sociais relatam que muitas vezes presenciam as relações sexuais entre eles sem intervir¹¹⁵, exceto quando há casos de violência sexual ou coerção física.

Olha, a gente sabe que rola de tudo aí, né? Quem trabalha no plantão da noite principalmente. A gente não faz nada pra proibir não. Vai fazer o que? A gente só interfere quando tá tendo um estupro. Uma vez pegamos dez de uma vez só pegando um menino novato. Aí é covardia. A gente teve que levar ele pro hospital porque sangrava todinho (Funcionário G, CSE, discurso extraído do meu diário de campo).

Embora, como já mencionado aqui, crimes sexuais sejam considerados desonrosos entre as práticas ilícitas dos meus interlocutores, não é incomum que eles abusem sexualmente de um adolescente, que porventura, esteja cumprindo medida socioeducativa por estupro¹¹⁶, ou que possua comportamentos ditos “femininos”.

Havia no CSE, um adolescente – o mesmo que meus interlocutores da Rouparia se referiram – que se tornou motivo de comentários não só entre os internos devido a seu desejo de “passividade” nas relações sexuais, mas também entre os profissionais, especialmente, os do setor da saúde, que estavam alarmados com a quantidade de adolescentes contaminados¹¹⁷ com doenças sexualmente transmissíveis por ele. Segundo meus interlocutores, o adolescente já havia estado em todas as Alas¹¹⁸ do CSE, tendo relações sexuais e transmitindo DSTs pros demais.

Olha, vou te falar uma coisa aqui, tem um menino aí que gosta de “dá” pra todos os outros daqui. Ela já andou em todas as Alas desse CSE “dando” e “pegando” todo mundo. Não sei quem me disse, se é verdade ou não, mas parece que ele foi molestado pelo pai quando era criança. Esse menino tá cheio de DST e está passando pra todo mundo aqui. Temos que parar isso! Estou pensando em fazer um trabalho preventivo com eles (Funcionário H, CSE, discurso extraído do meu diário de campo).

¹¹⁵ Julita Lemgruber (1983) mostra que a repressão à prática homossexual é mais intensa nas cadeias femininas, embora nas masculinas, haja o maior número de incidências de casos de homicídios e agressões devido a homossexualidade. Segundo a autora. A partir de suspeitas de envolvimento homossexual, é muito comum em cadeias femininas, que as internas sejam proibidas pelas agentes de andarem juntas e demonstrarem gestos e atitudes afetivos.

¹¹⁶ Segundo um agente social, há dois adolescentes presos por estupro no CSE. Porém, a fim de garantir a integridade física dos “adolescentes estupradores”, eles são separados dos demais internos. Não tive acesso aos esses dois internos.

¹¹⁷ Muitos adolescentes, segundo a enfermeira do CSE, contaminam os demais através das relações sexuais não só com DSTs, mas com Hepatite e o vírus da AIDS.

¹¹⁸ Em uma conversa com um dos agentes sociais sobre as práticas sexuais entre os internos, ele fala que é comum a mudança de Ala quando um adolescente “se apaixona” por outro ou quer ter apenas relações sexuais. Segundo ele, os próprios agentes ajudam nesses momentos, transferindo o adolescente para Ala que está sua possível “conquista”.

Eu fico falando sempre pros boys tentarem se prevenir com alguma coisa, pra ter cuidado com as doenças, porque tem um monte de boy aí cheio de gonorreia. Eles têm relação geralmente de noite, quando o resto tá dormindo. A primeira vez que eu vi, eles estavam tomando banho juntos, aí eu vi que eles eram homossexuais (Rubião, 17 anos).

A distribuição de preservativos dentro das Alas a fim de evitar a contaminação por DSTs/AIDS configura-se uma questão ainda bastante delicada no CSE. Embora os profissionais negligenciem esta possibilidade, nos discursos dos internos evidencia-se o desejo de possuírem preservativos para poderem se proteger das doenças. Segundo eles, quando percebem que o órgão genital do parceiro sexual está demasiadamente ferido, como, por exemplo, é bastante visível o sangue ou as secreções, eles buscam improvisar com o que tem, usando até mesmo sacos de bolacha. Diante disso, nos soa a alarmante necessidade de uma educação sexual direcionada aos adolescentes internos (bem como as suas parceiras sexuais), sobretudo, pelo alto índice de internos contaminados com DSTs, e pela negligência na distribuição de preservativos nas Alas. Cabe destacar que no caso das pessoas em privação de liberdade, a dificuldade de acesso às informações acerca das DSTs e AIDS representa um dos maiores desafios, pois o desconhecimento dos sintomas e sinais, e mesmo os modos de infecção dessas doenças, configuram-se uma limitação para que os internos procurem os serviços de tratamento.

Quando as conquista dos parceiros sexuais, os internos falaram que ao perceberem a possibilidade de se relacionarem com outro adolescente, geralmente lhes dão presentes como “troca” ou “negociação” para as relações sexuais, como por exemplo, os artesanatos de papel feitos por eles em horas vagas. Como forma de agradar e conquistar o interno, oferecem também objetos pessoais ou as comidas que foram trazidas pelos familiares nos dias de visitas.

A gente chega perto, dá um de doido¹¹⁹, se ele topa, rola. Mas também tem que respeitar, se não quer, não quer. A gente dá presentinhos pra agradar, dá os artesanatos que a gente faz aqui, dá hidratante, pipoca, pastilha, comida, essas coisas (Estevão, 17 anos de idade).

Sobre a possibilidade da existência de relações sexuais entre internos e funcionários, dos internos que dialoguei, todos afirmaram que não ocorria e, se porventura, ocorresse, não

¹¹⁹ Significar dizer que está se fazendo de desentendido, que não percebe a situação.

saberiam dizer, pois nunca viram nem ouviram falar. Todavia, tive a oportunidade de dialogar com um profissional que, devido sua orientação sexual, sentia-se abusado pelos adolescentes.

Olha, eles nunca chegaram e perguntaram cara a cara se eu era gay ou bissexual, mas eles sabem. Acho que é também porque eles têm uma imagem muito masculinizada minha, na cabeça deles gay e travesti tem que ser efeminado e eu não sou, a não ser que esteja bêbado (risos). Mas eles sabem, eles ficam pegando na minha barba, já me chamaram de charmoso, passam e soltam beijo, me encaram. Nesses momentos ajo de boa, finjo que não vejo, não me estresso. (Funcionário C, CSE, discurso extraído do meu diário de campo).

A estratégia do funcionário do CSE em ignorar os possíveis “assédios” dos internos, dava-se, segundo o profissional, pelo motivo de que “*ali era diferente do facebook, era ou sexo ou faca*”. Ou seja, para o profissional, não havia espaço para possíveis paqueras ou negociações, se um adolescente, porventura, tentasse algum contato mais íntimo e fosse-lhe negado por ele, sua integridade poderia estar em risco. Por esse motivo, não levava adiante as investidas dos internos, nem os denunciava para a direção. O funcionário relata ainda que quando um interno paquera um profissional homem, o fato vira piada entre o corpo funcional, não se levando o caso para a direção do CSE e cabendo a eles, lidar sozinho com o assédio.

Por fim, nesta análise das relações sexuais entre os internos do CSE, também há discursos que são evidenciados a partir de julgamentos, de valores da moral cristã e de preconceitos; ou seja, as relações sexuais entre os internos são justificadas pelo pecado, pela “obra do diabo” em suas vidas. Peter Fry e Edward MacRae (1985) ao fazer o resgate da história da homossexualidade em nosso país, mostram que, desde o período colonial, aqueles que tinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo eram pecadores, “provocadores da ira de Deus e execrável até pelo próprio Diabo (p.61).

Com isso, percebe-se que as questões que abordam o corpo e a sexualidade dos indivíduos, estiveram por muito tempo – e continuam a estar –, na pauta das discussões das arenas morais da religião. Concordo com Costa (1992) que em nossa sociedade, há uma tendência geral em respeitar apenas aqueles que mais se aproximam de nossas condutas e ideais morais, em contrapartida, aqueles que se afastam de tais modelos são considerados transgressores da lei, anormais.

Gayle Rubin (1989) ao trazer uma visão geral da hierarquização da sexualidade na nossa sociedade moderna, mostra que ela é vista de duas maneiras:

a primeira delas é vista como “boa”, que deve idealmente ser heterossexual, monogâmica, reprodutiva e não-comercial. Deve ainda ser em casal, relacional, na mesma geração, e acontecer em casa. A segunda visão é obtida a partir de qualquer sexo que viole as supracitadas regras. Assim, o sexo “mal” pode ser o homossexual, fora do casamento, promíscuo, não-procriativo, ou comercial. Pode ser masturbatório ou se localizar em orgias (p.170).

Diante disso, percebemos que a sexualidade não é apenas uma questão de corpo, mas uma questão que se relaciona às nossas crenças, às nossas ideologias e imaginações.

Com isso, percebemos, a partir da análise das práticas sexuais entre os adolescentes internos que, embora elas sejam “aceitas” como um fato impossível de ser controlado na Instituição, ela são por vezes repreendidas e consideradas desviantes da regra social.

Pensar que as normas estabelecidas nas instituições “*totais*” e “*disciplinares*” são naturalizadas, nos implica a pensar na afirmação de que apenas certos modos de viver a sexualidade são legítimos, como aqueles, principalmente, pautados na heterossexualidade, a partir das visitas íntimas (para os que estão dentro das condicionalidades).

Até aqui, busquei analisar como a sexualidade é apresentada e (re)significada pelos atores sociais que engendram o cenário da privação de liberdade. Neste contexto de privações, a demarco como mediadora de relações sociais e afetivas entre os adolescentes, bem como um dispositivo de controle da instituição; que legaliza sua existência, todavia, a partir de um instrumento de dominação social, de pedagogização dos comportamentos e práticas sexuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quarta-feira, 19 de novembro de 2014. Os portões de ferro se fecharam. Os muros altos e brancos que outrora me acompanharam, agora ficaram para trás. Enquanto caminhava e segurava um presente que ganhei dos adolescentes internos em nosso último encontro, penso que minha posição de estrangeira no CSE se afirmava mais ainda pelo fato de que neste dia, não estaria apenas deixando o lugar em que estive a pesquisar por meses, mas, sobretudo, porque em algumas horas estaria indo morar em outro país, e talvez nunca mais tivesse contato com meus interlocutores novamente. Agora, chegou a vez da “antropóloga de gabinete” (com suas anotações, dúvidas e motivações etnográficas) buscar interpretar e analisar as “aventuras” de uma etnografia dentro de uma prisão que lhe proporcionou inúmeras vivências sociais que inevitavelmente influenciaram seu modo de pensar e agir perante o “outro”. (relato extraído do meu diário de campo).

Como é difícil terminar um trabalho, seja ele no “campo” ou no “gabinete”. No campo, fica o sentimento de que tudo ali ficará para trás, e pouco (ou nada) será retribuído aos os sujeitos que se dedicaram para o andamento da pesquisa. No gabinete, surgem as inquietações e desencontros teóricos, já que minhas fontes, parafraseando Malinowski (1976), não estão materializadas em documentos concretos, mas sim, na complexidade dos comportamentos e na memória dos indivíduos. Dessa maneira, concordo com Geertz (2002) de que a etnografia não se restringe apenas ao “estar lá”, como pregou a “Antropologia Moderna”, mas na interrelação entre “estar lá” e “escrever aqui”.

De fato, estar com adolescentes privados de liberdade novamente, a partir de um olhar antropológico, trouxe-me descobertas e novos “pontos de vista” que antes eram desconhecidos. A antropologia me permitiu olhar esses indivíduos nas suas particularidades e compreender o que se tornara ou não uma opção de vida ou uma luta pela sobrevivência; ensinou-me, bem como eles disseram: “*a gente tá preso, mas a gente é gente*”, que esses indivíduos, apesar da condição de clausura, são seres humanos imbuídos de subjetividades, de anseios, de medos, de verdades, e principalmente, de direitos que precisaram ser garantidos; por fim, este olhar antropológico me fez pensar e me colocar no lugar do “outro” para suprir minhas próprias inquietações.

Esta pesquisa surgiu com o propósito de analisar o exercício da sexualidade de adolescentes homens em uma instituição de privação liberdade da cidade de João Pessoa. A inserção etnográfica despertou-me para a visualização de questões que ultrapassam o escopo desta investigação e que eu não poderia deixar de abordá-las analiticamente aqui; portanto, ao longo dos três capítulos que compilam este trabalho etnográfico, trago reflexões teórico-metodológicas; reflito sobre o tão desafiador trabalho de campo entre os muros de uma **prisão**, evidenciando as trajetórias dos atores sociais, seus ritos de passagem (ou impasse) a

partir do processo de internação, as relações de poder e controle que buscam docilizar os corpos para torná-los úteis, e como a sexualidade, a partir de múltiplas vozes, é representada e vivenciada, tendo em vista um ambiente de normatização e valorização da mudança de comportamento dos indivíduos.

Assim, nos dois primeiros capítulos apresentei meus principais interlocutores: os *adolescentes* internos do CSE, enfatizando as escolhas e caminhos teóricos trilhados para o então uso dessa categoria como fase da vida desses indivíduos; analiso também o aprisionamento desses indivíduos como um rito de passagem (ou impasse) vivenciado em um lócus que oscila entre os ideais educativos e civilizadores, ou apresentando-se apenas, como um depósito de refúgio humano, onde vidas são desperdiçadas por não terem utilidade política e, sobretudo, econômica.

Julgo que a utilização do termo adolescente neste trabalho, não poderia ser mais pertinente neste momento de efervescência de discussões, em que a sociedade divide múltiplas opiniões sobre esta parcela da população que se encontra envolvida em práticas criminosas.

Atualmente, o adolescente autor de atos infracionais tem sido pauta nas principais discussões que envolvem a preocupação social com o aumento da violência. Colocar esses indivíduos mais cedo no sistema prisional tem sido considerado como uma solução imediata e eficaz para a diminuição dos casos que envolvem menores na criminalidade; sem, portanto, considerar os impactos que irão gerar na vida desses adolescentes.

Cabe destacar que esta é uma pretensão que já vem sendo elaborada há anos, mas que volta, na atualidade, com mais força e coesão social. Njaine e Myanio (2002) a partir da análise de reportagens em meios comunicativos, principalmente em jornais, mostram como o debate acerca do “adolescente infrator” vem sendo construído no imaginário social. Entre os artigos divulgados em três grandes jornais brasileiros nos anos de 1997 e 1998, as autoras visualizam a necessidade que se havia de fortalecer uma imagem negativa e incriminadora, centrada na delinquência desses indivíduos. As discussões centravam-se também, na urgência de aprovações de projetos de lei que buscavam reduzir a maioria penal em nosso país para até 12 anos de idade. Tais projetos, segundo as autoras, são reflexos do quanto o comportamento transgressor dos adolescentes brasileiros vem incomodando alguns setores da sociedade e da ideia de que quanto mais repressão e punição existir, menos violência haverá.

Este ano o ECA completou 25 anos, e a criação de bases que operacionalizam o sistema socioeducativo em nosso país foi, sem dúvida, um dos maiores avanços durante todo

este período, e não podemos retroceder um caminho trilhado por mais de duas décadas, aprovando a redução da maioria penal; precisamos sim, aperfeiçoar o sistema socioeducativo, garantindo que ele seja um aliado na mudança da trajetória do adolescente autor de práticas ilegais, dando-lhe a possibilidade do abandono de sua carreira desviante.

Sobre as práticas de justiça no contexto pós-ECA, Schuch (2009) mostra que desde a promulgação, inúmeras modificações foram feitas no sentido da reconfiguração no atendimento à infância e adolescência, alocando esses sujeitos como detentores de direitos humanos. Para a autora, a construção da criança e do adolescente como “sujeito de direitos” é resultado de processos amplos e diversos, surgidos em um contexto de democratização do país, em que ampliou-se a participação da família e da comunidade nas políticas públicas de atenção a esta parcela da população. Agora, “surge um acréscimo de poderes, saberes e éticas destinadas à promoção desses sujeitos particulares, novos sujeitos de direitos” (SCHUCH, 2009, p. 272).

Todavia, Schuch (2009) nos chama a atenção para dois processos ambíguos que surgem com a legitimação do ECA. De um lado, é clara a reconfiguração da nova lei pautada nos ideais de proteção e promoção dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, do outro, parece-nos mais claro ainda, o acréscimo significativo de adolescentes privados de liberdade em nosso país e das medidas de segurança em razão da “periculosidade” desses indivíduos. Isso nos faz refletir sob a perspectiva judicial em preferir o tratamento de medidas socioeducativas em regime fechado, desconsiderando as de meio aberto, como bem foi sinalizado no capítulo 2 deste trabalho.

Ao longo desta dissertação, analisei também o Centro Socioeducativo Edson Mota, lócus desta pesquisa, como um espaço que, apesar de novo, uma vez que foi inaugurado há menos de dois anos, apresenta velhos hábitos comuns às antigas instituições de controle social. A partir da riqueza dos discursos e da visualização do cotidiano institucional, percebi, através da vida fechada entre muros e formalmente administrada e disciplinada um ponto de encontro, entre os conceitos goffmaniano e foucaultiano de *instituição total* e *instituição disciplinar*, respectivamente.

No terceiro capítulo, sob perspectiva de “sujeitos de direitos” conquistados com o advento do ECA, analisei como o exercício da sexualidade de adolescentes em privação de liberdade ainda encontra-se tímido nas arenas de discussões dos distintos âmbitos da sociedade, principalmente naqueles que lidam diretamente com tais sujeitos, isso corrobora a escassez teórica que trazem a sexualidade e adolescentes internos em instituições de privação

de liberdade como tema. Para compor esta discussão, analisei a partir das percepções atribuídas às práticas sexuais, as vozes dos adolescentes internos, das suas companheiras e de alguns profissionais da instituição. A compreensão dos sentidos e das percepções dadas ao exercício da sexualidade dos adolescentes internos foram baseadas nos meses em que estive entre os muros do CSE, sendo instigada cotidianamente a relativizar e me colocar no lugar dos sujeitos de minha pesquisa para, a partir do ponto de vista deles, da observação e da escuta de sua trajetória e vivência avaliar os meus próprios conceitos.

De fato, a sexualidade vai bem mais além das práticas sexuais, ela finca-se num conjunto de ideias produzidas socialmente e culturalmente, possuindo significados e sendo expressa de várias formas que refletem quem somos, por isso “deve ser compreendida no sentido das significações sociais nas quais os seres humanos estão inscritos” (GIDDENS, 2005, p.116).

Dessa maneira, as práticas sexuais no CSE, apesar de institucionalizada e legalizada entre os internos que são casados ou que possuem união estável, está condicionada ao bom disciplinamento dos internos e à vigilância da instituição sob os comportamentos dos adolescentes e de suas parceiras sexuais. “Por trás das grades” de uma **prisão** e sob o olhar panóptico estatal, esses adolescentes vivenciam sua sexualidade controlada, direcionada aos espaços e as formas pré-determinadas. As práticas de masturbações e de relações sexuais entre os internos, denominadas neste trabalho, de homoeróticas, também são identificadas nos discursos dos interlocutores desta pesquisa. A partir do discurso de descontrole e da necessidade biológica, tais práticas são consideradas desviantes dos ideais morais impostos pela sociedade, cabendo reprimir ou educar os indivíduos que as praticam.

Entre os adolescentes internos, pude perceber que as práticas sexuais configuram-se a partir de pressupostos encontrados nos moldes heterossexuais. A partir de seus discursos, há sempre aquele que fará o papel de ativo, demonstrando virilidade e masculinidade em detrimento da passividade de outros internos. Passividade esta, que escapa às relações sexuais e distribuem-se em outros espaços do cotidiano institucional, como na realização de tarefas dentro do CSE.

Não há dúvidas que muitas questões e inquietações tanto empíricas, quanto teóricas ainda restaram neste percurso. Muitos questionamentos de diversas ordens precisaram ser deixados em segundo plano para que este trabalho pudesse continuar e atingir seu escopo, o que não quer dizer que não sejam evocadas como objetos de futuras pesquisas. O desejo nutrido para a realização desta etnografia não se deu apenas para obtenção de um olhar

antropológico sobre as práticas sexuais de adolescentes em um ambiente de controle e vigilância, mas contribuir para uma discussão que não envolve apenas prazeres e (des)afetos, mas a garantia de um direito que é universal a todo ser humano, isto é, de vivenciar sua sexualidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. **Cenas juvenis**. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. In: **Revista Brasileira de Educação**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 1997.

_____. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In Freitas, M. V. de (Orgs.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação educativa, 2005. (e-book). Disponível em: <http://www.bibliotecaacaoeducativa.org.br/dspace/bitstream/123456789/2344/1/caderno_Ju v.pdf>. Acesso em: 10/03/2015.

ALVIM, R. Olhares sobre a Juventude. Comunicações do ISER: ano 21, Edição Especial: **Juventude, Cultura e Cidadania**, 2002.

ANDI- Agência de Notícias dos Direitos da Infância. **Sem prazer e sem afeto: sexualidade e prevenção às DST/AIDS nas instituições de privação de liberdade de adolescentes**, 2002. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/pol/sprazer_safeto.pdf>

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BASSANI, F. **Visita íntima: o gerenciamento da sexualidade nas prisões do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BEMFAM. **Bem-Estar Familiar no Brasil**. Informe anual, 2009.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008

BETÍNEZ, M. E. D. Dark Room aqui: um ritual de escuridão e silêncio. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n.16, p.1-304, 2007.

BIONDI, K.. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BONETTI, A.; FLEISCHER, S. **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. 370 p.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOZON, M. Observer l’inobservable: La description et l’analyse de l’activité sexuelle. In: **Sexualité et Sida – Recherches en sciences sociales**. Paris, ANRS, 1995.

_____. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL: Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, 2004.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Ministérios da Criança e da Saúde/Projeto Minha Gente, 1991.

BRASIL. Levantamento Anual: Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei 1010. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

CALDEIRA, T.. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CARDARELLO, A.; FONSECA, C. Direitos dos mais e menos humanos. In: FONSECA, Cláudia; SCHUCH, Patrice. **Políticas de Proteção à infância**: um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. In: **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 2000. p. 17 a 36.

CARVALHO, D. **Criança e adolescente**. Capacitação em serviço social e política social, módulo 3. Brasília: Unb, Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, 2000.

CHAZAN, L. K. Vestindo o jaleco: reflexões sobre subjetividade e a posição do etnógrafo em ambiente médico. In: **cadernos de campo**, nº13, 2005.

COELHO, E. C. **Oficina do Diabo**. In.: A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COSTA, J. F. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo/ Rio de Janeiro, Relome-Dumará, 1992.

COSTA, M. Uma Análise do Poder Pastoral : A emergência das disciplinas em Michel Foucault, **Mnemosine** Vol.3, nº1, p. 80-110, 2007.

DAMATTA, R. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. **Revista Mana**, vol.6 n.1, Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000

DIAS, C. **A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo?** Conversão religiosa, ambiguidade e tensão entre presos evangélicos e a massa carcerária. Dissertação De Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DRYBREAD, K. Murder and the making of man-subjects in a Brazilian Juvenile Prison. **American Anthropologist**, vol. 116, n. 4, pp. 752-764, 2014.

DURKHEIM, É. Representações Individuais e Representações Coletivas. In: _____. **Sociologia e Filosofia**, Rio de Janeiro: Ed. Forense, pp. 13-42, 1984.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michael Schröter; tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESTEVÃO, R. A redução da maioria penal é medida recomendável para a diminuição da violência? **Revista jurídica**. v. 55, n. 361, p. 115-133, 2007.

FELTRAN, G.. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Revista Temáticas**, ano 30, v. 15, p. 11-50, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

_____. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. 6. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

_____. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**; Petrópolis, Vozes, 1986.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

_____. “O Cuidado com a Verdade”. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos**, v.IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2002.

FROTA, A. M. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, v.7, n.1, p. 147-160, 2007.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural, Editora: Brasiliense, 1985.

GAGNON, J. ; PARKER, R. Introduction: Conceiving Sexuality. In: PARKER & GAGNON (Ed.) **Conceiving Sexuality: Approaches to Sex Research in a Postmodern World**. New York: Routledge, 1995.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989

_____. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. **O saber local**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

_____. **Nova luz sobre a antropologia**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, 248 pp.

_____. **Obras e vidas: o antropólogo como autor.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GIDDENS, A. **Sociologia.** 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1982.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana.** 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos.** 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

HASSEN, M. N.. Da visita íntima na prisão: a corporalidade negociada. *In:* Ondina Fachel Leal. (Org.). **Corpo e significado.** 1 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1995, v. 1, p. 267-294.

HEILBORN, M. L.; BRANDÃO, E. R. “Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade”, *In:* HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais,** IMS/UERJ, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p.7-17.

HEILBORN, M. L. et al. **O aprendizado da sexualidade. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros.** Rio de Janeiro: Garamond/Fiocruz. 2006

HUGO, V. **Os miseráveis.** São Paulo: Paulus, 2009.

LARAIA, R. **Ética e antropologia:** algumas questões. Série Antropologia, n.157, UNB, 1994.

LOYOLA, M. A. (Org.) **A sexualidade nas ciências humanas.** Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998.

LEAL, A. F. **Uma antropologia da experiência amorosa:** estudo de representações sociais sobre sexualidade. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos Vivos:** análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LEÓN, O. D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. *In:* Freitas, M. V. de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil:** referências conceituais. São Paulo: Ação educativa, 2005. (e-book). Disponível em: http://www.biblioteca-acaoeducativa.org.br/dspace/bitstream/123456789/2344/1/caderno_Juv.pdf. Acesso em: 10/03/2015.

LHOMOND, B. Sexualidade e Juventude na França. *In:* HEILBORN, M. L. (Org.) **Sexualidade: o olhar das ciências sociais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

MACHADO PAIS, J. **A Construção sociológica da juventude** – alguns contributos. *Análise Social* – volume XXV, 1990, 139-165.

_____. A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde Soc.** São Paulo, v.18, n.3, p.371-381, 2009.

MALINOWSKI, B.. **Objeto, método e alcance desta pesquisa em Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Editora Abril, 1976.

_____. **Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos dos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia.** São Paulo: Abril, 1978

MEINERZ, N.E. Sexo, oração e rock'and'roll: um estudo antropológico das percepções de sexualidade de jovens a partir da vivência religiosa. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora**, v.7, n.1, p.123-144, 2004.

MOREIRA, F. M. **Cadeias dominadas:** Dinâmica de uma instituição em trajetórias de jovens detentos. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NETTO, T. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos de adolescentes provados de liberdade:** A experiência do CAJE-DF. Brasília: Unb, FSC, 2008.

NEVES. T. **Entre o educativo e o penitenciário:** etnografia de um centro de internamento de menores delinquentes. CIIE: Edições Afrontamento, 2008.

NIJANE, K.; MINAYO, M.C. Análise de discurso da imprensa sobre rebelião de jovens infratores em regime de privação de liberdade. *In: Cadernos de Saúde Coletiva*, v.7,n.2, p.285-298, 2002.

OLIVEIRA, T. R. **“Hormônios em fúria”:** Desejo, curiosidade e expectativas sexuais entre adolescentes. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2013.

PARKER, R. Homossexualidade masculina. *In: RIBEIRO, M. (org.) O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde.* São Paulo: Editora Gente: Cores – Centro de Orientação e Educação Sexual, 1999.

PAULA, L. Encarceramento de adolescente: o caso Febem. *In: PAULA, L.; LIMA, R. S. (org.). Segurança pública e violência.* São Paulo, 2006.

PEREIRA, I.P.S; GALVES, R. A violência de cada dia: a vulnerabilidade de adolescentes em conflito com a lei. **Revista Polys**, vol. 1, nº 1/Nov, 2012

PEREIRA, I. P. S. **Um papo cabeça:** prevenção às DST/AIDS com os adolescentes internos do CEA. Monografia (Graduação em Serviço social) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2013.

RIBEIRO, L. R. **Trajetória pela infração.** Recife: Livro Rápido, 2009.

_____. (Org). **A invenção do corpo moldável:** ou como dispensar os “incluídos”. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, L. **Meninos bandidos?:** interfaces entre criminalidade e identidade masculina em homens jovens / Luciana Maria Ribeiro de Oliveira. – Recife : O Autor, 2006.

_____. **Crime é coisa de mulher:** Identidades e gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens. Novas Edições Acadêmicas, 2014.

ROCHA, E. **Mapeamento nacional da situação das Unidades de execução da medida socioeducativa de privação de liberdade ao adolescente em conflito com a lei.** Brasília, IPEA/DCA-MJ, 2002.

RUBIN, G. "Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad". In: VANCE, Carole (Org.). **Placer y peligro:** explorando la sexualidad femenina. Madrid: Revolución Madrid, 1989. p. 113-190.

SILVA, E.R.A; OLIVEIRA, R.M. O adolescente em conflito com a lei e o debate sobre a redução da maioridade penal. **Nota Técnica:** IPEA, Brasília, 2015.

SIMMEL, G. **Sociologia 1:** estudios sobre las formas de socialización. Madrid, Alianza Editorial, 1986.

SIMIONI, F. Saúde, sexualidade e adolescentes no contexto jurídico brasileiro. Fundação Ford. Lima, Peru. Serias para el debate, n.º 2, Diciembre 2003. Disponível em: <http://www.convencion.org.uy/08Debates/Serias2/Simioni_Pinhal.pdf>.

SIMÕES, S. M. F.; SOUZA, L. Um caminhar na aproximação da entrevista fenomenológica. **Revista latino-americana de enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 3, p. 13-17, jul.1997.

SOARES, L.E. **Criminalidade: aspectos sociais.** Brasil, MV Bill, Rio de Janeiro, Objetiva, 2005.

SOUZA, A. C. P. **Tessituras da liberdade:** A (re) construção das teias relacionais dos adolescentes privados de liberdade no Centro Educacional do Adolescente (CEA-PB) Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Campina Grande - Centro Humanidades, 2014.

SCHUCH, P. **Práticas de justiça:** antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TURNER, V. **O Processo Ritual:** estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

VANCE, C. A antropologia redescobre a sexualidade. In: **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva**, vol.5, n.1, 1995.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012.** Crianças e adolescentes do Brasil. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 10/03/2015.

_____. **Mapa da Violência 2015.** Adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf.> Acesso em: 28/07/2015.

WEEKS, J. **Coming out.** Homossexual Politics in Britain from the 19th Century to Present. Londres: Quartet Books, 1977.

_____. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, GL. (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autentica, 1999.

WHYTE, W. F. 2005. **Sociedade de esquina.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 390pp.

ZALUAR, A. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcus. (Orgs.). **Cidadania e Violência.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

_____. **Pesquisando no perigo:** etnografias voluntárias e não acidentais. MANA 15 (2): 5557-584, 2009.